

ENLACES

Ato ou efeito de enlaçar. Vínculo resultante dessa união. Este livro concatena ciência e arte por intermédio de passagens da nossa trajetória como compositor em diferentes tempos e espaços. Letras de canções que embalam há quase três décadas diversas manifestações populares da Amazônia em conexão com reflexões teóricas mais leves tecidas no nosso fazer acadêmico. Por isso resolvemos estabelecer um recorte temático a partir de quatro enlaces: *Amazônia - o reflorestar da poesia*, *Hileia - mãe dos deuses e quimeras*, *Aldeia dos mil povos* e *Caboclitude*, que forjam uma poética andarilha cujo véu colorido se lançou para além da Amazônia, florejada do chão fonteboense, mas de forma alguma nele enclausurada.

Tatiana de L. Pedrosa Santos
Ernesto Renan Freitas Pinto
Samuel L. L. de Medeiros
Organizadores

Cultura, Memória e História na Amazônia

Tatiana de L. Pedrosa Santos, Ernesto Renan
Freitas Pinto e Samuel L. L. de Medeiros (Orgs.)

Cultura, Memória e História na Amazônia

LETRACAPITAL

ACADÊMICA
Série

ACADÊMICA
Série



LETRACAPITAL

LETRACAPITAL



Tatiana de L. Pedrosa Santos
Ernesto Renan Freitas Pinto
Samuel L. L. de Medeiros
Organizadores

Cultura, Memória e Histórica Amazonia

LETRACAPITAL





Wilson Miranda Lima
Governador do Estado do Amazonas

Secretaria de
**Desenvolvimento
Econômico, Ciência,
Tecnologia e Inovação**

Pauderney Tomaz Avelino
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico,
Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI



Márcia Perales Mendes Silva
Diretora-Presidente da Fundação de Amparo
à Pesquisa do Estado do Amazonas

Esta obra foi financiada pelo Governo do Estado do Amazonas com recursos da
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Wilson Miranda Lima

Governador do Estado do Amazonas

Tadeu de Souza Silva

Vice-Governador do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib

Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Kátia do Nascimento Couceiro

Vice-Reitora da Universidade do Estado do Amazonas

Nilson José de Oliveira Junior

Pró-Reitor de Administração da Universidade do Estado do Amazonas

Raimundo de Jesus Teixeira Barradas

Pró-Reitor de Ensino de Graduação da Universidade do Estado do Amazonas

Darlisson Souza Ferreira

*Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários
da Universidade do Estado do Amazonas*

Valber Barbosa Martins

Pró-Reitor de Interiorização da Universidade do Estado do Amazonas

Joésia Moreira Julião Pacheco

Pró-Reitora de Planejamento da Universidade do Estado do Amazonas

Roberto Sanches Mubarac Sobrinho

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas

Copyright © Tatiana de L. Pedrosa Santos, Ernesto Renan Freitas Pinto e Samuel L. L. de Medeiros, 2024

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.

EDITOR João Baptista Pinto

CAPA

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Dos autores

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

PARECERES E REVISÃO POR PARES:

Os textos que compõem esta obra foram submetidos à avaliação de pareceristas externos, sendo indicados para a publicação após criteriosa revisão. O Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) agradece aos pareceristas *ad hoc* pelos relevantes serviços prestados ao Programa.

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Conselho Editorial
Série Letra Capital Acadêmica

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Lina Boff (PUC-RIO)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Sumário

Apresentação	9
<i>Tatiana de L. Pedrosa Santos.</i>	
<i>Ernesto Renan Freitas Pinto</i>	
<i>Samuel L. L. de Medeiros</i>	
Prefácio.....	13
<i>Renan Freitas Pinto</i>	
“As Memórias do Sr. Luzeiro” e a comissão de limites do Brasil com o Peru: por uma história dos Remo	17
<i>Samuel L. L. de Medeiros</i>	
1900: Embelezamento, teatro e febre amarela nos jornais de Manaus (Dossiê de uma tragédia amazônica)	54
<i>Otoni Moreira de Mesquita</i>	
Arquivos da Vila Santo Antônio do Prata, em Igarapé Açu, Pará: interfaces entre Antropologia, História e Arqueologia.....	94
<i>Rhuan Carlos dos Santos Lopes</i>	
<i>Jane Felipe Beltrão</i>	
<i>Beatriz Vericio Miranda</i>	
<i>Calebe Sousa Bentes Ferreira Serra</i>	
Ser e não ser cidadão na belle époque baré: o que nos conta a imprensa da época	116
<i>Leno José Barata Souza</i>	
Centro histórico de Manaus – reflexões sobre cultura, identidade e memória	139
<i>Lauriane Teixeira de Oliveira</i>	

Apresentação

Este livro é o resultado da convergência de olhares interdisciplinares das Ciências Humanas sobre a Amazônia. Como bem indica o título, seu conteúdo circunda reflexivamente as categorias da Cultura, Memória e História, tão caras ao se pensar uma espacialidade tão singular como a amazônica; não apenas por suas características físicas ou naturais, mas também pelas especificidades contextuais que a fizeram ser um grande “celeiro cultural”, intrinsecamente ligadas às dinâmicas socioculturais e históricas que perpassaram diferentes momentos de tensão em seu devir.

Ora, Cultura, História e Memória também representam balizamentos que muito bem traduzem as problemáticas levantadas cientificamente para o “problema amazônico” atual, no qual as constantes transformações culturais, as distintas revisitações históricas e insistentes tentativas de se identificar uma memória local própria, nos mostram o quanto ainda precisamos nos dedicar para compreender os fenômenos singulares que paralelamente se desenvolvem nos contextos particulares amazônicos.

Por isso vemos com grande importância esta iniciativa, ao passo que as pesquisas em humanidades têm aberto caminho a temas emergentes, que durante muito tempo se viram acudados pelo senso comum científico, como diria o sociólogo Pierre Bourdieu, e que agora ganham espaço para discussão e análise. De igual modo, a produção acerca da Amazônia, para a ela e escrita por pessoas eximamente conhecedoras dela, tem aqui lugar de aceitação e divulgação, como forma de registrar materialmente as ideias que vêm sendo elaboradas e socializá-las ao público leitor interessado.

Desse modo, os cinco capítulos nos levam a incursionar pelos séculos XIX e XX, cada um contribuindo a seu modo e com uma visão distinta, mas complementar, de fatos, fenômenos e dinâmicas no mundo amazônico.

No primeiro capítulo, intitulado “As memórias do Sr. Luzeiro’ e a Comissão de Limites do Brasil com o Peru: por uma história dos *Remo*”, Samuel L. L. de Medeiros propõe que se (re)construa uma memória etno-histórica do povo indígena *Remo*, antes localizado para as cabeceiras do extremo oeste amazônico e amazonense – hoje dado como “desaparecido” -, a partir de uma revisão documental e, pela primeira vez, por meio de fontes primárias inéditas das duas primeiras décadas do século XX. Além de apresentar transcrições diretas do original, o autor realiza uma análise comparativa entre as novas fontes e as primeiras informações bibliográficas descritivas dadas como originais, considerando o contexto das demarcações dos limites territoriais do Brasil com o Peru, à época.

O segundo capítulo, intitulado “1900: Embelezamento, Teatro e febre amarela nos jornais de Manaus – Dossiê de uma tragédia amazônica”, traz os levantamentos históricos realizados por Otoni de Mesquita que, ao relacionar as memórias contidas nos jornais que circularam na Manaus do período áureo da borracha, nos transporta para a vida social, política e cultural da virada para os novecentos, onde os desejos e problemas da cidade emergente, bem como as tentativas de atendê-los, são evidenciados.

No terceiro capítulo intitulado “Arquivos da Vila Santo Antônio do Prata, em Igarapé Açu, Pará: interfaces entre Antropologia, História e Arqueologia”, Lopes, Beltrão, Miranda e Serra, buscam debater o exercício da pesquisa em antropologia na produção de arquivos em interdisciplinaridade com arqueologia e a história, no tratamento de levantamentos de arquivos. Essa é uma abordagem crucial que tem sido a centralidade da metodologia do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

No quarto capítulo temos um artigo de Leno Barata que irá trabalhar com uma coluna jornalística, *Queixas do Povo*, publicada a partir de 1908 pelo *Jornal do Comércio de Manaus*. O artigo procura discutir algumas ações e noções de cidadania que foram sendo gestadas no interior da belle époque gomífera entre os anos

de 1908 e 1917. As discussões irão confrontar antigos postulados historiográficos que praticamente desconsideram as ações populares como forças dinâmicas capazes de movimentarem e darem sentido, por outros vieses, também históricos, a famosa “Paris dos trópicos” da borracha.

Fechando o livro temo o texto “Centro Histórico de Manaus – Reflexões Sobre Cultura, Identidade e Memória”, a autora Lauriane Oliveira apresenta uma pesquisa através da análise das dinâmicas socioculturais e identitárias a partir das reflexões sobre os processos de formação e transformação da cidade de Manaus, em específico seu Centro Histórico. O Centro Histórico, o marco da fundação da cidade, é espaço dessa interação e dinâmica social, relações essas que apresentam a dialética da vida manauara.

*Tatiana de L Pedrosa Santos
Ernesto Renan Freitas Pinto
Samuel L. L. de Medeiros*

Manaus, Amazonas,
novembro de 2024

Prefácio

Do livro *Cultura, Memória e História na Amazônia*.

Renan Freitas Pinto

Passamos a comentar brevemente a título introdutório aspectos marcantes dos cinco capítulos, na verdade cinco artigos que compõem este livro e que se ocupam de diferentes elementos de formação e desenvolvimento sócio-cultural das cidades e populações da Amazônia, com ênfase particular na cidade de Manaus.

O primeiro capítulo corresponde ao artigo de Samuel Luzeiro de Medeiros que toma como ponto de partida dois documentos que, segundo sua percepção encontram-se em diferentes estados de conservação para seu manuseio.

Seu artigo identifica quatro distintos momentos, dos quais chamamos a atenção para o conteúdo do segundo onde o Autor vai examinar a relação de Luzeiro e os povos do alto Javari, destacando especialmente os Remo e os Marubo e os seus modos de vida.

O terceiro momento, por sua vez, tem como alvo os registros da demarcação dos limites territoriais entre o Brasil.

Finalmente o quarto momento tem como foco o exame e comparação dos manuscritos de Luzeiro e o relatório do Capitão João Braulino de Carvalho, chegando à conclusão de que, quando colocados lado a lado – como de fato faz o seu artigo sob a forma de duas colunas – fica evidente ter havido menção da fonte primária sem a necessária referência.

O Capítulo 2, “Embelezamento, Teatro e Febre Amarela nos jornais de Manaus (Dossiê de uma tragédia amazônica)” é de autoria de Otoni Moreira Mesquita. Mesquita, como é de amplo conheci-

mento, tem escrito livros que se tornaram leitura essencial para conhecermos as filigranas das mudanças ocorridas em Manaus, em particular em sua fisionomia arquitetônica e urbanística de sua “belle époque”.

O presente artigo vem agregar sua contribuição, desta vez destacando aspectos da vida da cidade dos anos 1900, tomando como pontos de apoio temáticos, a vida de companhia teatral italiana para Manaus e os efeitos dramáticos e nefastos da febre amarela sobre vários de seus componentes.

O capítulo 3, intitulado “Arquivos da Vila de Antonio do Prata, em Igarapé Açu, Pará: interface entre Antropologia, História e Arqueologia” é trabalho de equipe de quatro autores.

Deve ser destacado como ponto principal de sua abordagem, sua interface com a pesquisa interdisciplinar realizada ao longo de 18 anos pelos membros do grupo de pesquisa intitulada “Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia” na Universidade Federal do Pará.

A pesquisa assinala como primeiros momentos, o núcleo colonial erguido sobre território do povo Tembé/Tenetehara em 1898.

Em 1920 o governo estadual converte esse núcleo indígena em presídio e, em seguida em leprosário. Em toda essa sequência chama a atenção dos pesquisadores o silenciamento dos povos indígenas, na verdade os verdadeiros donos do território em causa.

O Capítulo 4 corresponde ao artigo de autoria do Prof. Leno José Barata de Souza que tem como título “Ser e não ser cidadão na belle époque: o que nos conta a imprensa da época”.

Esclarece de algum modo o interesse do Autor pelo tema de seu artigo mencionarmos o fato de que ele concluiu Mestrado em História na PUC-São Paulo, com a dissertação intitulada “Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da borracha, 1908 a 1917”.

Ao tomar como material de investigação os jornais da época, o Autor chama a atenção para a grande quantidade de periódicos

disponíveis como fontes de estudo, destacando a posição do Jornal do Comércio, do qual assinala para o objetivo de sua pesquisa a coluna intitulada “Queixas do Povo” e sugere para ela a resposta a duas perguntas: quem se queixava e de quem se queixavam.

Sua resposta aponta para os mais variados setores da sociedade manauense, desde os representantes da elite abastada até os tipos populares que por seu lado viam na coluna a possibilidade de suas vozes serem ouvidas.

O capítulo 5 corresponde ao artigo “Centro Histórico de Manaus – Reflexões sobre cultura, identidade e memória” de autoria da pesquisadora Lauriane Teixeira de Oliveira.

O primeiro aspecto a ser destacado em seu trabalho é que ela busca uma interlocução com alguns dos mais representativos autores da literatura amazonense, aspecto que certamente enriquece seu texto com esse especial colorido.

A Autora inicia por analisar brevemente texto do escritor Luis Maximino de Miranda Corrêa para interpretação da identidade da cidade e de seu povo.

Faz algo semelhante com a obra “Manaus, Amor e Memória” de Thiago de Mello, dela sublinhando o papel especial que o Autor atribui aos “portugueses pobre e árabes de bolsos vazios”.

A próxima consideração é certamente a mais rica e densa é a obra “Dois Irmãos” do romancista Milton Hatoum sobre os qual comenta: “Quem já leu Dois Irmãos teve o privilégio de mergulhar na dinâmica da vida social manauara e todas as peculiaridades”

Menciona ainda Otoni Mesquita e Márcio Souza, que destacam sob diferentes aspectos, o papel dos povos indígenas para a formação demográfica e cultural da população de Manaus e da própria região em sentido abrangente.

A Autora, sob a imagem de suas “Considerações flutuantes” analisa os momentos de prosperidade e declínio nos quais se moldaram a vida de Manaus e das cidades regionais.

“As Memórias do Sr. Luzeiro” e a comissão de limites do Brasil com o Peru: por uma história dos *Remo*

*Samuel L. L. de Medeiros*¹

A relação entre a frente colonizadora e os povos indígenas do Javari é um fenômeno complexo que vem sendo observado, com maior atenção, desde a segunda metade do século XIX. Uma das razões para essa mudança de postura não foi aquela de caráter solidário, preocupado com o bem-estar desses habitantes milenares na Amazônia, mas uma resposta ao processo de invasão e ocupação iniciado pelos próprios colonos; ou melhor, mais que uma resposta, uma postura de constante diferenciação do outro.

Quando se fala deste assunto localizando-o no extremo oeste amazônico, nas cumieiras do Alto Javari, não se pode deixá-lo escapar da “constante” indígena. Se por um lado ela foi tratada como preocupação pelo Estado brasileiro, enquanto perigo ou empecilho aos projetos de instalação e povoamento (não seria, à vista grossa das autoridades, um repovoamento?), por outro foi tratada como curiosidade de poucos interessados no modo de vida exótico e “primitivo” de tais povos.

O que se passava no constante contato, no cotidiano, entre os grupos indígenas da Bacia do Javari e os extrativistas que começaram a chegar em meados dos oitocentos, vindos do Brasil Império/República, países vizinhos e intercontinentais? Como viver no mesmo território, tendo legitimidade de se estabelecer como dono das terras ou não, aceitando a presença da sociedade distinta tão próxima? Por mais que as novas gerações não queiram lembrar-se desse contato – falo aqui especificamente das de origem ribeirinha, cabocla dos rios da Amazônia, já que para as indígenas

¹ Doutorando em História pelo PPGH-UFAM, com bolsa CAPES Nível Doutorado. Pesquisador do NIPAAM – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas Arqueológicas da Bacia Amazônica. Arqueólogo do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza (SEC-AM). Trineto de Raymundo de Souza Luzeiro, pessoa destacada neste trabalho. E-mail: samuelmedeiroscomp@gmail.com

é lembrança constante e viva -, por motivo de omissão ou modelamento de uma memória antepassada, nem por isso modificam o passado real e objetivo que se deu entre mundos que se encontravam, ora conflituosamente, ora conciliadamente – em medidas que exigem investigação e cautela.

É testemunho dessa realidade que por vezes se deixa passar despercebida ao se focar os problemas isoladamente dos grupos de colonos brasileiros/ estrangeiros ou de povos indígenas como se houvesse uma linha imaginária que os isolasse geograficamente e etnicamente em seus devires, o conjunto de manuscritos de autoria do senhor Raymundo de Souza Luzeiro. Escritos e assinados entre 1910 e 1926, havendo dezesseis páginas remanescentes, sendo frente e verso de oito folhas de papel – portanto incompletos, estando algumas folhas rasgadas e/ou em mal estado -, são registros que dizem respeito, e de forma especial, ao povo indígena *Remo* do Alto Javari, elaborados por um filho de portugueses que, vindo do nordeste brasileiro, fez sua carreira nos rios da Amazônia Ocidental, mantendo contato constante com os habitantes originários dessas paragens². É, portanto, um registro sobre um povo feito por um *outsider*, com seus próprios motivos e concepções. Entretanto, é um dos poucos registros, talvez o mais original, por se tratar de uma fonte primária, que tentam dar conta de forma amadora de uma desajeitada e acidental etnografia.

Convém, para deixar o leitor a par da natureza do que se trata os documentos, que antes sejam transcritos na íntegra para, logo após, comentar-se e discutir no que implicam e como podem ser lidos. Esta é a primeira vez em que serão publicadas as transcrições completas e diretas dos originais, por constituírem acervo particular da família de difícil acesso, pelo primor em guardá-lo e mantê-lo. Todavia, até o presente ano, há cópias sob a guarda do Laboratório de Arqueologia Alfredo Mendonça de Souza em Manaus, Amazonas.

² MEDEIROS, Samuel Luzeiro Lucena de. **A Família Gonçalves Luzeiro: Genealogia, História e Memórias**. 2. ed. aum. e rev. pelo autor. Lexington (KY, UEA): Amazon, 2021, Cap. III.

Memoria dos Indios Rhemos

Começado em 1910

No anno de 1903, criava eu um diminuto indio da dita tribo, a quem chamavam Daniel. Foi-me apresentado pelo Snr. Larrinaga no anno anterior, dizendo que havia sido encontrado pelos peruanos do Rio Jaquirana. Pela noticia que tive, sua tribo vivia no Perú.

No passado anno de 1909, o indio Daniel abandonou o acampamento principal do Rio Batan, e pensamos que nos deixava a nos todos, e tristes ficamos, por ja o considerarmos como hum filho. Todavia agora, com a cheia adiantada, retornou, como que para saudar o nascimento de meu terceiro filho, Raymundo ademais, não sozinho, pois que veio acompanhado de muitos dos seus. Ao contar, cheguei a soma de 82 indios. Vieram tirar seringá, e estão assentados no Barranco de Baixo.

Daniel faloume, digo, falou-me que seus pais e avos moraram neste Rio antes dos civilizados aqui chegarem. Creio terem sofrido violência dos peruanos para debandarem, pois que são mansos (fim da página 1, folha 1).

Asustam pela apparencia de bravios, porque das tatuagens que os cobrem e a compleiçam fisica. Perguntei ao jovem porque deles tinham medo, e disse-me na língua espanhola que os civilizados cobiçavam suas mulheres por serem bonitas e que eram boa gente. Confundiam-os com os Mayos.

Os Remos, digo, os Rhemos aceitam o nome que se lhes dão, mas disseram que o verdadeiro era Nucuini. Vi que os homens são de grande caparro, maior parte cabeluda e com pequena pera. As mulheres são de boa compleição, também tatuadas.

Principiei esta memoria ao ver que o povo de esta tribo differia das demais, e discordava do que dizia o povo a respeito destes índios para o lado peruano, que eram empecilho aos Snrs. Rojas e Hernandez, o que os tinha levado ao peorio [sic]. Aqui, porem, desde que chegaram, nada de mau fizeram. Daniel e outros sujeitos desejam aprender nossa lingua, para evitar os malentendidos do passado. Disse-me que seu nome indiano eh Inum-eta, que eh o dente da Onça (fim da página 2, folha 1).

Disseram-me que o líder tem por nome Lorenzo. O fulano que fala espanhol, disse-me onthem ha ainda outros a chegar, no que informei que para San Pablo descessem, pois as terras eram ate pouco tempo invadidas por peruanos de muita ma laia. Não recusaram quando lhes oferecemos roupas e espingardas. Antes, dançaram e cantaram ao largo da noite. O retrato que temos da partida no dia seguinte foi-me gentilmente presentiado pelo Snr. Benedicto Maia, que passara na intenção de vistoriar as estradas do Hospital.

~ + S + ~

Passadas ja algumas semanas, os indios mantiveram a ordeme [sic], ecedendo-se porem na bebedeira. Outro dia uma moçoila embriagou seu parente para então marcarlhe, digo, marcar-lhe o corpo. Parece ser costume antigo esse, e não se escandalizam. Causa-nos estranheza que não se sintam envergonhados nus entre-si, mas quando em nossa presença, recorrendo as roupas que lhes damos e tangas de feitio proprio. Verificamos este comportamento com maior recorrencia nas mulheres. Usam pequenas tangas, mas jamais cobrem os seios (fim da página 3, folha 2).

Afora o contato da convivencia, com a subida da lancha ultima, contou-me o Padre Flores que a parochia da Villa de Nazareth pretendia evangelizar os indios do Alto e disse-me que, se fizesse uma petição a Igreja de São Paulo, teriam autorização para batizar, digo, baptizarem os indios do Batan. Respondi que temia alguma resistencia da parte deles, porque havia visto as proprias crenças de esta tribo, quando recorrem ao feiticeiro, da crença no dominio dos espiritos sobre os homens, o uso do suor das rãs, do uso do cipo estupefaciente, etc, etc. Disse-me, digo, disse-me o religioso que não seria necessario esforço, por não exercerem qualquer religião, senão serem escravos da mais pura superstição. Vendo ele proprio o comportamento pacifico e trabalhados, digo, trabalhador dos indios, decidiu escrever ao gabinete do Governador do Estado que não mandasse o esquadrão militar que avisara mandaria pela folha passada, atendendo a pedidos assustados do responsavel pela segurança do Jaquirana. Evitara uma verdadeira injustiça, pois nada de mal fizeram antes ou depois da istação do posto (fim da página 4, folha 2).

(continuação de trecho perdido?) Preferencia pelas frutas das palmeiras do assai, do buriti, e da popunha.

Onthem um grupo de 10 adultos e crianças quiseram presentear-nos com 5 grandes macacos. E nos recusando a aceitar, porque causava ojeriza as mulheres do acampamento, a bem dizer as civilizadas, levaram os bichos ate atras. Depois de limparem a caça, puseram sobre uma fogueira com estacas, que com o fogo ameno esta ate o momento.

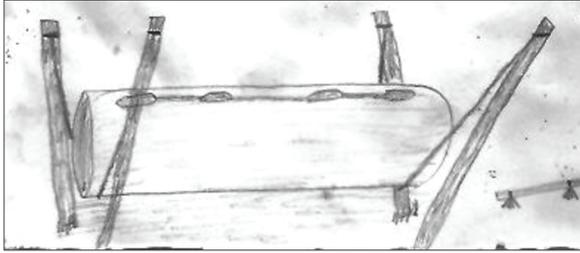
~ + S + ~

Creio serem os Rhemos mais eficazes em manter a boa saude que os civilizados, ainda que a incidencia de mosquitos esteja pela hora da morte (rasgo, fim da página 5, folha 3).

(continuação do trecho de uma folha perdida) [...] ter gratidão para com ele, pois já recuperei a capacidade de escrever melhor. Prometi que para dar-lhe o rifle seria menos custoso, mas que tirasse mais seringa e menos caucho. Reflito comigo mesmo se eh mesmo boa ideia deixar que menuseiem arma alguma, por ja possuírem aquelas de feitio proprio que lhes proporciona a caça. Manul [sic] [Manuel?] disse-me ser para assustar os desbravadores a que chamam mateiros, e que aprenderam a usar com os peruanos, trocando por dois anos de trabalho no seringal.

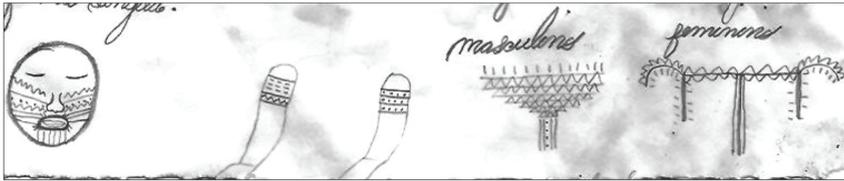
Os [...] (rasgo, fim da página 6, folha 3).

Para a comunicação entre as malocas usam os Rhemos um grande instrumento elaborado desde a tora do cedro, ao qual chamam de ati-chenrin. Sustentados os quatro pilares de madeira, eh então colocada a tora ja tratada. Ela eh queimada para ficar oca, depois fazem tres buracos grandes ao longo da peça e por fim, abrem uma fenda ao meio. Feito esta um grande tambor da mais distinta sonoridade. Represento de forma singela.



(rasgo, fim da página 7, folha 4).

(continuação do trecho de uma folha perdida) [...] são tatuados pois, dizendo-se filhos da onça. Vi como procedem, quando já casados os jovens de esta tribo, depois de seus 10 annos, são embebedados pela mulher. Ela se utiliza do espinheiro do muru-muru para marcar-lhe o corpo com uma titura [sic] cozida. Se eh de boa origem na tribo mais partes a ser tatuadas. Seja na face ao redor da boca, nos braços proximo aos ombros, ou no collo sobre o peitoral. Apresentam-se em braços [traços?] e ponteamentos. Represento de forma singela.



(rasgo, fim da página 8 da folha 4 e do subconjunto aqui chamado de Documento nº1).

**Relatorio á Comissão de Demarcação dos limites Perú-Brazil
feito pelo Snr. O portugues Raymundo de Souza Luzeiro em o anno de
1926 (fim da página 1, folha 1.)**

Cópia em 3 de Julho [de] 1926 [,] para a memória de meus queridos filhos (fim da página 2, folha 1).

Aos Snrs. Augusto da Cunha Gomes, Arthur Bustamante de Albuquerque, João Braulino de Carvalho, e outros ilustres desta Comissão, etc.

No intuito de relatar-lhes a respeito da tribo dos Rhemos que conosco convive desde ha muitos anos, peço que queiram obsequiarme pelos erros que porventura venha cometer e na falta de atender a acuidade de vossas inquirições. Honrado por vossa visita e estadia na propriedade do Batan.

Relatorio – Esta tribo eh assim chamada por haverem suas tatuagens semelhanças com os desenhos encontrados nos rhemos dos caucheiros peruanos. Receberam esta nome para o lado brasileiro (fim da página 3, folha 2).

Quanto a sua estatura são medianos. As mulheres tem a partes dos seios larga, assim como tem alguns homens o caparro. A pele eh escura e cabelos lisos.

Em sua própria língua dão-se o nome de nuuini, que significa gente boa. Dizem-se filhos da onça. Todavia são índios muito pacíficos.

Suas tatuagens são feitas pelas mulheres, encontradas na face, no collo, e nos braços. Após o casamento que se da ao atingirem os 10 annos, a mulher embebeda o indiozinho com caissuma de macacheira ou pupunha, dando-lhe para mastigar o mendubim que tambem cultuavam, e marca-o com o espinheiro do muru-muru. Depois aplica-lhe o carvão cozido de caucho (fim da página 4, folha 2).

Mantem boa higiene esta tribos (sic), pois se asseiam em banhos varias vezes ao dia. Porem na preparação da caissuma eh quando não primão por ela.

São exímios pescadores e tambem caçadores. São igual modo exelentes cultivadores da agricultura, mantendo plantações de plameiras, dale-dale, raizes, milho, mendubim, etc. Para caçar e pescar se utilizam do arco de paxiuba e a flecha de bambu. Usam na extremidade ponta de osso bem

afilado. Senão em contato com o civilizado quando manuseam rifles em troca de trabalho.

Sua prática religiosa consiste na crença dos espíritos (fim da página 5, folha 3).

Quando há mortos, queimam o cadáver para serem aproveitadas as cinzas. Primeiro tomam-na os parentes, depois os demais da tribo. Misturam com o mingau de milho ou caissuma. Acreditam que se não o fizerem os espíritos dos seus falecidos lhes farão mal.

Até o ano de 1922, havia neste Rio Batan mais de 300 índios chamados Rhemos, onde construíram suas malocas a fugir do peruano. Conforme documento descritivo que acompanha este relatório, a pedido do sr. Doutor João Braulino de Carvalho, voltaram ao Peru por causa da gripe espanhola e febre catarral. Depois chegaram os marubios, que hoje se encontram (fim da página 6, folha 3).

(continuação do trecho de uma folha perdida) [...] ao morrer.

O índio Rhemo tem sua própria língua, porém fala ocasionalmente o espanhol. Pouco sabe de o português.

Vocabulário – nomes que o sabemos por a convivência. Os animais –
Aná que é a Anta

Acna ~ [Anta] Pequena

Paca ~ Anum – verso

Basa ~ Macaco de cheiro

Baua ~ Papagaio (fim da página 7, folha 4.)

Cotiara ~ Cancan – verso

Quati-puru ~ Capa – verso

Cachú ~ Veado

Capue ~ Jacareh

Caráca ~ Gallo

Caracá ~ Galinha

Chanu ~ Cobra

Cahnua ~ Arara

Chaué ~ Jaboti
Chinú ~ Macaco preto
Chué ~ Tucanno (fim da página 8 da folha 4 e do subconjunto aqui chamado de Documento nº2.)

Transcritos os documentos e visto o seu teor, passaremos agora a quatro momentos de análise distintos, para que se possa discutir os pormenores permitidos pela relação intertextual e de comparação.

I

O primeiro momento tem como foco a análise da fonte enquanto objeto próprio, ao passo que os documentos também contam uma história, ou melhor, a sua história. O que permite inferir sobre condições, supostas intenções, e circunstâncias que acompanharam o processo de escrita. Estando avulsos, o autor deste livro buscou organizá-los de acordo com a ordem que lhe pareceu mais adequada de acordo com a lógica e coesão da escrita. Assim, foram nomeados os documentos N°1 e N°2, contendo cada um oito páginas (frente e verso). No primeiro, parece haver divisão de sessões por meio de desenhos que se assemelham aos caracteres – apenas para representação aproximada -: ~ + S + ~.

Percebe-se certa preocupação do autor quanto a se escrever da forma “correta”, corrigindo uma grafia ou pontuação sempre que achou necessário por suas referências, que não deviam ser muito distantes da coloquialidade usada no cotidiano. Entretanto, vê-se que, para o padrão da época e da localidade, Raymundo Luzeiro poderia ser considerado um homem bem letrado. As correções de natureza puramente ortográfica, como dos termos “Rhemos” (arcaico) e “Baptizarem”, sugerem que ele detinha um razoável conhecimento da ortografia, não impecável, já que foge do usual algumas vezes, e preocupação em utilizar a base que possuía. No início do documento N°2, ele pede: [...] *queiram obsequiarme pelos erros que porventura venha cometer [...]*.

É notável certa diferença, sutil, quanto à forma das letras ao longo do desenvolvimento das páginas do documento N°1. Começam com certa irregularidade, ganhando, mais à frente,

estabilidade quanto ao desenho. Seria por conta do suporte que utilizou, do momento em que escreveu? Ou teria relação com alguma dificuldade física em escrever? Como o que escreveu mais frente: [...] *ter gratidão para com ele, pois já recuperei a capacidade de escrever melhor. Prometi que para dar-lhe o rifle seria menos custoso, mas que tirasse mais seringa e menos caucho.* Parece indicar que algum Remo o teria ajudado a recuperar o uso normal da mão que utilizava para escrever, seja por motivo de acidente ou doença.

Quanto a como se apresentavam, ambos os documentos foram consultados em estados de conservação de razoável para ruim, estando o documento N^o1 em pior estado, com rasgos, marcas de dobras, manchas de umidade e apagamento da impressão do grafite (vindo de um lápis?); o documento N^o2 em melhor estado, com rasgos nas laterais e no que parece ter sido uma encadernação improvisada – os pontos de fixação das linhas ou adesivo –, e quase ausência de manchas provenientes do excesso de umidade, estando algumas vezes a tinta da caneta (bico de pena ou caneta tinteiro?) traspassada ao outro lado do papel. Em ambos, o papel utilizado parece ser de pouca gramatura, portanto, mais frágil.

II

O segundo momento deter-se-á sobre o que ora se sabe e o que já se sabia acerca da relação entre a família Luzeiro e os povos indígenas do Alto Javari, destacando-se os *Remo* e *Marubo*. As principais fontes que permitem essa comparação são os relatórios da visitação de agentes do governo e relatórios indigenistas. Dos últimos, particularmente os seguintes: “Relatório sobre os índios Marubo” de Melatti & Melatti³ - nele, através de entrevistas realizadas em 1975, a segunda geração dos Luzeiro aparece como portadora de informações caras à memória destes povos –, e “Relatório da Viagem Realizada às Áreas Indígenas do Município do Cruzeiro do Sul” de Montagner Melatti⁴ – no qual são apresentados relatos de etnohistória e conflitos dos povos do extremo oeste da Amazônia brasileira.

³ MELATTI, Julio Cezar; MELATTI, Delvair Montagner. **Relatório sobre os Índios Marubo**. Série Antropologia, n. 13. UNB, 1975, 92 p.

⁴ MONTAGNER MELATTI, Delvair. **Relatório da Viagem Realizada às Áreas Indígenas do Município do Cruzeiro do Sul**. Brasília: DGPC/Funai, 1977.

Numa comparação entre os textos transcritos, o seguinte pode ser apreendido: o primeiro manuscrito confirma o que Raimundo de Souza Luzeiro, o filho, havia dito na entrevista, que a família criava um indígena da etnia Remo, acrescentando a informação de que fora no ano em que se instalara no Batã, 1902, que seu gerente, José Larrinaga, inserira no acampamento o [...] *diminuto índio da dita tribo, a quem chamavam Daniel [...], dizendo que havia sido encontrado pelos peruanos no Rio Jaquirana*. Raimundo teria dito que o rapaz havia sido “capturado”, o que vai de encontro ao eufemismo de linguagem utilizado pelo pai.

O manuscrito também confirma a informação de que, em determinado dia, o indígena retornou à sua aldeia, voltando ao seringal com outros de seu grupo. De acordo com Raymundo, o pai, em 1909 [...] *o índio Daniel abandonou o acampamento principal do Rio Batan, e pensamos que nos deixava a nos todos, e tristes ficamos, por ja o considerarmos como hum filho. Todavia agora, com a cheia adiantada, retornou, como que para saudar o nascimento de meu terceiro filho, Raymundo ademais, não sozinho, pois que veio acompanhado de muitos dos seus. Ao contar, cheguei a soma de 82 índios. Vieram tirar seringa, e estão assentados no Barranco de Baixo*. Sabe-se que seu filho Raimundo nasceu a 10 de junho de 1910; teria sido pouco depois desta data que o grupo dos Remo chegou ao Batã.

Ou seria mais acertado dizer que teriam retornado? Logo no início do documento Nº1 e folha 1, o senhor Luzeiro escreve que, pelo que lhe haviam informado à época, aquele povo vivia no Peru, ao que parece até meados de 1910. Contudo, já no último trecho da mesma página, citando uma informação dada pelo próprio Daniel, diz que os pais e avós deste [...] *moravam neste Rio antes dos civilizados aqui chegarem*. Ora, se estiver correta a informação, pelo menos antes da chegada dos Luzeiro naquele rio, os Remo teriam habitado suas terras do lado brasileiro e, como sugere Raymundo, é possível que tenham migrado ao Peru como forma de escapar da [...] *violência dos peruanos [...], pois que são mansos*, ou seja, escapar dos caucheiros peruanos, porque, de acordo com informação de 1901,⁵ *o Batan é explorado por 150 peruanos no minimo, que cultivam exclusivamente o caucho*; e corrobora com a de 1897, de que *são estes*

⁵ NERY, Silverio José. **Mensagem lida perante o Congresso dos Representantes na abertura da 1ª Sessão da 4ª Legislatura – em 10 de julho de 1901**. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1902, p. 750-751.

índios fracos e covardes, fogem ao encontro do homem civilizado ocupam toda a margem direita do rio Bathan [...], de Cunha Gomes⁶. Assim, podemos pensar que, como forma de escapar à violência com que deviam ser tratados por tais caucheiros, que passaram a ocupar mais densamente as margens do Batã logo na virada para os novecentos, teriam, ironicamente, encontrado refúgio justamente para o lado peruano, de onde haviam saído seus opressores.

Estas colocações vão de encontro ao que diz Montagner Melatti em seu relatório de 1977⁷, que *os Nukiní [Remo] foram pacificados por volta de 1904. Estavam na Serra do Moa [Acre], na fronteira com o Peru [...]. Os índios que moravam no rio Jaquirana foram trazidos por Raimundo Luzeiro [Raymundo de Souza Luzeiro]. Se por um lado as informações que compilou a levaram a indicar a fronteira do extremo oeste amazônico entre Brasil e Peru como local de habitação “originária” dos Remo, concordando com as outras fontes, afirma que Raymundo fora o responsável por trazê-los dali, o que não seria impossível, mas destoante das informações colhidas nas fontes hoje já possíveis de se reunir: teriam sido capturados por peruanos. Anos antes, os indígenas daquelas margens brasileiras já seriam em pequeno número devido às correrias contínuas, que fazem os caucheiros peruanos para expellir-os do território onde exploram o Caucho e para tomarem as pequenas [crianças], cuja venda constitui um ramo de negocio lucrativo⁸.*

Cunha Gomes escreveu em seu relatório publicado no ano de 1899, que, na região do Alto Jaquirana e seus afluentes, as casas extratoras e comerciais trabalhariam todas com *índios* já domesticados da *tribo dos Chamacôcos, e com aqueles que, em suas correrias, colhem das malócas das tribos dos Rhemus e Capanauas⁹. É necessário se problematizar a presença de tais grupos indígenas*

⁶ GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia** – Re-Exploração do Rio Javari. Brasil – Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 36.

⁷ MONTAGNER MELATTI, Delvair. **Relatório da Viagem Realizada às Áreas Indígenas do Município do Cruzeiro do Sul**. Brasília: DGPC/Funai, 1977, p. 37-39.

⁸ GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia** – Re-Exploração do Rio Javari. Brasil – Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 36.

⁹ GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia** – Re-Exploração do Rio Javari. Brasil – Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 33.

nas propriedades dos seringais naquele período e localidade, considerando as relações dinâmicas possíveis entre as etnias distintas. As correrias e decorrentes capturas empreendidas contra os povos indígenas do Alto Javari não podem – ao menos não deveriam – ser tomadas como única explicação para o encontro desses dois mundos sempre presente nos relatos da época, ainda que não possam ser negadas como expressão da mais sórdida violência contra o “outro”. Contudo, faz-se necessário considerar as diferentes formas de sobrevivência, resistência e agenciamento identitário usados por tais grupos em “negociação” para com a frente colonizadora. Afinal, o indígena romantizado, essencializado e isolado já não tem mais lugar no entendimento antropológico mais atual.

Castelo Branco publicava na RIHGB de 1950¹⁰ um trabalho no qual indicava, mesmo que *en passant*, referências históricas sobre a localização dos *Remo* no oeste amazônico, as quais indicariam que no final do século XVIII eles ocupariam uma região serrana para a margem esquerda do Javari, ou seja, para o lado peruano. Haveria um diacronismo entre esses povos chamados *Remo* entre a distância mais que significativa de séculos, ou seria o mesmo grupo que migraria constantemente? Ou ainda: seria o termo designativo desta etnia um recurso de uso generalizado para mais de um povo indígena naquela região? O mesmo autor, quase três décadas antes¹¹, afirmava que, a partir do final do século XIX, quando teria começado o que chamou de “povoamento do Juruá acreano”, os “*Inukuinins*” – seria uma variação para fazer referência àqueles *Nukini/Remo?* – habitariam no Alto Moa, restando ainda 30 indivíduos a cerca de duas horas para além do Seringal Gibraltar, no ano de 1922; os *Remo* nos afluentes Juruá-mirim e Rio das Minas, portanto, para além do lado direito do Javari, e tendo contato com outras etnias em áreas limítrofes. Para ele, seriam povos diferentes. Contudo, a dúvida quanto à origem dos *Remo* do Jaquirana é mais uma vez levada a ser sanada pela descrição de Luzeiro, citando o trajeto mútuo entre Brasil e Peru, que parece ter continuado em

¹⁰ CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. **O Gentio Acreano**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 207. Rio de Janeiro: 1950, p. 3-78.

¹¹ CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão. **O Juruá Federal**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 9, Tomo Especial – Congresso Internacional de História das Américas – 1922. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1930.

uso quando de sua retirada para o país vizinho a partir do início da década de 1920. Assim, ainda se faz necessário a escolha especificada para localização na linha do tempo dos aspectos dinâmicos da vida do referido povo indígena, que parecem ter se transformado com rapidez e facilidade no devir histórico.

Se no início do século XX seus grupos (ou ao menos alguns deles) estariam na Serra do Moa, o mesmo não pode ser pensado como referência estática de localização definitiva. Ao que tudo parece indicar, a mobilidade territorial para eles era recorrente, bem como devem ter ocupado diversos lugares ao mesmo tempo, já que a divisão em grupos ou clãs quase ou totalmente independentes pode ser notada nos relatos e relatórios. Não seria improvável que estivessem tanto na margem direita quanto na esquerda do Rio Javari, afinal, as divisões geográficas dos Estados ocidentais não correspondiam ao tipo de relação existente entre os povos nativos e as terras por eles ocupadas. Entretanto, a grande mobilidade geográfica também poderia representar uma forma de se evitar conflitos interétnicos ou mesmo localizar-se estrategicamente.

Uma das primeiras notícias relatadas de estrito e duradouro contato entre “civilizados” e possíveis *Remo* teria ocorrido entre 1900 e 1904, antes mesmo do que foi cogitado por Montagner Melatti, e isto de acordo com uma carta que o Coronel Mâncio Agostinho Rodrigues de Lima escrevera a Máximo Linhares no ano de 1911.¹² Nela o dito militar da Guarda Nacional, também proprietário de extensas terras no Rio Juruá e Moa, confienciava ao funcionário público as tentativas em que tentara *catechizar os índios que vivem entre as terras hoje exploradas e naquele tempo incultas, entre o Paraná dos Mouras (ou da Viuva) e o rio Mõa [...]*. Em 1901, por terem os ditos indígenas *furtado quasi rodos os seringueiros, chegando ao ponto de muitos deste ficarem sem cousa alguma*, ele teria visitado aquelas terras por 11 dias na companhia de três *índios mansos*, encontrando cinco grandes malocas, 13 grandes roçados, sem que alguém estivesse presente, pois todos haviam fugido. Em 1904 outra excursão, sendo o motivo, de acordo com o autor da carta, os constantes roubos, *a ponto de quebrarem bahús a machado para tirar o que havia nelles*. Eles seriam em número de 200 indivíduos que, de acordo com Lima,

¹² JORNAL DO COMMERCIO. Os índios do Território do Acre. Anno 87, N.12. Rio de Janeiro - Domingo, 12 de janeiro de 1913, p.5-6.

[eram] nossos irmãos e que tanta falta [faziam] ao nosso grandioso Brasil, no que ele se via levado a deixar instrumentos de agricultura e outros objetos diversos para aos poucos inseri-los na “civilidade”.

Linhares diz que no Alto Moa habitavam indígenas identificados nos grupos *Remo* – nomeados pelos brasileiros, como registrou Luzeiro no *Relatorio*, dizendo que eram assim chamados *por haverem suas tatuagens semelhanças com os desenhos encontrados nos rhemos dos caucheiros peruanos. Receberam este nome para o lado brasileiro* -, os ditos *Inocu-inins*, nome em sua própria língua que queria dizer “onça venenosa e cheirosa”, distante da significação apresentada por Luzeiro em 1910 e 1926 – e sucessivamente copiada - para *Nucuini*, “gente boa”, o que provavelmente não se trata de uma tradução da identificação étnica, senão uma afirmação enfática dos indivíduos daquele povo de que, apesar do significado do nome que se davam, eram “bons”; tanto que nos documentos N^o1 e N^o2 há a referência à forma que se identificavam, como *filhos da onça*, aproximando-se daquela de Linhares. Eles teriam sido “escravizados” no Peru e, voltando para território brasileiro, seriam em número de 60 no ano de 1912.

Maria de Souza Luzeiro, que também foi entrevistada, contou que na época de seu pai os *Remo* [...] eram índios muito pacíficos. Parece repetir o que seu pai escreve logo na primeira página do Documento n^o1, ao dizer que [...] são mansos. Na segunda página, diz que [...] desde que chegaram, nada de mau fizeram. Ao referir-se à interferência que o Padre Flores teria tido quanto a impedir que um esquadrão militar fosse enviado até eles por ordem do poder público, escreve que este *evitara uma verdadeira injustiça, pois nada de mal fizeram antes ou depois da istação do posto*. Parecem concordar com Cunha Gomes, igualmente. Em 1912,¹³ um funcionário do Governo Federal relatou que, ao subir até propriedades do Coronel Mancio Lima nas imediações do Rio Moa, os indígenas que o acompanhavam na expedição não entendiam coisa alguma da língua dos *Poianaua*, senão dos *pacíficos, civilizados e bons índios Ynocu-inins* [*Nukuini, ou seja, Remo?*], que habitam o alto Moa.

Os *Marubo* parecem também ter estado presentes na rede de convivência dos seringais do Batã mesmo quando os *Remo* ali habi-

¹³ JORNAL DO COMMERCIO. **Os índios do Território do Acre**. Anno 87, N.12. Rio de Janeiro – Domingo, 12 de janeiro de 1913, p.5-6.

tavam. Melatti diz que Raimundo Luzeiro lhe deu a informação de que José, pai de Julio “Caolho”, depois perseguido de morte a mando de Inglês - um negro que viera da Guiana Inglesa e se tornara seringalista -, conforme relatado em texto anterior, era chamado pelos Luzeiro de Emiliano, e [...] *vivera na boca do Batã, como protegido de José Renan, aviado de seu pai [Raymundo], antes de se estabelecer no Curuçá, onde passou a receber mercadorias de vários fornecedores, dentre eles José Costa*¹⁴. Assim, a chegada relatada por Maria Luzeiro – detalhando que seu pai recebera *três índios Marubo [...], que vieram do Curuçá, com suas famílias [, e] um civilizado, que morava perto, e era aviado de seu pai, também protegia uma família Marubo*¹⁵ - e depois verificada no documento Nº 2, quando seu pai destaca que após os Remo, [...] *chegaram os marubios, que hoje se encontram*, seria então, na verdade, uma forma de dizer que estes indígenas vieram a se estabelecer de forma mais duradoura e em maior número com a partida dos anteriores ao lado peruano. Não que apenas a partir desse momento passaram a contatar os colonos do Batã e vice-versa, acontecendo já há muito antes.

Quanto à aparência dos indígenas que trabalhavam para seu pai, Maria teria dito que costumavam ter [...] *vários furos nos lábios e pelo menos um no nariz [...]*. Estaria ela falando especificamente dos Remo? Pois, ao que parece, para aquela região, as características de sua descrição são semelhantemente compatíveis com os Marubo. Tanto que, na transcrição indireta da entrevista feita pelos autores do relatório, ela termina por fornecer alguns vocábulos Remo, que, como notaram à época, eram muito semelhantes aos Marubo. Ao passo que seu pai, em 1910, não cita os furos no rosto, senão as tatuagens que teriam destacadas no corpo. *Asustam pela aparência de bravios, porque das tatuagens que os cobrem e a compleçam física*. Já na página três do primeiro documento, Raymundo escreve que, certo dia, durante uma bebedeira, [...] *uma moçoila embriagou seu parente para então [...] marcar-lhe o corpo. Parece ser costume antigo esse, e não se escandalizam*. Mais adiante, acrescenta alguns detalhes de como seria o processo de tatuagem. *Vĩ como procedem, quando ja*

¹⁴ WELPER, Elena Monteiro. **O mundo de João Tuxaua: (Trans)formação do povo Marubo**. 2009. Tese de doutorado. 229p. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, p. 105.

¹⁵ MELATTI, Julio Cezar; MELATTI, Delvair Montagner. **Relatório sobre os Índios Marubo**. Série Antropologia, n. 13. UNB, 1975, p. 11.

casados os jovens de esta tribo, depois de seus 10 annos, são embebedados pela mulher. Ela se utiliza do espinheiro do muru-muru para marcar-lhe o corpo com uma titura cozida. Se eh de boa origem na tribo mais partes a ser tatuadas. Seja na face ao redor da boca, nos braços proximo aos ombros, ou no collo sobre o peitoral. Apresentam-se em braços [traços?] e ponteamentos. Acrescenta ainda no Relatorio que o jovem era embebedado com caissima de macacheira ou pupunha, dando-lhe para mastigar o mendubin, e que a tintura utilizada seria feita com o carvão cozido do caucho. Em momento nenhum cita os furos ou adornos no nariz ou boca, mas, em vez disso, destaca as tatuagens para além da região da face, a ponto de tentar reproduzi-las com desenhos próprios, aos quais se refere como feitos de forma singela.

O que faz sentido, já que o relato de Maria Luzeiro teria em si mais força mnemônica depois da retirada dos *Remo* do Batã a partir dos anos 1920, e, portanto, em relação aos *Marubo*, já que, nascida em 1911, seria apenas uma criança para lembrar-se de detalhes tão específicos. Todavia, as descrições do Relatório da Comissão de Limites de 1897, ao contrário, parecem endossar o que Maria Luzeiro dissera quase um século depois: *furam os lábios inferiores, orelhas e nariz, que ornam com pennas de Araras e outras aves, usam pendentes ao pescoço e cintura, collares e cintas feitos de conchas, dentes de animaes e de certa madeira dura e perfumada*¹⁶. Se eram de um ou de outro grupo, nada muda quanto à sua presença no meio dos não indígenas.

Há certo conflito nos relatos quanto ao comportamento ou postura dos *Remo* frente aos brancos que, adentrando as terras de sua habitação, com eles tinham contato direto ou indireto. No ano de 1874, a Comissão Mista de Limites chefiada pelo Barão de Tefé, ao subir o rio Jaquirana e adentrar a boca do Batã, registra que recolheram em determinado tronco mais de uma flecha, [...] *encontrando nas duas margens numerosas pegadas e escutando, na margem brasileira, a batida dos índios 'nos troncos que lhes servem de tambor'*. Seriam os *Remo* a habitar o rio, a lançar as flechas e usar os “tambores”? Por não haverem tido contato direto com eles quando da viagem de demarcação, a comissão não soube identificá-los. É em 1897, com a outra comissão, chefiada por Cunha Gomes, que se tem uma citação clara

¹⁶ GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia** – Re-Exploração do Rio Javari. Brasil – Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 36.

de que os grupos indígenas que habitavam o Batã eram do povo *Remo*, ou ao menos de algum outro povo assim chamado pelos que chegavam de fora, considerados no relatório como sendo *fracos e covardes*. Seria uma questão de impressão ou perspectiva?

No documento N^o1 da autoria de Luzeiro, além de dizer que assustavam pela aparência – seria uma observação de cunho pessoal ou o que soubera de outras pessoas? -, cita indiretamente uma resposta do indígena Daniel à sua pergunta de por que [...] *deles tinham medo, e disse-me na língua espanhola que os civilizados cobizavam suas mulheres por serem bonitas e que eram boa gente. Confundiam-os com os Mayo*. A resposta, um tanto fugidia que teria dado o jovem, faz parecer que algumas razões do conflito de seu povo com outros grupos étnicos, inclusive com os colonos, vinham da proteção que precisavam dar às mulheres do grupo e por serem vistos como ameaça ou mesmo perigosos quando confundidos com os *Matsés/Mayoruna*, temidos pelos “exploradores” desde os primeiros registros realizados. Além disso, os *Remo* parecem ter sido adversários históricos dos *Mayo* e de outros povos da região, *[eram] inimigos dos Capanawa, não se uniam. Também eram inimigos dos Sipibo, se matavam mutuamente [...]. O relacionamento com os Poyanáwa não era amistoso [...] brigavam com os Mayo, do rio Javari e com os Kapatxo, do divisor a Serra do Moa. Falavam línguas diferentes; morreram muitos deles*¹⁷. Quanto a suas mulheres, seriam vítimas recorrentes de *tráfico ilícito*, capturadas e comercializadas muito mais que os homens¹⁸.

A menção de Cunha Gomes aos *fracos e covardes* indígenas do Batã, chamados de “Remos”, contrasta com as observações de Luzeiro, para quem os homens seriam de *grande caparro, maior parte cabeluda e com pequena pera*. Nesse trecho do documento se vê a ainda presente herança do vocabulário português, escolhendo chamar “caparro” em vez de “peito” ou “peitoral”, e “pera” em vez de “barba” ou “bigode”. Ao menos é o que se pode imaginar quando se consulta qualquer dicionário lusitano. Entretanto, as diferentes observações permitem que se ponha em dúvida se ambos faziam referência ao mesmo grupo indígena, ou se o termo de designação

¹⁷ MONTAGNER MELATTI, Delvair. **Relatório da Viagem Realizada às Áreas Indígenas do Município do Cruzeiro do Sul**. Brasília: DGPC/Funai, 1977, p. 37-39.

¹⁸ GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia – Re-Exploração do Rio Javari**. Brasil – Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 33.

étnica estava sendo usado de forma arbitrária, sem a certeza de se estar correto. Por conta da convivência que teria se dado entre os indígenas e não indígenas naquela região, temporal e socialmente significativa, a acuidade do relato de Cunha Gomes sobre este ponto específico perderia em força para o de Luzeiro. No documento N^o2, Luzeiro descreve-os como sendo de *estatura mediana*, e tanto as mulheres quanto os homens o tórax – seios e peitoral, respectivamente- largo. *A pele eh escura e cabelos lisos*, concordando com as observações anteriores de Cunha Gomes ao notá-los mais escuros que os *Capanaua*.

Quanto aos costumes, tanto Raymundo quanto Maria Luzeiro citaram as bebidas fermentadas de pupunha e macaxeira, a chamada caçuma. Contudo, dando mais detalhes, o documento N^o1 também traz as referências aos momentos “festivos”, quando *dançaram e cantaram ao largo da noite* e quando teriam se excedido *na bebedeira*. As informações levantadas entre os remanescentes dos Remo por Montagner Melatti em 1977¹⁹ também concordam com este comportamento, quando cita que no Jaquirana teria havido *muita caisuma*. Parece que, para além dos momentos de sociabilidade e recreação, a bebida seria elemento importante no processo de embriagamento para o rito da tatuagem.

A nudez deles foi vista como algo não apenas estranho aos colonos e frente exploratória dos altos rios da Amazônia, mas como modo de vida a ser substituído pelos considerados civilizados. Aos Remo, *como em geral entre todas as tribus de selvagens [...], lhes é inteiramente desconhecida a menor noção de pudor. Andam os homens nus, usando as mulheres pequenas tangas de tucum ou de contas de madeira, pendente da cintura, quando chegam a ser mães*²⁰, afirmava Cunha Gomes. Luzeiro escreveu que não recusaram quando lhes ofereceram roupas, no entanto, é difícil imaginar se não houve certa hesitação em recebê-las, assim como se teriam sido suficientes para todos. Na terceira página do documento N^o1 há também a afirmação da estranheza que os “civilizados” do Batã sentiam em relação ao fato de os indígenas não se sentirem *envergonhados nus*

¹⁹ MONTAGNER MELATTI, Delvair. **Relatório da Viagem Realizada às Áreas Indígenas do Município do Cruzeiro do Sul**. Brasília: DGPC/Funai, 1977, p. 37-39.

²⁰ GOMES, Augusto da Cunha. **Comissão de Limites entre o Brasil e a Bolívia – Re-Exploração do Rio Javari**. Brasil – Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1899, p. 37.

entre-si, mas quando em nossa presença, recorrendo as roupas que lhes damos e tangas de feitió próprio. Termina o parágrafo dizendo que verificavam este comportamento em maior recorrencia nas mulheres. Usam pequenas tangas, mas jamais cobrem os seios.

Ora, para os relatos da época, os indígenas que usavam roupas ocidentais e trabalhavam para os seringueiros ou caucheiros, convivendo assim no cotidiano da frente colonizadora – mais uma absorção que escolha voluntária -, eram chamados de “amansados”, vistos não como parte integrante da sociedade local, mas estando a serviço dela. Portanto, o vestuário seria um elemento de distinção e identidade na dinâmica sociocultural da região. Podemos pensar que, para manter boas relações e evitar conflitos, os *Remo* administravam a convenção social do uso de roupas e o tabu da nudez, ambos preocupação dos colonos, apropriando-se das normas de convivência daqueles outros, flexibilizando-as quando entre os seus.

Quanto ao sistema de crenças que teriam praticado os indivíduos daquele povo, pode-se destacar duas considerações a partir do documento Nº1, em sua quarta página: Raymundo parece ter se preocupado, ao menos nas palavras que deixou registradas, com o impacto que teria uma forçosa catequização por parte da Igreja Católica, quando recebeu a sugestão do Padre Flores (peruano?) de que pedisse autorização à Paróquia de São Paulo (de Olivença) para que os “índios” do Batã fossem evangelizados e batizados. Seus argumentos contrários eram de que *temia alguma resistencia da parte deles, porque havia visto as proprias crenças de esta tribo, quando recorrem ao feiticeiro, da crença no dominio dos espiritos sobre os homens, o uso do suor das rãs, do uso do cipo estupefaciente, etc, etc.* Para ele, parece ter havido indícios fortes o suficiente para pensar que as crenças dos *Remo* seriam parte de uma religião, ou algum sistema maior que teria significativa importância para eles.

Em posicionamento diametralmente oposto, tomando como base o que sobre ele escreveu o autor, o padre achava que *não seria necessário esforço, por não exercerem qualquer religião, senão serem escravos da mais pura superstição.* Imagina-se que, para que pudesse fazer tal afirmação, o religioso devia ter observado ou se inteirado minimamente do que acreditavam os indígenas e como exerciam a crença, o que, de certa forma, é um vestígio indireto do reconhecimento da existência de formas de expressão simbólico-religiosa distintas das que ele como sacerdote professava. Sobre este assunto

não se encontram mais informações nos outros documentos ou relatórios. Sabe-se que Maria Luzeiro citou o uso das rãs apenas como alimento, sem dar detalhes de seu uso ritualístico, o que leva a crer na hipótese anteriormente citada de que teria tido maior contato com os *Marubo* e, conseqüentemente, seu relato tenha se apresentado como um conglomerado de informações sem clara distinção entre uma etnia de referência ou outra.

O interessante é que o documento N°2 de Luzeiro, em suas páginas cinco e seis, cita explicitamente a existência do que ele chamou de *pratica religiosa*, que consistia na *crença dos espíritos*, concordando com a *Memoria*, mas sem especificá-la. Todavia, detalha o que seria parte desta crença, o costume que teriam de cremar o cadáver do falecido para serem misturadas as cinzas *com o mingau de milho ou caissuma*. Deste ritual participariam primeiramente os parentes próximos, e posteriormente o restante do grupo. Pelas palavras do autor, acreditavam *que se não o [fizessem] os espíritos dos seus falecidos lhes [fariam] mal*. Podemos dizer que este fato é interessante, e isto se explica porque, pelo que se pode considerar, o manuscrito do *Relatorio* teria sido entregue à Comissão de Limites e aproveitado quando da transcrição de Carvalho em 1928, como se verá mais adiante no terceiro momento de análise. No relatório resultante sobre os povos indígenas contatados pela comissão, no tópico acerca dos *Remo* vê-se a seguinte colocação sobre a sua religião: *nada conseguimos sobre as suas praticas religiosas*. Nada teriam conseguido ou nada teriam buscado a esse respeito? Os questionamentos seguem mais adiante. No entanto, Maria Luzeiro voltaria a afirmar que aquele povo teria o “costume” da *cremação dos cadáveres e a mistura de suas cinzas com mingau de milho, a destruição dos objetos, roças e animais domésticos do falecido*, o que caracterizaria uma manifestação pontual de um sistema maior de crenças organizadas, uma religião.

Há a referência ao uso que faziam do chamado “trocano”. Na hipótese deste povo já habitar o Alto Jaquirana e Batã pelo último quartel dos novecentos, em particular a margem brasileira, viria o som das batidas que ouviram os membros da Comissão Mista de Limites de 1874 dos trocanos *Remo*? Von Hoonholtz, o Barão de Tefé, descreveu-as como batidas vindas dos *troncos que lhes servem de tambor*, alusão compatível com o uso dos referidos instrumentos. Em sua *Memoria*, Raymundo Luzeiro escreveu que aqueles indí-

genas usavam um grande instrumento feito da tora do cedro para se comunicarem entre as malocas, definindo-o então como instrumento de comunicação, e não estritamente musical, *ao qual chamam de ati-chenrin*. Descrevendo o seu processo de produção, cita a queima da peça de madeira como forma de esculpir e abrir espaço interno, a abertura de três orifícios grandes ligados por uma fenda ao meio e o uso de quatro pilares de madeira para sustentação do instrumento. Dessa forma, de acordo com ele, se produzia *um tambor da mais distinta sonoridade*. Não obstante os detalhes da manufatura, acrescenta abaixo da descrição um desenho, que permite ao observador atento identificar o tal tambor como um verdadeiro trocano. Em 1975, sua filha reafirmou em entrevista que os indígenas do Batã de sua infância usavam o trocano, o “tronco que ressoa”.

Outra característica abordada comumente nos documentos é a que faz referência à cultura do cultivo de vegetais que esse povo mantinha. Luzeiro, no documento N^o1 (fragmento da página 5), parece continuar um trecho que se perdeu e que faria alusão à alimentação ou cultivo de frutas por parte dos indígenas. Os *Remo* teriam preferência *pelos frutos das palmeiras do assai, do buriti, e da popunha*. Em seu *Relatório* (documento N^o2, página 5), escrito mais de uma década depois, indica que eles eram, ao seu ver, também *exelentes cultivadores da agricultura*, e teriam plantações de diversas raízes, além das palmeiras. Entre elas *o dale-dale, [...] milho, mendubim [amendoim], etc.* Maria Luzeiro citou aos antropólogos informações que permitem que seja pensada uma estreita relação entre o citado povo indígena e a adaptação alcançada para a manutenção de uma alimentação variada, como a caçuma feita com mais de um tipo de vegetal, *o uso do pilão em forma de canaleta* para o processamento de alimentos – durante o qual não “primariam pela higiene adequada”, em contraposição aos demais momentos do dia, nos quais tomariam banho várias vezes, como descrito no documento N^o2 -, *as bolas de milho, o peixe assado em embrulhos de folhas, a conservação de grandes beijus dentro do chão*, o chamado “pão de índio”, além do *uso de rãs como alimento*, que também teriam uso ritual com o emprego de seu “suor”, conforme Luzeiro.

Teriam também outros usos para os produtos de suas plantações, como os da *posse de muitos algodoeiros*, provavelmente utilizados para a confecção de artefatos para o vestuário ou para a comercialização/troca do algodão. Podemos imaginar um constante manejo

de determinadas espécies vegetais, já que, para além da alimentação, algumas também faziam parte de ritos específicos, como aquelas que proporcionavam os ingredientes para as bebidas e tinturas. Um manejo especializado, já que a fauna e flora daquela região quase inóspita dependeria de condições particulares, integrantes de um microecossistema.

Ora, abordando sua alimentação, fica claro que não dependiam somente dos alimentos de origem vegetal, já que Raymundo Luzeiro, no fragmento da quinta página de seu documento Nº1, citou uma ocasião em que um grupo de 10 adultos e crianças ofereceram 5 *grandes macacos* como presente à família do seringalista, e que, por terem sentido nojo as mulheres do acampamento, *a bem dizer as civilizadas*, recusaram-se a aceitar. Os caçadores teriam levado o abate para a parte de trás do acampamento e, *depois de limparem a caça, puseram sobre uma fogueira com estacas, que com o fogo ameno esta ate o momento*. Seria o processo de moquear ou defumar a carne. Já no *Relatorio* de 1926, afirma que eles eram *exímios pescadores e também caçadores*, e que usavam para isso arcos feitos de paxiúba e flechas de bambu, nas quais colocariam pontas de osso *bem afilado*. E acrescenta que isto mudaria em casos específicos, quando algum deles estivesse em contato com o “civilizado”, *quando manuseiam rifles em troca de trabalho*.

Afora a sobrevivência que de forma conhecedora buscavam no ambiente natural da Amazônia Ocidental, podemos imaginar a alcançada resiliência frente aos fatores de risco constantes naquela região, como a grande população de animais peçonhentos e de mosquitos transmissores de doenças. No documento Nº1, como citado por alto anteriormente, Luzeiro comentou ter gratidão a alguém – seria o indígena Daniel, já que o trecho anterior se perdeu? – por já ter recuperado *a capacidade de escrever melhor*, o que possibilita se pensar em algum tipo de lesão que tivera e que, com a ajuda de alguém, possivelmente um *Remo*, obtivera melhora. Afirmou também que acreditava que os *Remo* eram *mais eficazes em manter a boa saúde que os civilizados, ainda que a incidência de mosquitos esteja pela hora da morte*, o que significa a adoção por parte destes indígenas de formas bem-sucedidas de afastar os mosquitos ou inibir a ação vetorizada dos vírus e protozoários transmitidos, ainda que a população de mosquitos estivesse em níveis absurdos. Entretanto, ao escrever tais palavras, mal sabia o autor que alguns anos

depois presenciaria um grande surto de gripe que levaria a morte a centenas de indígenas, uma doença sobre a qual nem mesmo os “civilizados” tinham conhecimento suficiente para enfrentar.

Maria Luzeiro, em 1975, afirmou que no ano de 1918 ocorrera o referido surto de gripe, mas não de qualquer tipo, senão da chamada Influenza Espanhola. Teria atingido os indígenas do Batã de “forma implacável”, e durante algum tempo teriam falecido de 3 a 4 diariamente. Não apenas os do Jaquirana e Batã, mas de toda aquela região, pelo que fez referência o padre Constant Tastevin em 1920 ²¹ ao dizer que, pelos efeitos das epidemias, *nas cabeceiras do Móa, entre o Singarú e o Móa, vagueiam alguns sobreviventes dos Nukuinis* (tradução minha).

Em seu *Relatorio*, Luzeiro deu mais detalhes acerca do que teria ocorrido no Batã após o surto de 1918. Dando números, afirmou que até o ano de 1922 eram mais de 300 *Remo* no mesmo rio, o que significa que, antes da epidemia, deveriam estar em número muito superior, já que a taxa de mortalidade foi alta; e que, conforme um *documento descritivo* que acompanharia o *Relatorio*, *a pedido do snr. Doutor João Braulino de Carvalho, voltaram ao Perú por causa da gripe espanhola e febre catharrenta*. Entretanto, acerca do número da população dos indígenas, há a afirmação de Raimundo Luzeiro (o filho) na entrevista de 1975 de que no ano de 1921 teria ocorrido outro surto de gripe, que, atingindo os *Remo* que viviam nos seringais da família, reduzira drasticamente o seu número para aproximadamente 30 indivíduos. Ela pode ser lida de duas formas, considerando-se a validade do *Relatorio*: ou o entrevistado afirmara que os indígenas teriam reduzido em 30 o seu número, e não foi bem entendido pelos entrevistadores, ou Raymundo Luzeiro (o pai) citara o número de 300 para se referir ao número da população imediatamente anterior ao começo da epidemia, que teria durado de 1921 a 1922, já que este número aproxima-se do informado por Maria Luzeiro décadas depois – ou teria ela se baseado nos manuscritos do pai que guardava, inclusive para dizer que teriam retornado ao Peru?

As citadas *gripe espanhola e febre catharrenta* no documento N°2 foram doenças muito conhecidas dos Amazonenses. Se a primeira

²¹ TASTEVIN, Constant. **La Géographie**. Tomo XXXIII. Paris: Sociéte de Geographie, 1920, p.131-148.

não exige qualquer apresentação, ela própria parte constituinte de uma memória social coletiva com as epidemias entreguerras e diversos trabalhos publicados a respeito de seus impactos regionais, a segunda necessita que se recorra às fontes da época, dada a volatilidade dos termos empregados na designação de objetos na ciência médica. Exemplo disso são a Hanseníase, antes chamada de lepra, lazeira, morfeia, etc., e a Malária, antiga maleita, impaludismo, sezão, entre outros termos. O avanço na ciência concorre para que tais modificações ocorram.

Recorrendo-se à “Climatologia Medica” de Hermenegildo Lopes de Campos (1909)²², vê-se a citação à [...] *Grippe – É molestia conhecida, ha muitos anos, no Amazonas sob o nome de catharreira, febre catharral*. Em 1907, teria apresentado epidemia na maior parte do Estado entre fevereiro e março, sendo as crianças as maiores vítimas. Essa doença, considerada um tipo de gripe, tinha já os seus primeiros registros no Amazonas em meados do século XIX, como quando o homeopata Marius Portes apresentou relatório à Presidência da Província em 08.07.1854, dizendo que para a capital, na maior parte do ano, não se observavam endemias, mas que, no começo dos processos de enchente ou vazante dos rios, apareciam as doenças epidêmicas, ou seja, que afetavam a região de forma mais ampla, interiorizando-se, sendo as mais comuns a disenteria e a gripe, [...] *chamada vulgarmente de catharreira*²³. Aparece nos relatórios seguintes também como pneumonia gripal, gripe pulmonar e gripe intestinal.

Cabe destacar que Lopes de Campos assinala a *influenza* como um tipo de gripe, não permitindo, porém, que aqui se faça uma distinção entre a dita *febre catarrenta* e a *gripe espanhola (influenza)*, nem quais os critérios utilizados pelos médicos na identificação de um caso ou outro. De igual modo, os habitantes do Alto Javari, tanto indígenas quanto não indígenas, chamaram à época a Influenza Espanhola de gripe, catarreira ou febre, como se vê nas publicações históricas e relatórios indigenistas. Em 1936 a maior parte da população dos *Nukuni/Remo* havia voltado ao Peru ou vivia em áreas limítrofes com o país vizinho.

²² CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia Medica do Estado do Amazonas**. 2ª ed. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1909, p. 43.

²³ CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. **Climatologia Medica do Estado do Amazonas**. 2ª ed. Manáos: Secção de Obras da Imprensa Official, 1909, p.44.

Estas idas e vindas possibilitadas pela travessia do Javari e seus mais altos afluentes eram, muito provavelmente, causadas pelos encontros conflituosos que o povo indígena que as empreendiam tiveram com outros grupos indígenas e também com os núcleos de colonizadores extrativistas. Entretanto, pelos dados presentes nos diversos documentos atualmente disponíveis, dentre os quais são citados aqui alguns dos mais contundentes, podemos notar que a pior dessas relações teria se dado para como os peruanos. Ao menos era o que os habitantes locais e visitantes - em ambos os casos brasileiros ou não peruanos - descreviam, seja por observação própria ou reprodução de terceiros, como Luzeiro em 1910.

Filho de portugueses nascido no Maranhão, e habitando a região do oeste amazônico desde finais da década de 1890, registrou em sua *Memoria* o que teria dito Daniel, o primeiro *Remo* “capturado” ou “encontrado” por seus subordinados e que passara a viver em sua propriedade, que seus pais e avós, ou seja, ao menos duas gerações anteriores, moravam no Rio Batã *antes dos civilizados aqui chegarem*. E continua fazendo uma afirmação que parece ser totalmente pessoal, dizendo crer *terem sofrido violencia dos peruanos para debandarem, pois que são mansos*. Não apenas aí, mas em quase todas as páginas de seus escritos remanescentes parece haver uma citação constante, com o objetivo de frisar o papel opressor dos “súbditos peruanos” em detrimento de uma suposta relação amistosa dos indígenas com os brasileiros e/ou habitantes do território brasileiro. Mais adiante, na segunda página do documento N^o1, justifica o que o levava a escrever a *Memoria dos Indios Rhemos*, a qual teria sido motivada não apenas por *ver que o povo de esta tribo differia das demais*, mas porque também *discordava do que dizia o povo a respeito destes índios para o lado peruano, que eram empecilho aos Snrs. Rojas e Hernandez, o que os tinha levado ao peorio*. Ora, dá a entender que escrevia em defesa daquele povo, um contraponto aos boatos e à opinião dos peruanos; ou realmente o fez, ou ao menos queria ser propositalmente reconhecido por isso.

Os peruanos eram também vistos do lado brasileiro do rio como invasores, chamados por Raymundo Luzeiro de pessoas *de muita ma laia* - entretanto, esta não era a imagem que se tinha de todo peruano, ao passo que aqueles considerados mais “civilizados” ou de posses avantajadas eram tidos como pessoas respeitadas, como a própria esposa de Luzeiro, a peruana Candelaria Arévalo

Flores, proveniente de influente família da Província de San Martín¹; aquela era provavelmente uma imagem negativa convergente para os caucheiros malfalados. Mas eram esses mesmos malquistos peruanos, ou melhor, seus remos desenhados, que teriam servido de referência para que fossem homonimamente nomeados para o lado brasileiro, ao passo que, provavelmente, eram chamados de *Nukuini* no outro domínio; afirmação que ainda necessita de estudos mais detidos para ganhar peso. A maioria dos etnólogos indígenas acredita que os *Nukuini/Nukiní* sejam parte sobrevivente dos antigos *Remo*, citados desde o século XVIII e XIX a leste do Rio Ucayali, e que teriam migrado para porções mais ao sul pressionados pelos peruanos. Talvez vestígio dessa migração para as porções mais ao sul e sudeste seja a referência que fez Cunha Gomes em 1897 à presença de grupos chamados *Rhemus* ao longo do Alto Jaquirana e vale do Rio Curuçá.

O auxiliar da antiga Inspeção do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, Máximo Linhares²⁴, dizia em seu relatório de 1912 que eles eram *muito trabalhadores, bons e amigos dos civilizados, mantendo com eles relações de pequeno commercio*. Contudo, isto para com os brasileiros, já que para com os peruanos, conheciam melhor o lado da violência desmedida, como no caso citado por Linhares, do pequeno indígena Floriano Peixoto de 12 anos: que fora resgatado por um proprietário brasileiro quando tinha apenas seis anos de idade. Ele havia sido atingido nas costas por duas balas de rifle disparadas por caucheiros peruanos que haviam atacado a maloca de seu grupo em 1906, na fronteira com o Peru. Opinião comum entre os colonos mais conservadores era a de que *o Índio não é gente! E' a mais terrível das feras! Só o 44 (o rifle) amansa índio*²⁵.

Ali perto, no Alto Juruá, um grupo de seringalistas liderado pelo cearense Felizardo Avelino de Cerqueira, um famoso “catequizador de índios”, empreendeu, nas primeiras três décadas do século XX, recorrentes “correrias” e incursões violentas aos aldeamentos do povo *Kaxinawá*, aproveitando-se da falta de fiscalização efetiva dos órgãos governamentais e do desprezo compartilhado

²⁴ JORNAL DO COMMERCIO. **Os índios do Territorio do Acre**. Anno 87, N.12. Rio de Janeiro – Domingo, 12 de janeiro de 1913, p.5-6.

²⁵ JORNAL DO COMMERCIO. **Os índios do Territorio do Acre**. Anno 87, N.12. Rio de Janeiro – Domingo, 12 de janeiro de 1913, p.5-6.

pela frente caucheira em relação aos indígenas, ora vistos como empecilhos à expansão de suas posses, ora como mão de obra a ser explorada das formas mais vis. Há registros imagéticos e documentais que atestam o uso que o dito seringalista fazia de tatuagens para marcar com as iniciais “FC” os antebraços de seus “empregados”, indígenas que se tornaram verdadeiros escravos para as mais diferentes atividades nos rios Juruá, Jordão e Envira²⁶.

De modo paralelo, há relatos sobre peruanos – relatos esses que partem sempre de observadores não peruanos, o que nos pede cautela para não aceitar de pronto as acusações unilaterais sem que haja estudo mais detido – que “escravizaram indígenas brasileiros” – assim tidos por habitarem território reclamado pelo Brasil - do Alto Moa, como D. Francisco Baria, que teria pago a dívida para com seu patrão, também peruano, com duas mulheres e um homem *Nukini*, do grupo liderado pelo indígena identificado por *Xaxá-Baca*²⁷. Isto teria ocorrido em finais dos oitocentos.

No documento N^o1, Luzeiro escreveu que certa vez um *Remo* chamado Manul (Manuel?) lhe dissera que eles teriam aprendido a manusear armas de fogo com os peruanos, *trocando por dois anos de trabalho no seringal*. A finalidade não seria a caça, senão a de *assustar os desbravadores a que chamam mateiros*. Ora, teria sido uma forma de assimilação tecnológica para a própria defesa, ainda que os custos fossem altíssimos: o próprio bem-estar e tempo de vida. No documento N^o2, Luzeiro afirmou que davam preferência por usar suas próprias armas na caça e na pesca, *senão em contato com o civilizado quando manuseam rifles em troca de trabalho*. Seria realmente um troca pretendida, ou apenas uma forma do patrão transformá-los numa “guarda territorial” em seu próprio benefício, enquanto os “índios” de uma forma ou de outra continuariam em sua forçada rotina de trabalho? Ao menos pelo que escreveu, dissimulando ou não, Raymundo Luzeiro fez parecer que a relação entre seu pessoal e os indígenas era amistosa; igualmente o depoimento da filha em

²⁶ IGLESIAS, Marcelo Manuel Piedrafita. *Os Kaxinawá de Felizardo*: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁷ JORNAL DO COMMERCIO. *Os índios do Território do Acre*. Anno 87, N.12. Rio de Janeiro – Domingo, 12 de janeiro de 1913, p.5-6.

1975,²⁸ no qual disse que os *Remo* extraíam o látex do caucho e vendiam a seu pai, dando a entender que ali estavam de forma voluntária.

Todavia, teria havido outras trocas, resultados da violência e/ou das estratégias de permanência no cenário “civilizador” que se impunha, como a miscigenação entre *Remo* e “brancos” que teria gerado, de acordo com Maria Luzeiro, *4 ou 5 mulheres bem claras e de olhos azuis e que, dizia-se, eram filhas de peruanos [e estrangeiros]*.

Os usos estratégicos da língua estrangeira também podem ser inferidos a partir dos relatos, para além de um olhar simplista baseado na ideia de apagamento cultural. O indígena Daniel e outros que, pelo que se pode notar nos relatos de Luzeiro, comunicava-se em sua língua materna com os de seu grupo e na Língua Espanhola com os não indígenas, inclusive com os brasileiros. Conforme se relata no verso da 1ª folha da *Memoria*, Daniel e outros indígenas teriam interesse em aprender o Português *para evitar os malentendidos do passado*. O próprio líder do grupo no Batã e Jaquirana se chamaria *Lorenzo*, nome do Espanhol, e Luzeiro em seu *Relatorio* (folha 4, página 7) afirmou que aquele povo, apesar de possuir sua própria língua, falava *ocasionalmente o espanhol. Pouco sabe de o portugues*. Talvez isto tenha se dado pelo contato mais duradouro que tiveram – o que não significa que tenha sido pacífico, e muito parece indicar que não – com os extrativistas peruanos.

O histórico de constante migração do povo *Remo*, entre territórios brasileiros e peruanos desde os séculos XVII e XVIII, parece ter se estabilizado de modo significativo quando da chegada das levas de 1910 em direção ao Alto Jaquirana e cursos vindo de suas nascentes, como o Batã. Por informações dadas na *Memoria*, teriam se estabelecido primeiramente num lugar chamado “Barranco de Baixo”, posteriormente se assentando também em *San Pablo* e na própria boca do Batã, nas propriedades de Luzeiro. Este, em seu *Relatorio*, escreveu que *ate o anno de 1922, havia neste Rio Batan mais de 300 indios chamados Rhemos, onde construíram suas malocas a fugir do peruano*. Ora, Maria Luzeiro lembraria décadas depois das ditas malocas, sendo uma *grande casa redonda com duas portas*. Tais construções de grande porte apenas seriam feitas quando de uma permanência consideravelmente longa em determinado local,

²⁸ MELATTI, Julio Cezar; MELATTI, Delvair Montagner. **Relatório sobre os Índios Marubo**. Série Antropologia, n. 13. UNB, 1975, p. 11.

como foi o caso de seu acampamento no Batã. Entrevistados remanescentes em 1977, confirmaram que no Jaquirana (Alto), ao tempo dos Luzeiro, [...] *havia muita gente, muita caisuma e maloca grande. [...] eram muitos índios*²⁹. Considerando-se as datas prováveis dos documentos, o referido aldeamento teria existido por pelo menos 12 anos, declinando até o final da década de 1920.

Um dos trabalhos mais recentes e completos nos estudos antropológicos acerca deste povo foi feito por Krokoszy ski e Fleck³⁰, no qual, reunindo diversas fontes históricas e relatos etnográficos – alguns já citados por Castelo Branco –, traçam considerações sobre a identidade histórica e linguística dos chamados *Remo*. Para eles, os relatos compilados – faltando, entretanto, alguns mais recentes e de peso importante –, que vão desde a década de 1680 no Alto Ucayali até a de 1950 na Serra do Moa, indicariam um dinâmico movimento migratório de longa duração do Peru até as terras fronteiriças trípodas do Amazonas-Acre-Maynas.

Dois pontos destacados também conversam com as análises feitas anteriormente no presente tópico: as hipóteses prováveis de que o termo *Remo* foi aplicado pelos não indígenas a diferentes povos, e que haveriam, paralelamente ou sequencialmente, diferentes grupos que o usavam para diferentes significados, muitas vezes generalizantes. Os *Nukuini* remanescentes, consultados por Montagner Melatti em 1977, por exemplo, confirmaram serem os mesmos grupos que habitaram no Jaquirana e Batã no aldeamento dos seringais de Luzeiro, por este – e muitos outros – chamados de *Rhemos*. Assim, os *Remo* seriam muito mais um “fenômeno” identitário que um grupo específico e delimitado.

III

O terceiro momento concentrar-se-á no confronto entre as informações dos documentos manuscritos de Raymundo Luzeiro – em especial do de 1926 – e dos registros realizados por uma equipe enviada pelo Ministério das Relações Exteriores brasileiro

²⁹ MONTAGNER MELATTI, Delvair. **Relatório da Viagem Realizada às Áreas Indígenas do Município do Cruzeiro do Sul**. Brasília: DGPC/Funai, 1977, p. 37-39.

³⁰ KROKOSZYŃSKI, Łukasz; FLECK, David W. **The Historical and Linguistic Identity of the Remos**. Tipití: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America: Vol. 14, Iss. 1, Article 6, 2016, p.102-130.

na responsabilidade da demarcação/atualização dos limites territoriais entre o Brasil e Peru.

Nas palavras do Almirante Antonio Alves Ferreira da Silva, redator do relatório da dita Comissão Mista³¹, em 1926, quando se preparavam para subir o Javari, perceberam que não poderiam se demorar em Remate de Males – maior vila do Javari, localizada na boca do mesmo rio – *cujo estado sanitario era pessimo*, e logo trataram de reunir pessoal e cargas para embarcarem *ainda na época das ultimas aguas, em condições de vencer o baixo rio – a parte mais insalubre – e alcançar em lancha a fóz do rio “Bathan”, com a máxima rapidez possivel*. Chegando ao Rio Jaquirana apenas em março daquele ano, no segundo dia do mês seguinte, ao passar pela foz do Igarapé “Paraguay”, afluente da margem direita, avistaram *varias pequenas barracas habitadas por peruanos e alguns indios “Rhemus”*.

No dia três de abril finalmente chegaram à boca (foz) do Batã, à época também chamado de Paissandu, afluente da margem direita do Jaquirana. Aqui começam as análises necessárias: o chefe da comissão relatou que, subindo em batelão propulsado por *motogodille* – antigo motor de hélices leves -, chegaram em 15 minutos à propriedade da margem direita do Sr. *Raymundo Loureiro, ultimo morador brasileiro do “Jaquirana” e socio do Sr. Rodrigues, de nacionalidade portugueza, morador no igarapé “Hospital”, afluente do “Bathan”*. *Acima deste rio, todos os habitantes de ambas as margens do “Jaquirana” são de nacionalidade peruana*. Vemos alguns equívocos, a começar pelo sobrenome “Loureiro”, em vez de “Luzeiro”, sendo o último o correto. Equívocos facilmente entendidos dada a quantidade de informações a serem compiladas no relatório. Comparando com as informações do documento N^o1, pode-se entender que a propriedade do Hospital fora aviada de Benedicto Maia – que é citado vistoriando *as estradas [de seringa] do Hospital* - por Rodrigues, ou que fosse agora o responsável por elas, enquanto gerente.

No dia nove do mesmo mês, ainda em subida, a comissão passara por *um grupo de pequenas barracas, conhecidas por “Contas”, á margem esquerda, habitadas por peruanos e alguns indios “Rhemus”*. Os relatos indicariam a presença dos Remo tanto no Jaquirana quanto

³¹ SILVA, Antonio Alves Ferreira da. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores** – Anno de 1928. 4^o Vol., Anexo Especial N.2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

já próximo às nascentes de seu curso, encontrando-se o Batã como terreno intermediário de ocupação para esse povo, sendo uma área de grande abrangência. Também indica uma possível localização para o lugar *San Pablo* citado por Luzeiro, sendo uma barraca no trecho superior do Jaquirana.

Quanto à viagem, de acordo com os dados fornecidos no relatório, a comissão teria chegado ao seringal dos Luzeiro na foz do Batã em 11 de julho, e permanecido até o dia 13 do mesmo mês. Ocorre conflito entre as datas sinalizadas no relatório oficial da comissão e no escrito por Raymundo Luzeiro, já que neste último consta não apenas a data da cópia como sendo três de julho, mas a menção de agradecimento pela *visita e estadia na propriedade do Batan*. Ora, se houve equívoco nas datas informadas por Antonio Silva, como o houve em não poucas partes do dito relatório oficial, teria o grupo de viajantes alcançado a boca do Batã antes de três de julho de 1926; ou haveria o autor do relatório pessoal de ter omitido por erro o número “1” que viria antes do “3”, permanecendo então o registro que assim sobreviveu. Concordante é, entretanto, que a visita se deu em no mês de julho.

Em relatório de 1927 anexado ao principal da comissão, João Braulino de Carvalho escreveu que os “Remus” *tiveram, até época não muito remota, um grande aldeamento no “Bathan”, tributário da margem direita do “Jaquirana”, e acham-se hoje reduzidos a um pequeno núcleo em “Contas”, um casal em “San Pablo” e algumas famílias nas terras que separam o “Javary” do rio “Ypixuna”*. Em 1977, o relatório indigenista que cita os *Nukuini*, indica que ao longo do Jaquirana, a despeito de ter havido grande povoação da etnia, *apenas um velho e uma velha ainda estão vivos*³². Seria o mesmo casal que vivia em *San Pablo* nos anos 1920?

Em sua *Memoria* (documento Nº1, p.3), Luzeiro cita que o nome do líder do grupo que chegara ao Batã seria *Lorenzo*, e que os mandara ir até *San Pablo* para se estabelecerem antes dos peruanos. As congruências levam a crer que o índio Lourenço, morador na citada localidade do Alto Jaquirana, consultado por Carvalho em maio de 1926, poderia ser o mesmo *Lorenzo*, sendo um dos constituintes do casal identificado pelo membro da comissão, mas já

³² MONTAGNER MELATTI, Delvair. *Relatório da Viagem Realizada às Áreas Indígenas do Município do Cruzeiro do Sul*. Brasília: DGPC/Funai, 1977, p. 37-39.

sem conviver com o outros de seu grupo. Provavelmente, como afirmou Luzeiro em 1926, a maior parte dele migrou para o Peru para escapar da alta mortalidade causada pelos recorrentes contágios das gripes.

IV

O quarto momento tem como foco entrecruzar os manuscritos de Luzeiro, o relatório anexo de Carvalho e as posteriores publicações decorrentes deles, a fim de se verificar as congruências e disparidades, além de se problematizar a omissão às fontes primárias nas secundárias.

O Capitão João Braulino de Carvalho foi escolhido como um dos médicos da expedição aos altos rios, em especial a do Javari, empreendida pela Comissão Mista de Demarcação de Limites entre Peru e Brasil. O chefe daquela comissão, disse, ao comentar sobre os aspectos da viagem até o Alto Javari, que *as medidas prophylaticas empregadas deram resultados que, por si sós, constituem o mais valioso premio á competencia e dedicação, mais uma vez postas á prova, do Capitão Medico Dr. João Braulino de Carvalho, por mim designado para aquella turma*. Além dos serviços médicos, prestou os de naturalista, já que recolheu em diversas localidades amostras de minérios, fósseis vegetais e faunísticos, *indubitavelmente de mamíferos gigantesco*³³.

Destarte, para além das ocupações citadas acima, Carvalho também foi responsável por elaborar – não há certeza se a pedidos do chefe da comissão ou por interesses pessoais, já que o médico era também membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e da Academia Maranhense de Medicina, entre outras instituições que reuniam eruditos – o já citado relatório anexo ao principal da comissão de limites, intitulado “Breve noticia sobre os indigenas que habitam a fronteira do Brasil com o Perù elaborada pelo medico da Commissão, Dr. João Braulino de Carvalho, e calcada em observações pessoaes”, escrito entre 1926 e 1927. Nele são descritos em estilo categórico os principais povos levantados por ele, como os *Cachinauas, Poianauas, Curinas,*

³³ SILVA, Antonio Alves Ferreira da. **Relatorio apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores** – Anno de 1928. 4º Vol., Anexo Especial N.2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

Coronauas, e *Rhemus*, estes últimos de interesse da discussão aqui proposta. Para cada um deles o autor descreveu, quando possível, os traços culturais e modos de vida, acrescentando ao final do tópico o *Vocabulário* da “tribo” em questão.

Para o dos *Remo*, João Braulino de Carvalho deixa claro que o havia levantado com o índio Lourenço de *San Pablo* em maio, e com o Sr. *Luzeiro*, na fôz do “*Bathan*”, em [...] *Julho de 1926*. Tal referência é lacônica, e confirma a sinalização de datas nos outros documentos. Voltando para o início da relação a respeito desses “índios”, pode-se ler no subtítulo em destaque: *Rhemus: território habitado, costumes e contribuição para levantamento do seu vocabulário*. Ora, nada mais correto do que afirmar que esta parte do trabalho foi feita devido à contribuição que recebera de Lourenço e Luzeiro. Todavia, para o último, ainda sobreviveram os registros manuscritos que nos permitem uma análise comparativa, a fim de avaliar até que ponto a relação do médico é autoral ou um reaproveitamento disfarçado de fontes primárias. Para isto, segue um quadro para melhor visualização e organização das ideias.

Relatorio de Raymundo de S. Luzeiro (1926)	Notas de João B. de Carvalho (1927)
<i>Esta tribo eh assim chamada por haverem suas tatuagens semelhanças com os desenhos encontrados nos rhemos dos caucheiros peruanos. [...] Em sua propria lingua dão-se o nome de nucuini, que signuinifica gente boa. Dizem-se filhos da onça. Todavia são índios muito pacíficos.</i>	<i>Os índios, conhecidos vulgarmente pelo nome de “Remus”, têm na própria lingua a denominação de “Nucuiny”, que significa – “gente-bou”. Da semelhança que as suas tatuagens apresentam com os desenhos dos remos dos caucheiros, vem-lhes, segundo informes colhidos naquellas paragens, o nome por que são designados.</i>
<i>Quanto a sua estatura são medianos. As mulheres tem a partes dos seios larga, assim como tem alguns homens o caparro. A pele eh escura e cabelos lisos.</i>	<i>Os Remos são de estatura mediana, escuros, thorax bem proporcional em relação aos membros inferiores. As mulheres são geralmente esbeltas.</i>
<i>Sua pratica religiosa consiste na crença dos espíritos.</i>	<i>Nada conseguimos sobre as suas praticas religiosas.</i>

<p>[...] o casamento que se da ao atingirem os 10 annos [...].</p>	<p>Os Remos vivem em monogamia. Casam-se aos dez annos.</p>
<p>São exímios pescadores e também caçadores. São igual modo exelentes cultivadores da agricultura, mantendo platações de palmeiras, dala-dale, raízes, milho, mendubim, etc. Para caçar e pescar se utilizam do archo de paxiuba e a flecha de bambu. Usam na extremidade ponta de osso bem afilado.</p>	<p>Da caça e da pesca tiram o seu principal alimento, mas não deixam de ter a pequena agricultura. Cultivam milho, macaxeira, batata e bananas. [...] Usam arco e flecha, tanto para caça como para a pesca. O arco é de “paxiuba”, tendo um metro e meio de comprimento. A flecha é de bambú e tem na extremidade um osso bem afilado.</p>
<p>Senão em contato com o civilizado quando manuseam rifles em troca de trabalho.</p>	<p>Uma vez, porém, em contacto com os civilizados, passam a fazer uso dos “rifles” [...].</p>
<p>Suas tatuagens são feitas pelas mulheres, encontradas na face, no collo, e nos braços. Após o casamento [...], a mulher embebeda o indiozinho com caissuma de macacheira ou pupunha, dando-lhe para mastigar o mendubin que também cultivam, e marca-o com o espinheiro do muru-muru. Depois aplica-lhe o carvão cozido do caucho.</p>	<p>A tatuagem consiste em circulos, em torno da boca, e alguns desenhos nos braços, collo e face. Na mulher, o logar geralmente preferido é a região dos seios. No indio, é a esposa quem faz a tatuagem. Embebeda-o com a “caissúma”, e então, com um punhado de espinhos, abre-lhe na pelle o desenho, que é logo coberto com carvão de caucho.</p>
<p>Quando há mortos, queimam o cadaver para serem aproveitadas as cinzas. Primeiro tomam-na os parentes, depois os demais da tribo. Misturam com o mingau de milho ou caissuma. Acreditam que se não o fizerem os espíritos dos seus falecidos lhes farão mal.</p>	<p>Queimam os mortos e a cinza dos ossos é dividida pelos parentes e demais tribus, afim de ser tomada na “caissúma”, como pratica religiosa. É crença que, se a cinza não fôr consumida pelos vivos, o morto não poderá ter repouso.</p>
<p>Mantem boa hygiene esta tribos [sic], pois se asseiam em banhos varias vezes ao dia. Porem na preparação da caissuma eh quando não primão por ela.</p>	<p>Tomam banho varias vezes por dia, porém, na preparação dos alimentos, principalmente quando socam o milho e a macacheira para a “caissúma”, não primam pelo asseio.</p>

Colocadas lado a lado, as descrições deixam claro, e sem sombras de dúvida, que houve cópia da fonte primária sem a devida referência. Luzeiro, em seu documento N°2, não apenas endereça o documento, dentre outros membros, ao médico João Braulino, mas também indica que entregara junto com o relatório um *documento descritivo [...], a pedido do snr. Doutor João Braulino de Carvalho*, no qual teria escrito com mais detalhes sobre os *Remo*, as epidemias e sua retirada para o Peru. O fato de não ter sido publicado nos faz pensar que se perdeu, ou que foi propositalmente deixado de fora do documento oficial. De qualquer modo, Carvalho lhe creditou participação no levantamento do vocabulário, sem ter dito que, em realidade, o que fizera tinha sido transcrever a relação do vocabulário conseguida com suas fontes, entre elas Raymundo Luzeiro, que escreveu saber os vocábulos *por a convivencia*.

Se a organização alfabética não foi estritamente seguida por Carvalho, ao menos colocou os vocábulos no papel reorganizados em seus próprios termos. Uma década depois, em 1939, José de Lima Figueiredo³⁴ publicou o livro de caráter enciclopédico “Índios do Brasil”, no qual, sem fazer qualquer citação no corpo do texto da fonte das informações apresentadas acerca do povo *Remo*, parece colocar uma cópia do conteúdo já copiado por Carvalho, não chegando a ser *ipsis litteris* daquele, por readequar as orações ao seu estilo pessoal. Em ambos os casos, as publicações apagaram, de forma intencional ou não, aqueles que reuniram, informaram e disponibilizaram seus conhecimentos, ou seja, as fontes, uma oral e outra escrita.

Se for considerada a informação de que os manuscritos do *Relatorio* aqui transcritos se tratam de cópia feita pelo próprio autor logo após entregar os originais à comissão de limites, em julho de 1926, seria de se esperar que os originais pudessem confirmar ou contrapor não apenas as informações agora conhecidas, mas dar ao conhecimento as páginas que se perderam. Infelizmente, até o ano de 2024, não se tem notícia da localização dos originais. Era de se esperar que compusessem o conjunto documental da referida comissão demarcadora, guardado no Arquivo do Itamaraty, o que não é o caso. Já que utilizado por João Braulino de Carvalho, é

³⁴ FIGUEIREDO, Lima. Índios do Brasil. 2ª Edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Livraria José Olympio Editôra, 1949.

provável que pertença ao acervo deixado pelo médico, de paradeiro desconhecido.

Não obstante, tudo parece indicar que, se não fossem regatados os manuscritos remanescentes de Luzeiro, não se saberia com mais acuidade sobre as informações até então disponíveis acerca dos *Rhemus*, *Remo*, *Nucuini*, como quer que seja chamada essa nação, nem sobre detalhes de um contexto maior de suas migrações, origens e modos de vida. O relatório, forma sintetizada e acrescida de informações que estavam na *Memoria* de 1910, foi, mesmo de forma mascarada, o modelo que guiou os pesquisadores do tema por quase um século, sem que se soubesse disso. Assim, as memórias do senhor Luzeiro, ainda que escritos pelo olhar do “outro”, são uma das únicas fontes – juntamente aos diários de viagem e relatórios indigenistas - que permitem as tentativas de construção ou elucidação sobre a história desse povo.

Nos dias de hoje, muitos o consideram “desaparecido”, “exterminado”, “acabado”. Basta considerar as formas de resistência étnica para saber que estes não são termos corretos. Afinal, a cultura é sempre dinâmica.

1900: Embelezamento, teatro e febre amarela nos jornais de Manaus

(Dossiê de uma tragédia amazônica)

Otoni Moreira de Mesquita

O presente artigo é um fragmento do ensaio “1900: Manáos: capital do El Dorado”, construído a partir de notas publicadas nos jornais de Manaus, capital do Amazonas, durante o ano de 1900. O objetivo inicial era promover um levantamento sobre a vida teatral da cidade que, entre outros fatores, contou com a inconveniente participação de um surto de febre amarela. O trecho escolhido trata da passagem da companhia Calli & Aprea, uma trupe italiana que iniciava a primeira temporada teatral do último ano do século XIX, no teatro Amazonas, período em que as chuvas são constantes, assim como as nuvens de mosquitos.

Fontes e recomendação

A construção da narrativa desse ensaio foi articulada a partir das referências localizadas nos diferentes periódicos existentes na cidade, no ano de 1900, quando circulavam os seguintes jornais: A Federação, Amazonas, Amazonas Comercial, Comércio do Amazonas, Diário de Notícias, Diário Oficial e Manáos.

A partir da consulta nestes periódicos, localizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e acervo de periódicos da Biblioteca Pública do Amazonas, constatou-se que infelizmente, as coleções não se encontram completas, tendo algumas lacunas que reduzem um pouco as possibilidades da investigação. Contudo, deve-se ressaltar a relevância desses documentos históricos para inúmeros estudos futuros, por isso sugere-se que devam ser recuperadas e preservadas, com o uso das modernas tecnologias, pois grande parte deste material se encontra em péssimas condições de conservação, devido o processo de envelhecimento natural dos papéis, bem como por manuseios e acondicionamentos inadequados, ao longo de muitos anos. Se faz necessário a urgente digitalização deste material.

Breve contextualização

Pela indicação de alguns autores que tratam da história da cidade, compreendemos que, durante o decorrer do século XIX, a cidade mudava sua configuração, não somente pelo efeito da nova escala como bem observou René Rémond,¹ mas também pela sua aparência, que passava apresentar uma realidade diferente daquilo que “nossos antepassados chamariam de cidade”.

Suas funções se diversificavam, acrescentando-se aquelas “provocadas pela técnica, a economia e o governo dos homens”. Rémond² afirma, ainda, que o crescimento urbano causou “a formação, e depois a generalização, de um novo tipo de vida: o *habitat*, o trabalho, o lazer, as relações sociais, as próprias crenças e o próprio comportamento passaram a ser afetados”.

Uma das tendências dos discursos oficiais, na sociedade ocidental, na passagem do século XIX para o XX, era a exaltação dos aspectos modernos e saneados dos centros urbanos, como um dos grandes avanços da civilização e do progresso. Neste sentido, a cidade havia passado por um processo de reforma urbana, a partir da implantação do **Plano de embelezamento da Cidade de Manaus**, que ainda não se concluíra totalmente; todavia, já apresentava um aspecto moderno e embelezado.

O contexto internacional depositava grande expectativa em torno do ano de 1900, interpretado como um marco que traria grandes avanços para a humanidade, prometendo uma nova era, em que todos passariam usufruir das vantagens das ciências e da tecnologia. Contudo, grande parte daquilo que era considerado como os avanços daquela era, assim como as possíveis intenções humanísticas, na verdade constituíam uma rede de produtos, cuja comercialização contava com a manipulação de empresários e políticos. Muitos deles atuavam a serviço de grupos de interesses econômicos, respaldados pela imprensa que reverberava os mais variados discursos persuasivos.

O jogo de interesses não assumia que a verdadeira intenção dos países industrializados não era outra que não fosse a de expandir a produção de seus mercados comerciais, industriais e de serviços.

¹ RÉMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. São Paulo: Editora Cultrix, 1997, p. 138.

² idem.

Era necessário ampliar a rede de consumidores e alcançar os pontos remotos do planeta, inclusive o interior da Amazônia, em busca de maiores vantagens econômicas. Apesar de todos os avanços prometidos pelas novas tecnologias e pelas descobertas das ciências, os países que estavam no foco desses interesses, ainda não dispunham de recursos capazes de garantir a segurança de variadas populações que, em vários continentes, sofriam e sucumbiam perante os surtos de febre.

Naquela última década do século XIX, as maiores cidades amazônicas, Belém e Manaus, destacavam-se no cenário brasileiro, pois usufruíam de uma de suas fases mais prósperas, graças ao domínio do monopólio comercial da goma elástica, a borracha. No Amazonas, a administração pública, finalmente, dispunha de recursos para aplicar antigas recomendações que vinham do Ministério do Interior durante o período imperial. O documento reproduzia o discurso vigente para o saneamento da época, por acreditar que no contexto da floresta se produziam “miasmas”, ou seja, um ar contaminado que gerava as febres arrasadoras.

O termo *miasma* era amplamente utilizado nos discursos saneadores, tanto por parte dos pesquisadores, como por parte dos administradores públicos, ganhando destaque na imprensa e nos discursos oficiais, a partir da década de 1860. Os especialistas da época compreendiam que os miasmas emergiam dos pântanos e áreas encharcadas, que continham materiais em decomposição que, sob o sol, exalavam substâncias contaminantes. Essa percepção equivocada perdurou até os primeiros anos do século XX, e justificou grande parte das obras de aterramento nos centros urbanos. Assim, a eliminação dos possíveis focos aparecia como uma das principais justificativas para promover as intervenções de aterramento dos cursos de água e o nivelamento das áreas de circulação humana.

Ao encerrar o século XIX, a população de Manaus já tinha como experimentar algumas novidades próprias do “mundo civilizado” e moderno, principalmente pelas manifestações de uma nova classe de consumidores, constituída por pessoas abastadas, que aspiravam o universo do consumo e a aparência próspera das sociedades que usufruíam das benesses daquela aparência próspera e animada que posteriormente foi denominada de *Belle Époque*.

Para Weber³, o uso do termo Belle-Époque virou moda após a Primeira Guerra, quando tratavam dos anos que antecederam ao conflito e assim, confundia-se com a época do *fin-de-siècle*, como se tratasse de um só período. Contudo, o sociólogo explica que a *Belle Époque* “só foi assim chamada, quando se olhou em retrospectiva, através de cadáveres e ruínas, e representa os dez e poucos anos antes de 1914”.

A aparência daqueles espaços se tonava uma inspiração para os países que como o Brasil, pretendiam reproduzir o modelo com a pretensão de atender as exigências para se alinhar a um padrão internacional. Assi, passava a investir em projetos que transformavam a cidade em um verdadeiro cenário.

A paisagem urbana de Manaus era transformada a olhos vistos, evidenciada por uma grande quantidade de obras públicas e privadas, bem como a introdução de melhoramentos em pretendiam atender a vários setores. Além da construção civil, essas mudanças repercutiam no comércio, como na vida cultural e artística, que também contava com muitas atividades noturnas.

Mesmo que as reformas urbanas do século XIX apontassem o saneamento como uma de suas principais motivações para a modernização da cidade, e as administrações regionais procurassem reproduzir esse modelo de desenvolvimento, faltavam informações e precauções que só surgiriam no novo século, quando as pesquisas científicas fariam grandes descobertas sobre as verdadeiras causas das moléstias que tanto afetavam as populações.

Relatos Amarelos

Denominei como Relatos Amarelos a sequência de dados coletados sobre o surto de febres ocorridos em Manaus, durante o ano de 1900. Entretanto, alerto que esse ensaio não tem a pretensão de aplicar o rigor científico sobre a problemática das febres que abalavam e ainda afetam a região. O objetivo é organizar e comentar os dados históricos da época, publicados nos jornais, supondo que esse material possa revelar um pouco mais sobre o nível de informação corrente nos jornais que circulavam pela cidade, naquele momento da história da capital do Amazonas.

Como tentativa de embasar as informações coletadas e tentar

³ WEBER, *op. cit.*, p. 10.

contextualizar um pouco mais o leitor, resgatou-se dados mais remotos sobre o tema, em geral publicados nos jornais locais, assim como as referências sobre as pesquisas que ocorriam em outras regiões do planeta. Em uma tentativa de compreender um pouco mais sobre os surtos de febre na região, recorreremos, também, às notas, matérias e documentos oficiais publicados nos jornais locais, sugerindo uma retrospectiva da febre na imprensa amazonense.

Em 1900, era o termo “febre de máo caracter”, era frequentemente utilizado na imprensa para classificar as muitas doenças infecciosas, que ocorriam na região. O termo também era utilizado para se referir a outras moléstias que provocavam febre e afetavam duramente as populações de diferentes regiões do planeta, entre elas a Amazônia.

Os surtos dessas moléstias, afetavam duramente a saúde da população, como também a economia do país, não somente pelas perdas do contingente de trabalhadores, mas pela imagem de insegurança que se divulgava acerca do país. O Brasil encontrava dificuldades para atrair investidores e estabelecer um câmbio comercial mais intenso, pois a temida insalubridade desviava as embarcações de seus portos.

Máo caráter que maltrata e mata

Naquele momento, a “**febre amarela**”, assim como malária e outras moléstias tropicais, denominadas de “febres palustres”, e outras doenças infecciosas, eram genericamente tratadas pela imprensa local com o termo “febre de maó carácter”, como foi popularizado nos meios jornalísticos da cidade. Além da febre intermitente, outro sintoma dessa doença era a palidez da pele de seus hospedeiros, que muitas vezes, tinham um fim trágico, após todos os sofrimentos que a doença provocava.

Relatório denuncia desprezo pela saúde

Um dos primeiros documentos publicados nos jornais locais, contendo dados de pesquisas e outras referências sobre os surtos de febres é o relatório de Antonio David de Vasconcellos Canavaro, Inspector de Saúde Pública, emitido em 5 de janeiro de 1870 e publicado no jornal “Amazonas”, em edição de 5 de março do

mesmo ano. O documento atendia a uma ordem do presidente da província solicitada em dezembro de 1869.

Inicialmente, o inspetor afirmava que não fora “lisongero” o estado da saúde na província e em seguida relaciona as enfermidades que se apresentaram como epidêmicas. Indica “Angina simples, a Dysenteria, a Febre Catarrhal, a Cholerina, a Intermitente” e muitos casos de Febre Amarela e Vomito Preto, que estavam ocorrendo na região.

Canavarro discorre sobre as moléstias mencionadas e fornece alguns dados referentes ao histórico das doenças na região. Contudo, se concentrava na febre amarela, por considerar que ela se tornara endêmica no país. Era a doença que mais o preocupava, por vir aniquilando parte da população.

O relato do inspetor contesta alguns estudos que afirmavam ser a febre amarela “um mal novo entre nós”, alegando que a maior causa para sua existência era o descuido dos médicos em relação à moléstia. Lembrava que a primeira vez que a doença surgiu na América do Norte foi entre 1494 e 1496, portanto, logo após os primeiros contatos com a cultura branca. Entretanto, dizia que só fora mencionada na Europa em meado do século XVII.

Baseado em tais referências, Navarro insistia no caráter endêmico daquelas doenças, e recorria aos dados fornecidos por **Moreau de Janné**, que informava que entre o século XV e o ano de 1819, teriam ocorrido 274 acometimentos da moléstia no mundo. Destes, somente 19 epidemias teriam acontecido na América do Sul.

A partir destas indicações, o pesquisador afirmava não ter dúvida de que a febre amarela se tornara endêmica no país, pois, segundo ele, naquele momento já não era mais importada. Justificava isso, afirmando que tomou vulto quando se manifestou epidemicamente. Contudo, alertava também, que as ocorrências dependiam de certos aspectos como:

a natureza do clima, da disposição dos diversos planos da terra; ainda do sexo, da idade, da constituição plectoria dos indivíduos, dos regimen forte e animal, do uso de bebidas alcoolicas, das emoções Moraes, das fadigas, dos exercícios venteros: são estas as principaes causas predisponentes da febre amarela que devem prevenir todos os anos nesta província.

Pelo que indica o inspetor Canavarro, o flagelo havia se manifestado na província em 1857, quando fez muitos estragos e não deixou de reaparecer a partir de então. Além das outras moléstias, ele observava que as febres intermitentes, ainda que não se manifestassem com caráter epidêmico, todavia assolavam, sem piedade, os povos do vale do Amazonas. Por isso, desde 1856, ocupava a atenção dos especialistas, pois se intensificava pelo interior da província. Anualmente devastava numerosas vítimas no alto e baixo Amazonas, o que afirmava ser por isso endêmica naquela região, que interpretava como um teatro onde a enfermidade exercia “seu throno de morte” e continuava a flagelar os habitantes dos rios Negro, Madeira e Purús.

O inspetor da Saúde Pública afirmava que, caso o governo exigisse “uma pintura do quadro dos deploráveis efeitos” que as **febres peludas** produziam nos habitantes do Amazonas, quer na época das enchentes ou vazantes dos rios, seria facilmente convencido pelo testemunho daqueles que testemunharam que foram “poucas aldeias ou localidades existentes, em que metade de seus habitantes não tenham descido ao tumulto”.

A autoridade reafirmava algumas concepções que, mesmo equivocadas, continuaram a ser difundidas por décadas; ainda afirmava que as causas das febres intermitentes reinavam:

indemicamente na vizinhança dos pantanos e das águas estagnadas, contendo matérias em putrefação. Estas matérias em contacto com o sol, necessariamente hão de desprender **substâncias miasmáticas**, e os indivíduos que habitam esses lugares jamais ficarão isentos do contágio do mal.

Na qualidade de autoridade, o inspetor Canavarro contestava certas indicações que apontavam que as **febres peludas**, que ocorriam nos rios Madeira e Purús, se devia à qualidade das águas daqueles rios. Segundo ele, análises químicas não revelam mais que oxigênio e hidrogênio, carbonato de cal, sulfato de cal, de soda, de potássio e magnésia, cloreto de sódio, selícia, bicarbonato e outros.

Ao expor a gravidade da situação da saúde na região, o inspetor também denunciava que suas reclamações, em favor da saúde pública, eram desprezadas, quando deveriam ser conside-

radas⁴. Alegava que elas também deveriam ser importantes para “as administrações da fazenda, da justiça e d’outros ramos do serviço público”.

Apesar de todas as limitações enfrentadas, o inspetor de saúde pública propunha algumas medidas preventivas. Elencava a criação de uma Enfermaria de Caridade, onde fossem tratadas as pessoas pobres, de ambos os sexos. Para atender a vila de Barcelos, no rio Negro, assim como a povoação do Crato, no rio Madeira, e no Yapuá, no rio Purus, solicitava ao governo dois ou três médicos militares. Era nesses lugares onde reinavam “as **intermitentes peludosas** todos os anos, com caracter pernicioso”. Por fim, solicitava ambulâncias com medicamentos próprios para debelar o mal e a criação de uma verba para socorros públicos e regime dietético.

Por um olhar mais contemporâneo, as propostas resultantes do relatório do inspetor de saúde podem ser interpretadas como acanhadas e até desrespeitosas para com a população. Por outro lado, fica evidente que suas denúncias e solicitações de providências demonstravam comprometimento real com a causa. Contudo, não há como ignorar que tinha consciência das limitações do contexto, que ainda não apresentava uma política de saúde pública

Quanto ao uso da vacina, Canvarro observa que, no ano anterior, recebera remessas vindas do Instituto Geral; entretanto, alertava que a descoberta científica para prevenir a doença era recusada pelas pessoas, pois alegavam ser prejudicial à saúde pública. Ao que ele contestava afirmando que ao contrário, a vacina “é um meio salutar preservativo da varíola”.

Por fim, o inspetor reclamava que alguns itens do Regulamento de 29 de setembro de 1851 não estavam sendo cumpridos, devido a “inconsideração dos governos transactos”, que fizeram pouco caso de suas reivindicações em favor da saúde pública. Segundo ele, a Fazenda Nacional não pagava nem o expediente da repartição, que continuava à custas do próprio inspetor.

Receita da Velha Mariquita

Em 14 de fevereiro de 1872, o jornal Amazonas publicava uma nota sobre a comunicação feita pelo cônsul inglês na cidade de

⁴ Segundo o autor: “tem sido de alguma maneira desprezadas, quando pelo contrario deveriam ser tomadas na devida consideração”.

Bolívar, informando que “uma velha Mariquita Orfile descobriu um remédio eficaz contra a febre amarela e o vomito preto”. A receita já teria curado várias pessoas e a publicação informava que alguns médicos atestavam que antes do remédio elas estavam prestes a falecer. O medicamento era feito a partir de folhas de “verbena”, que deveriam ser pisadas e ingeridas em pequenas doses, três vezes ao dia. Também aplicavam “chlysteres do mesmo summo” de duas em duas horas, até que o intestino se encontrasse inteiramente lavado.

Esfriamento para curar

Passado duas décadas, é possível destacar uma notícia publicado no jornal *El Español* que apareceu na cidade no jornal *Manáos*, e sua edição de 17 de 1891⁵ apresentando a ilusória notícia da cura da febre amarela. A pequena nota informava que a descoberta do sistema teria ocorrido em Santiago de Cuba, a partir de experiências do Dr. Garcia, que teria curado todos os pacientes por um sistema de tratamento de tratamento muito simples, que consistia no resfriamento da habitação das pessoas que se encontravam enfermas.

Indefinição do termo resistia

Por um período, o termo “febre amarela” praticamente desapareceu nos jornais locais; entretanto os meios de comunicação da época continuaram a se referir a muitas outras doenças como “impaludismo”, “beribéri”, “febre intermitentes”, “sezões” e vários termos populares divulgados pela população. Portanto, parecia ser de grande interesse para a sociedade local, os estudos sobre profilaxia e prevenções sobre estes males tão nocivos, cuja transmissão ainda se mantinha desconhecida. Contudo, o que se percebe é que alguns dos resultados obtidos e divulgados parecia não provocar um impacto imediato sobre os discursos e ações empregadas pela administração pública.

⁵ Publicado no jornal *Manáos*, em 17 de abril de 1891.

Insalubridade, como empecilho econômico

A insalubridade brasileira ganhava destaque nos discursos políticos, apontada como um dos principais empecilhos ao desenvolvimento do país, pois gerava grandes dificuldades econômicas e financeiras. Portanto, as autoridades tinham consciência sobre a necessidade de desfazerem essa imagem negativa que se encontrava difundida e afastando investidores do país. A cidade do Rio de Janeiro, a capital brasileira, era a porta de entrada do país, e em muitos momentos, o seu porto não apresentava qualquer garantia de saúde, e assim era evitado pela navegação comercial e de passageiros, de acordo com o que é noticiado na época.

A reforma da Capital Federal aconteceria depois de alguns anos, assim como o seu embelezamento e saneamento republicano. Entretanto, no Amazonas, a reforma urbana já vinha acontecendo, graças à nova condição financeira, em função da extração da borracha e da exportação. Tardamente, a administração pública local passava a aplicar uma antiga recomendação do Ministério do Interior, que propunha tornar ressecadas as áreas úmidas e encharcadas das cidades. Nesse sentido, os governos investiram grandes somas nos serviços de aterramento dos igarapés, pois acreditavam que assim impediriam a propagação dos “miasmas”.

Mapa do embelezamento

Os constantes surtos de febres causavam grandes perdas humanas e prejuízos econômicos naquele momento. Por isso, a adoção das ideias e práticas importadas dos centros europeus surgiam como solução e requeriam um grande esforço dos governos que pretendiam se alinhar ao padrão de atualização proposto para a época. Assim, as autoridades governamentais pretendiam, também, atender as exigências de possíveis investidores que poderiam colaborar com a consolidação do processo de ocidentalização que vinham tentando implantar. Entretanto, as políticas públicas ainda se limitavam às ações voltadas para a reforma urbanas para sanear os espaços de circulação humana.

As exigências da saúde e higiene pública, assim como as aspirações da sociedade por espaços de circulação, que fossem equipados, seguros e embelezados, se tornavam possíveis, graças à disponibilidade de recursos financeiros. A nova condição do tesouro público

acnava positivamente para a realização de um projeto de regularização do traçado da cidade. O projeto de atualização implicava em grande intervenção na topografia da cidade, com a proposta de nivelamento de morros e colinas, bem como o aterramento de igarapés localizados nas áreas litorais.

A partir de 1892, a administração do governador do Amazonas, na pessoa de Eduardo Gonçalves Ribeiro, implantou o **Plano de Embelezamento da Cidade de Manaus**. Esse plano pretendia atualizar a aparência da cidade a partir de uma grande transformação de seu aspecto arquitetônico e urbanístico, que foi marcado por uma grande quantidade de obras públicas e privadas. Sem dúvida, as intervenções para instalar os melhoramentos revelavam uma grande inspiração no modelo de reforma urbana que acontecera em Paris, algumas décadas antes e que havia funcionado como modelo para grande parte das cidades ocidentais.

A definição de um plano de construção do governador do Amazonas estabelecia um novo eixo de crescimento para a cidade de Manaus, e instalava um novo conjunto de referências mais adequadas às necessidades da época. A partir de 1893, foi iniciada a reforma urbana da capital Manaus, abrangendo todo o perímetro urbano e arrabaldes, provocando mudanças consideráveis no traçado da cidade e em sua topografia. Eram os trabalhos de aterros e desaterros, como costumavam se referir aos procedimentos mencionados nos documentos oficiais. Dentre outras obras, destaca-se o aterramento integral e parcial de igarapés, o nivelamento de colinas e a abertura de vias e ocupação de algumas áreas dos arrabaldes.

As propostas de regularização da cidade, apresentadas por Eduardo Ribeiro, como proposta para ser aplicada em Manaus, se apoiavam nas práticas de aterramento e regularização dos cursos d'água, pois compreendiam que somente essas providências, aliadas à instalação de pontes sobre os igarapés com maior volume d'água, seria possível viabilizar a criação de um traçado regular para a cidade, que permitiria a circulação o de seus habitantes e ocupação de novas áreas.

Ocupação dos arrabaldes da cidade

Em 1900, as ocupações dos arrabaldes da cidade ainda aconteciam num ritmo muito pequeno, apesar de todas as obras e da insta-

lação do serviço de bondes. Por algumas outras observações feitas por diferentes viajantes, é possível deduzir que população preferia se manter na área central da cidade, possivelmente para usufruir de algumas vantagens que não teriam em áreas mais afastadas.

Todavia, é possível ressaltar uma grande intervenção que rasgou o bairro da Cachoeirinha, com um traçado que abriu muitas ruas, e provavelmente, atraiu um maior número de moradores para aquele bairro. Em menor proporção, aconteceram ocupações na área da Cachoeira Grande, também denominada de bairro Pensador (área atualmente ocupada pelo bairro da Chapada), bem como e a recém criada Colônia Campos Sales (atual bairro de Flores). A criação dessa colônia pretendia abrigar uma comunidade agrícola, assim como a Vila Municipal (parte do bairro do Vieir Alves), que estava sendo projetada naquele momento.

Nas observações cruzadas entre notas jornalísticas e os traçados de um mapa datado de 1901, é possível deduzir que a área compreendida entre o reservatório da Castelhana (edificação que se mantém na esquina da av. Constantino Nery com o boulevard Álvaro Maia) até a Colônia Campos Salles, se encontrava ocupada por alguns imóveis populares, construídos em madeira ou taipa, cobertas de palha, zinco ou flandê. As mesmas características construtivas se reproduziam em grande parte dos imóveis que estavam sendo erguidos no bairro dos Tocos (atualmente bairro de Aparecida) e no bairro do Mocó.

Naquela década, o bairro do Educandos, assim como a Colônia Oliveira Machado estavam sendo suavemente, ocupados por famílias humildes, que se instalavam em casas de madeiras ou taipa. Entretanto, no mapa de 1901, a área localizada do outro lado do igarapé da Cachoeirinha (trecho atualmente denominado de mestre Chico) se encontra representada apenas por uma quadra, traçada em torno da área da antiga construção do Instituto de Educandos e Artífices.

A indicação do bairro de São Raimundo, localizado as margens do igarapé da Cachoeira Grande (atualmente conhecido como igarapé do Mindu) já constava em alguns álbuns da época, apresentado por meio de fotografias que mostram um conjunto de casas cobertas de palha, dispostas de maneira bem espontânea. Frequentemente, essa área foi identificada como aldeia do São Raimundo, cujo território ainda não se encontrava contemplado no mapa da cidade.

Reforma urbana e degradação ambiental

Com frequência, os presidentes da província lamentavam a precariedade do saneamento da cidade. Entretanto, sob a nova condição econômica se tornava possível a realização de variadas obras que vinham sendo solicitadas há décadas.

Em 1893, o Diário Oficial publicou algumas impressões sobre a cidade de Manaus, de autoria de um colaborador que assina como “A. de C”. O comentarista notava que a cidade estava em construção, e dizia que “está pode-se dizer elevando-se do seio da terra, com uma proporção grandiosa, com a elasticidade da borracha das suas seringueiras, perpetuando o nome do seu Governador Dr. Eduardo Ribeiro.” Em seguida afirmava que: “Ao saltar-se em Manáos uma cousa chama a atenção do observador, a grande actividade americana dos seus habitantes. Aterros, calçamentos, edificações, ajardinamentos, o diabo enfim”.

Realmente, entre 1893 e 1900, ocorreu um grande número de obras na cidade, e como resultado gerou uma nova configuração atualizada, ao molde dos padrões “modernos e civilizados”. Contudo, em poucos anos, tornaram-se frequentes as observações que vinculavam as obras aos surtos de febres que ocorriam na cidade.

Em 31 de dezembro de 1898, o governo do Estado, constituiu uma comissão composta pelos doutores Vasco Theophisto de Oliveira Chaves, Pedro Nolasco Buarque de Gusmão, Domingos José Ferreira e Jorge de Moraes. A comissão deveria avaliar a causa da morte das internas do Instituto Benjamin Constant, pois naquele ano tivera um elevado número de óbitos entre suas alunas. Foram 10 mortes, sendo 5, somente no último mês e o “paludismo” era apontado como a causa principal.

O relatório da comissão foi publicado em A Federação, entre os dias 13 e 17 de janeiro de 1899, apontando aspectos específicos que afetavam o saneamento da instituição, bem como os cuidados que deveriam ter com as internas. Depois de um detalhado estudo, a comissão analisou e apontou vários problemas. Destacou o solo como a “causa primordial de maior numero de moléstias que assolavam o Instituto”. Argumentava que

foi depois desses trabalhos de excavação e aterro para nivelamento das ruas, que apareceram aqui as febres de mau caracter”. Atacado o serviço quase simultaneamente em toda a área da cidade, conjuntamente com outras obras publicas e particulares, sucedeu que o solo veio a ficar descoberto em uma vasta superfície. As aguas empoçadas nos logares cavados e acima dos aterros dos igarapés, converteram-se em fócios múltiplos e mais ou menos extensos de decomposição organica, cuja actividade augmentara [aumentara] ainda mais com a derrubada das arvores que mitigavam com sua sombra protetora a acção dos raios solares sobre as fermentações miasmáticas.

A comissão alegava que perante o conjunto de condições, foi desenvolvida uma mortífera epidemia na cidade, notava que o contingente de operários que afluía de todos os lados se tornara insufficiente, perante tanto trabalho. Alegava ainda que ao mesmo tempo em que morriam alguns, outros fugiram “espavoridos ou enfermos”. Por isso, a comissão alegava que os focos de infecção era a principal causa da lentidão nos trabalhos.

Para substanciar o argumento e mostrar que não se tratava de uma simples conjectura a indicação do “revolvimento do solo”, como a causa das moléstias, a comissão recorria ao dado histórico, e citava as febres palustres ocorridas em Paris, em 1811, por ocasião da abertura do canal de Saint-Martin, e novamente em 1840, quando foram realizados os trabalhos de suas fortificações. A comissão concluía o relatório, recomendando providências específicas para garantir maior segurança às internas da instituição de ensino, assim como a conclusão de aterros e escavações nas proximidades do instituto, porque isso também beneficiaria as populações daquela área.

Animação do comércio e delírio das febres

Além da construção civil e do comércio que davam um novo ritmo à cidade, diversificava-se a vida cultural e as atividades noturnas, cujos serviços exigiam um grande contingente de investidores e trabalhadores, que se instalavam na cidade e alavancavam vários setores da economia local. Contudo, a sociedade que tanto prezava pelos aspectos modernos e “civilizados” de suas obras materiais, ainda não fora capaz de garantir a saúde de suas popula-

ções, nem evitar os surtos de febre que assolavam a região e tanto maltratavam as pessoas.

Em 18 outubro de 1899, A Federação publicava uma pequena nota informando que o pintor De Angelis “estava melhorando dos seus sofrimentos”. Entretanto, em novembro daquele ano, outra nota informava que ele ainda se mantinha doente, e por essa razão retornava ao seu país, na esperança de se recuperar. Naquele mês, uma outra nota informava que o governador continuava aguardando o leito, e provavelmente seria “obrigado a abandonar o cargo por algum tempo”, até o seu completo restabelecimento.

Foi naquele cenário em transformação, em janeiro de 1900, que os jornais de Manaus noticiavam acontecimentos políticos, sociais e culturais do último ano do século XIX, incluindo notas sobre a vida teatral. Em geral, publicavam anúncios e pequenos comentários sobre apresentações de artistas ou companhias que passavam pela cidade. Era previsto, para o final daquele mês, a chegada de uma companhia italiana, que faria a primeira temporada de operetas naquele ano marcante.

Entretanto, a cena será tomada em grande parte pelo surto de febre amarela que acontecia na cidade, o que afetou gravemente o elenco italiano da Companhia Calli & Aprea. Atores, atrizes, coristas, músicos, maestros e até um cenógrafo alemão sucumbiram perante a moléstia. Além deles, havia outros que sequer foram mencionados nos jornais, e que tiveram suas vidas ceifadas e que foram enterrados em solo amazonense. Possivelmente, alguns não receberam sequer um túmulo definitivo, nem mesmo uma homenagem digna pelos serviços prestados ao teatro. Foram praticamente apagados com suas próprias histórias.

O fazer artístico ocupa um papel importante na história da cidade de Manaus, não apenas como um elemento da animação cultural, mas principalmente, como capaz de apoiar os projetos de civilização e como um recurso para amenizar as agruras enfrentadas por aqueles que se dirigiam a região. Em determinados momentos, as apresentações de teatro e música eram os únicos atrativos artísticos que a população dispunha. Neste sentido, é a partir de 1867 que surgem as primeiras tentativas de montar um espaço para encenar, assim como, os primeiros grupos amadores. Esse tema se encontra desenvolvido no ensaio “A vida teatral nos jornais da província do Amazonas- 1855/1889”.

O Teatro Lírico em Manaus

Em 1900, a chegada de uma companhia de óperas e operetas na cidade continuava gerando grande expectativa entre os habitantes e remete a uma história de tentativas iniciada décadas antes, para introduzir o gênero musical dramático na capital do Amazonas. Desde o início das atividades teatrais na cidade de Manaus, o setor contou com muitos colaboradores, não somente aqueles que estavam diretamente envolvidos com a atividade, mas também os simpatizantes e jornalistas que passaram a clamar por melhorias e pelas apresentações do teatro lírico, ou seja, as óperas tradicionais que se apresentavam nos grandes centros urbanos do mundo.

Entre as argumentações divulgadas em jornais e na Assembleia Provincial naquele momento, os discursos demonstravam que as pessoas acreditavam que essa modalidade teatral se constituía num relevante auxílio na educação e no refinamento da sociedade. Todavia, foi somente em 1890, que as articulações entre empresários, jornalistas e artistas conseguiram realizar a primeira temporada de teatro lírico em Manaus.

Em 1890, a obra de construção do teatro Amazonas se encontrava paralisada, desde os primeiros trabalhos realizados no começo da década anterior. Entretanto, seria retomada dois anos depois e, portanto, a primeira temporada de teatro lírico em Manaus, aconteceu no Eden teatro. Era uma singela construção em madeira, de pequeno formato, que abrigava as atividades teatrais, bem como as atividades musicais, assim como números de magia, halterofilismo e várias outras variedades de atividades artísticas.

O Eden Teatro passou a ser mencionado nos jornais locais a partir de 1890, com a chegada da primeira companhia lírica na região. Possivelmente, o espaço foi montado para receber a primeira grande companhia lírica que atuou em Manaus. O teatro funcionava em uma das esquinas da praça Dom Pedro II, construído em madeira, erguido no local da antiga Cadeia Pública, na Praça D. Pedro II.

Em 10 de dezembro de 1890, o jornal Diário de Manáos anunciou a chegada da Companhia Lyrica Italiana. A companhia fora contratada pelo maestro Joaquim Franco. Era a primeira grande temporada da companhia em Manaus, que foi iniciada em 16 de dezembro de 1890, no Eden teatro, com a opera “*IL Trava-*

tore”, de Verdi. Entretanto, os anúncios publicados nos jornais da época informavam que a Estação Teatral de 1890/1891 era promovida pela Associação Lyrica Amazonense⁶.

Finalmente, a população amazonense tivera a oportunidade de assistir espetáculos de um repertório de óperas e operetas tradicionais. Mesmo que muitos espetáculos tenham sido criticados pelos comentaristas locais, ora pelo nível artístico do elenco, ora pelas deficiências da orquestra e coro, bem como o comportamento inconveniente do público.

Em alguns momentos, a orquestra também foi constituída por artistas locais, que nem sempre dispunham de formação e tempo hábil para dominar as inúmeras partituras a serem executadas nos instrumentos musicais. Entretanto, aqueles primeiros anos não deixavam de funcionar como um aprendizado para o público e para os espetáculos que viriam a ser apresentados no teatro Amazonas, posteriormente, a partir de janeiro de 1897. As temporadas apresentadas funcionaram como um importante ensaio para a criação de um animado centro de animação cultural e artístico no coração da cidade.

Pelos comentários jornalísticos divulgados na época, é possível perceber que depois de quase uma década de apresentações do gênero, a cidade não parece ter produzido os resultados previstos. Levava algum tempo para que a população se adaptasse e dominasse as etiquetas para o uso dos espaços públicos. A população estava tentando se adequar às exigências do novo modelo urbano e ainda levaria muito tempo para dominarem as normas e etiquetas.

A contratação de uma companhia teatral dependia de uma série de articulações políticas, administrativas e artísticas. Essas tratativas envolviam muitos profissionais e assim, era possível garantir, pelo menos, duas temporadas por ano. Em geral, a programação dependia da iniciativa de empresários que se articulavam, a partir de subvenções cedidas pelo Estado, bem como o apoio de jornais e alguns estabelecimentos comerciais. A atividade teatral gerava uma verdadeira rede de consumo e animava fortemente o comércio local.

Com a inauguração do teatro Amazonas, crescia a expectativa em torno das temporadas, cujos repertório se mantinham em

⁶ Diário Oficial em 16/12/1890.

grande parte, destacando algumas montagens com a participação de um ou outro integrante das trupes. O conjunto de ações criava uma tradição que se animaria por mais alguns anos.

Temporada da companhia Calli & Aprea

Para os supersticiosos pode não ter sido um bom presságio encontrar a primeira notícia sobre a chegada da **Companhia de Óperas e Operetas Italianas Calli & Aprea**, publicada ao lado da informação sobre o primeiro caso de “peste bubônica” que ocorrera no Rio de Janeiro. A iniciativa de levar a companhia Manaus fora do empresário Juca de Carvalho, que desde o início daquela década promovia a contratação de companhias italianas. A companhia em questão era dirigida por Achille Rivelli, que também era um dos principais artistas do elenco. Como arranjador do conjunto, estava indicado o nome Rafael Scognamiglio e como diretores de orquestra Giuseppe Rogano⁷ e Luigi Fonate.

A divulgação do elenco sugere uma ordem hierárquica dentro da companhia. Apresentavam-se como prima-donas as atrizes Therezina Cappelli e Theresina Zucchi (às vezes também é mencionada como Lisone, pois era esse o sobrenome do marido). Na sequência de nomes que integram o elenco, aparecem as sopranos Tecla Tattí Cordové, Elvira Speranza, Edwirge Ostengo, Lucia Lantes, Lujia Pollizi, contando também com a “característica” Eleonora Gianefli.

O naipe masculino era composto pelos tenores Felice Tatti e Francisco Callini; os barítonos por Umberto Pransini e Francesco Zucchi; além dos buffos Achille Rivelli e Domenico Fiori e os “característicos” Luigi Lancello e Francesco Pollizi. A nota informava que os cenários eram novos e pintados pelo cenógrafo Oscar Reynick.

O elenco contava, também, com a participação de 24 coristas femininas, 18 coristas masculinos, além de 36 professores de orquestra. A trupe era formada por 95 integrantes, com grande repertório com mais de trinta obras e com a previsão de fazer trinta apresentações na cidade.

É provável que a divulgação do elenco tenha gerado expectativas na cidade, sobretudo, a indicação dos nomes das figuras femininas. Os leitores se perguntavam se seriam belas e graciosas as tais prima-donas, e se realmente eram talentosas e

⁷ Grafado muitas vezes como José Rogano.

chiques. Naquele momento, as expectativas não eram somente do público feminino, mais interessado nos elementos vinculados à moda, mas o excitação maior era mesmo do público masculino, principalmente, os homens que integravam o grupo de sedutores que rondavam o teatro, na esperança de cortejar atrizes e coristas. Por isso, a imprensa os apelidou de “perus”.

Os ingressos do espetáculo custavam alguns contos de reis, com valores variados, indicando as frisas com os valores mais elevados, igual a 35\$000 reis (réis), seguido pelos preços dos camarotes de 1ª, 2ª e 3ª, que custavam sucessivamente 35\$000, 25\$000 e 15\$000. Na plateia, as cadeiras de 1ª custavam 7\$000 e de 2ª 6\$000, na parte mais elevada, chamadas de “paraísos” que custavam 3\$000. Os ingressos poderiam ser adquiridos na Casa Havaneza até as 18 horas e depois desse horário somente na bilheteria do teatro. Em alguns anúncios, constava a informação de que após o final dos espetáculos o serviço de bondes estaria funcionando para todas as linhas.

Antes mesmo de desembarcarem na cidade, os integrantes da Companhia Calli & Aprea já teriam percebido muitos aspectos do exotismo impregnado em toda a região. Mas eles jamais desconfiariam que teriam que desempenhar outros papéis a mais que os personagens que interpretavam nas óperas e operetas.

Dramático calendário

Quinta-feira - 25 de janeiro de 1900

Em 25 de janeiro de 1900, a coluna “Vida Teatral”, publicada no jornal Diário de Notícias, anunciava para o dia seguinte a chegada do vapor Colombo, que transportava a **Companhia de Óperas e Operetas Italianas Calli & Aprea**⁸, que faria a primeira temporada do ano no teatro Amazonas. Logo após a chegada da companhia, os jornais anunciaram o espetáculo de estreia para o dia 30. Todavia, por problemas técnicos, a pré-estreia ocorreu somente no dia 31 de janeiro, no teatro Amazonas, com a opereta “Fan de La Tulipe”, que foi muito bem recebida pelo público amazonense.

Quinta-feira - 1º de fevereiro de 1900

A primeira recita de assinatura aconteceu no dia 1º de fevereiro, com a opereta “Os Mosqueteiros no Convento”, que apre-

⁸ Apresenta variações na grafia.

sentava como destaque a estreia da prima dona **Therezina Zucchi**, do 1º tenor Felice Tatti e do barítono Umberto Franzini. Apesar dos obstáculos, a companhia conseguiu fazer trinta apresentações, sendo a temporada encerrada no dia 15 de março de 1900.

Foi durante as festividades carnavalescas, em fevereiro, que os integrantes da companhia italiana perceberam a gravidade da situação em que estavam envolvidos. Descobriram que não estavam imunes aos malefícios que abalava os habitantes locais. Não se tratava de um exercício de dramaturgia, mas se tornava necessário conciliar e conviver com dois gêneros distintos e contrastantes, ou seja, os dramas de saúde enfrentados diariamente e as comédias que tinham que encenar para a plateia. Era uma encenação burlesca, despropositada, na qual se misturavam a alegria das festividades carnavalescas com as dores das perdas de amigos próximos, que faleciam vítimas das doenças e o pavor da contaminação eminente.

Naquele cenário chuvoso e animado, por alguns bailes carnavalescos, não deve ter surpreendido muito a população de Manaus a ocorrência da divulgação de notícias sobre a morte de dois artistas da Companhia Calli. Ainda que, inicialmente não tenham divulgado a *causa mortis*, era inteiramente previsível o que havia ocorrido com eles, pois os surtos de febre ocorriam com muita frequência, naqueles últimos anos e estavam ceifando muitas vidas. Certamente, era a conhecida “febre de máo character” que afetava e abatia alguns de seus integrantes.

Pelas obrigações contratuais assumidas, a empresa não tinha como encerrar a temporada abruptamente e sair de cena. Era preciso continuar a apresentar o repertório previsto; portanto, o elenco deveria se apresentar quase todas as noites. Provavelmente, não tinham experimentado uma situação tão drástica quanto aquela e, certamente, se encontravam fragilizados e inseguros, diante das perdas e ameaças eminentes. Contudo, resistiram e não se entregaram. Mesmo enfrentando os seus dramas e pavores diários, os componentes da companhia encontraram forças, mesmo com algumas deficiências, e cumpriram com o que haviam prometido no contrato.

Quarta-feira - 28 de fevereiro de 1900

No dia 28 de fevereiro, a coluna “Gambiarra” apresentava algumas informações sobre os espetáculos, sendo a maior parte dos

dados sobre a saúde de artistas da companhia Calli, ocorrida no dia 26, no hospital da Beneficente Portuguesa. Falecera o cenógrafo Oscar Reynick, alemão, de Berlim, autor dos elogiados cenários apresentados pela companhia. Na ocasião em que adoeceu estava concluindo o cenário de “Eva”.

Naquele mesmo dia, morreu, também, o ator Arnaldo Lisone, com apenas 24 anos. Ele era o marido da prima-dona Therezina Zucchi. Era descrito como um rapaz de grande porte, um verdadeiro gigante. Entretanto, segundo o comentarista de “Gambiarra”, teria sido “vítima do medo”, pois ao saber da enfermidade que contaminara o cenógrafo, ficara apavorado. Lisone não teve muito tempo para demonstrar seu talento artístico em Manaus, e só atuou em “Princesa Ricardo”.

Entre outras notícias publicadas nessa época, surgia a informação de que sua esposa, Therezina Zucchi, parecia ter melhorado da enfermidade; no entanto, não fora informada sobre a morte do marido, pois temiam pela fragilidade de seu estado nervoso. Entretanto, os jornais indicavam que outro ator, Luigi Langella, também se encontrava enfermo, ainda que o seu estado não inspirasse maiores receios. O tenor Tatti já se encontrava quase restabelecido e acreditavam que na semana seguinte voltaria a atuar.

A atriz Therezina Zucchi chegou a fazer algumas apresentações na temporada e interpretou papéis destacados, sendo bastante elogiada a sua atuação em “Os Mosqueteiro no Convento”, assim como em “A princesa Ricardo”, “Fantoche de Lilla” e “Sargento Cocó”. Infelizmente, logo em seguida, a atriz ficou acamada pela impiedosa febre amarela.

Quinta-feira - 1º de março de 1900

Com alguma frequência, a coluna “Gambiarra”, publicada em Diário de Notícias, comentava sobre a temporada teatral. Entretanto, à medida que a trupe foi sendo contaminada e seus componentes morriam, o estado de saúde do grupo passou a ganhar maior espaço de atenção no conteúdo da coluna. Alguns comentários do colunista parecem querer camuflar que estava ocorrendo um surto de febre amarela na cidade, naquele momento.

Possivelmente, as negativas do comentarista fosse uma tentativa de dissolver a propaganda negativa sobre a região, que ressal-

tava os aspectos da insegurança por causa da insalubridade, que tanto amedrontava os possíveis investimentos econômicos. A argumentação do redator sugeria serem os artistas os responsáveis pelas condições de saúde em que se encontravam⁹. Afirmava que “eram vítimas de seus próprios descuidos e alguns de desmazelo”, pois não entendiam que estavam em outro clima, diferente da Europa e insistia em dizer que, mesmo assim, faziam toda “sorte de extravagancias”.

Sexta-feira - 2 de março de 1900

No dia 2 de março, o comentarista de “Coisas de Arte”, em A Federação, lamentava o estado “desesperador” em que se encontrava “uma das primeiras figuras italiana” atacada pela febre amarela. Todavia, dizia que todos esperavam que o sr. Tatti, retornaria aos palcos depois de vários dias com a enfermidade. Entretanto, na edição do dia 3 de março, o jornal A Federação, com o título “Therezina Zucchi”, informava que a atriz estivera gravemente enferma, sofrera oito dias com febres, suores e delírios, e finalmente, depois de debelada a febre, aconteceu o pior.

A atriz teria se acidentado durante um dos ataques, ferindo profundamente a língua, cujo corte comprometera, seriamente, uma artéria e provocara uma grande hemorragia. Em consequência disso, não resistiu e faleceu às 11 horas da noite, do dia 1º de março, na hospedaria do Café Brazil, justo no horário em que seus colegas da companhia estavam apresentando mais uma recita no teatro Amazonas.

Zucchi foi enterrada naquela manhã, sendo o féretro acompanhado por alguns artistas e representantes da companhia Juca de Carvalho e da empresa Calli. A matéria publicada no jornal A Federação lembrava que a atriz era dotada de voz “agradabilíssima” e com seu talento conquistara nossa plateia. A nota indicava, também, que a jovem senhora, “vinha de ser emprezaria, na Italia, de muitas das principaes companhias piemontezas, das quaes foi um dos melhores ornamentos”¹⁰.

⁹ Em 1º de março de 1900, em Gambiarras, no Diário de Noticias.

¹⁰ (A Federação dia 3 de março de 1900).

A temporada tem que continuar

Em um mundo marcado pela religiosidade e superstição, era ainda muito difícil o ato de combater muitas doenças. As vacinas ainda não eram populares, tendo os higienistas que enfrentar grandes resistências de vários setores da sociedade, sobretudo, por parte da população que temia ser contaminada com o anticorpo.

Naquele momento, ainda não haviam descoberto as causas e tratamentos para a febre amarela. O mais comum de se ouvir é que a morte era uma “escolha e decisão Divina”. Daí a grande resistência que viria se manifestar em grande parte das populações para não se deixar vacinar, como se isso fosse uma coisa contra os princípios divinos.

Até então, não havia uma prevenção garantida nem uma profilaxia eficiente para combater os sintomas da febre amarela, uma doença tão temida. Ainda era desconhecida a verdadeira causa que a produzia. Em virtude disso, ocorriam muitos equívocos e incertezas, além da persistência de alguns atribuírem tudo aos desígnios Divino. Talvez recorressem às rezas, missas e novenas, como um dos recursos mais eficientes para garantir a proteção divina, e até fizessem promessas e pagassem penitências, com o intuito de se preservarem.

Certamente, nenhum dos integrantes da companhia teatral contava com o fato de que poderia ser contaminado, muito menos suspeitava que isso poderia ocorrer a partir da picada de um pequeno mosquito. A realidade era imprevisível e poderia acontecer em qualquer ponto da cidade. Os insetos estavam em todos os lugares, sobretudo, na proximidade de lugares com solos encharcados, cuja condição propiciava a reprodução e propagação dos insetos que contaminavam os humanos. Além disso, os mosquitos poderiam se esconder nos quartos de hotel, nos camarins, nos bares e restaurantes, além de estarem muito presentes às margens do rio e dos igarapés.

Com alguma frequência, os surtos de febres continuavam acontecendo, recebendo diferentes denominações, como “febres palustres”, “febres intermitentes” ou “febre de máo caracter”, que incluíam surtos de malária, que também era denominada de impaludismo, assim como a “febre amarela”. Outras enfermidades comuns, cujos sintomas se misturavam a doenças como “beribéri”,

‘tifo americano’ e outras, ainda não haviam sido identificadas.

Em geral, as moléstias eram adquiridas em espaços infestados por mosquitos, pulgas e piolhos e outros vetores contaminadores que se propagavam nos espaços insalubres. A falta de segurança e higiene dos espaços de circulação humana e, sobretudo as habitações, facilitavam o contato direto com os esses vetores, bem como a precariedade das condições das águas e alimentos servidos sem maiores cuidados.

Segunda-feira - 5 de março de 1900

No dia 5 de março de 1900, a mesma coluna, assinada por Iberê¹¹, afirmava que depois que atores e atrizes ficaram enfermos, e alguns casos fatais tivessem ocorrido, alastrou-se um certo pavor entre os artistas e demais pessoas da companhia. Contudo, o colunista alegava ser “exagerado” aquela sensação, pois garantia que o nosso clima era “excelette”, e até mesmo benigno ao estrangeiro. Ainda que reconhecesse ser a febre amarela uma “exceção” no Amazonas.

O colunista sugeria que a culpa da enfermidade era dos próprios artistas, e assim recomendava que não facilitassem, não abusassem, pois não deveriam “comer todas as fructas sem o menor temor, não beber o champagne como se fosse água, não se empregar gêlo a toda hora, não se comer a larga noite adiante”. As recomendações passavam ao largo da verdadeira causa, e certamente não evitariam a moléstia, mesmo assim, ele fazia uma recomendação muito delicada, afirmando que os artistas deveriam “obedecer cegamente as regras da boa higiene”¹².

Eram muitas as dificuldades enfrentadas pelo elenco estrangeiro. Em terras distantes, tendo que enfrentar sofrimento físico e psicológico, além do luto e o pavor de se contaminar, e ainda ter que se manter em cena com uma interpretação convincente, os artistas eram duramente criticados pelos jornais. Para cumprir o contrato da temporada, tinham que encenar e cantar dramas e comédias, ainda que muitas vezes lhes faltasse energia e disposição para tanto. Ainda que a frequência do público fosse pequena, surgiam comen-

¹¹ Provavelmente um pseudônimo utilizado por um jornalista ou colaborador do jornal.

¹² Na coluna Gambiarra, publicada no Diário de Notícias, em 5 de março de 1900.

tários elogiosos sobre a atuação de alguns artistas, sobretudo, o trio composto pela atriz Therezina Capelli, o tenor Fecite Tatti e o cômico Achille Rivelli.

Sem dúvida esses artistas funcionaram como o tripé que sustentava e mantinha o ritmo da companhia, pois foi graças ao desempenho e dedicação deles que foi possível concluir a temporada. Eventualmente, apareciam elogios a um ou outro artista que se destacava positivamente nas apresentações, ainda que raros.

A gravidade do estado de saúde de alguns artistas impossibilitava suas atuações, fazendo com que ocorressem substituições. Entretanto, nem sempre os substitutos estavam devidamente preparados para o papel que assumiam nas encenações. Assim, o improviso ficava evidente, sendo destacado por comentaristas, que criticavam a qualidade das apresentações. Contudo, após a morte de alguns integrantes, certos comentaristas passaram a fazer observações mais condescendentes, reconhecendo as dificuldades enfrentados pelo elenco.

Sábado – 10 de março de 1900

Notas publicadas nos dias 10 e 15 na A Federação daquele mês de março, anunciam que alguns artistas e coristas da companhia haviam se desligado da trupe teatral para fixarem residência em Manaus. Enquanto isso, previa-se que outros artistas deveriam permanecer na cidade até restabelecerem seu estado de saúde.

Segunda-feira - 12 de março de 1900

No dia 12, o Diário de Notícias publicava o anúncio para o espetáculo “Pescadores de Nápoles”, uma récita de assinatura. A coluna Gambiarra informava que no dia anterior haviam falecido coristas Lina Ruta e Maria Rotta, e a nota indicava como *causa mortis* da primeira o “tyfo americano” e da outra a “febre de mau carácter”. Ambas foram enterradas naquela manhã.

Terça-feira - 13 de março de 1900 – Diário de Notícias

No dia 13, O jornal informava que em breve aconteceriam as últimas recitas e, infelizmente, comunicavam mais algumas mortes a desfaltar o elenco. Era previsto que a última apresentação aconteceria na quinta-feira daquela semana e estava definitivamente

acertado que o artista que quisesse retornar para a Itália teria passagem no vapor *Re Umberto*, no dia 16 daquele mês.

Quarta-feira - 14 de março de 1900

No dia anterior aconteceu a apresentação de “Os Granadeiros”¹³ e segundo os comentários da coluna “Gambiarra”, publicada no *Diário de Notícias*, “o espetáculo correu regularmente” e teve uma boa receptividade do público, ainda que contasse com aproximadamente um terço da plateia. Apesar de tudo, na apresentação de Theresina Capelli e Theresina Rivelli elas se saíram bem, assim como o tenor Tati. Todavia, o comentarista notava que a orquestra atuara tão mal que chegara a atrapalhar os artistas que cantavam. Além disso, todos os esforços do maestro foram inúteis e indicava que Sabattini, o segundo tenor, encontrava-se recuperado; todavia anunciava a morte de duas coristas do grupo.

Pela água chegaram, pela água partiram

Trazidos pelo vapor *Colombo*, os artistas da companhia Calli & Aprea retornaram no *Re Umberto*. Seguiram com tristezas e alívio, deixando alguns companheiros enterrados junto com seus sonhos. Provavelmente, alguns tenham decidido não retornar jamais àquelas terras exóticas. Seguiram em desamparo, sentindo quase uma sina das trupes de teatro, sempre marcadas pela inconsistência e incerteza. Não tinham garantias, mas ao subirem no palco, a população local lhe cobrava toda sorte de emoção, e deveriam emocionar, fazer rir ou chorar. Muitas vezes, eram desacatados em plena cena, e poucos chegavam a ter reconhecimento pelo seu desempenho artístico.

Para muitos destes sonhadores não se tratava de uma escolha, mas de uma missão muito difícil perante os limites que cada tempo colocava em seus caminhos. Inicialmente, podem ter sido seduzidos pelas luzes e outras seduções próprias da fantasia, e logo eram arrebatados pelas práticas e pelos aplausos e algum glamour. Logo, estavam retidos e não conseguiam mais escapar, como mario-netes presos aos fios eram conduzidos na missão de transportar as plateias para outros lugares.

¹³ 14 de março 1900, na coluna Gambiarras, no *Diário de Notícias*.

Quinta-feira - 15 de março de 1900

No dia 15, a coluna “Gambiarra” anunciava o último espetáculo da companhia Calli & Aprea. Grande parte dos artistas partiria no dia seguinte, no Re Umberto, enquanto que alguns ficaram enterados e outros, convalescentes, ainda não estavam suficientemente fortes para enfrentar longas viagens. Por causa do estado de saúde de seu esposo, o ator Langella, a atriz Therezina Capelli, se demoraria um pouco mais na cidade, assim como a corista Maria Boaxo.

O último programa da companhia incluía a apresentação de fragmentos de “Os Pescadores de Napoles” e de “Cavallaria Rusticana”, além de um magnífico intermédios. Este último espetáculo se constituiu numa festa de caridade, em homenagem à Sociedade Beneficente do Amazonas. A instituição acolhera grande parte dos artistas que estiveram enfermos. No dia seguinte a maior parte dos artistas partiria para Genova no Re Umberto.

O comentarista da coluna Gambiarra insere os comentários de um colaborador do jornal, que discorria sobre a infeliz temporada da Companhia Calli. Inicialmente, lamentava que alguns tivessem baixado o túmulo, sem as lágrimas da família ausente. “Pobres e desgraçadas victimas! Morreram maldizendo talvez a nossa hospitaleira terra, quando a responsabilidade de tão grande infortúnio, não lhe cabe *in totum*”. Em seguida, afirmando não querer culpar quem quer que seja pela desgraça daqueles que abandonaram a pátria querida:

seduzidos pela alma das nossas riquezas, mas parece-nos, se a chegada dessa pobre gente fosse aguardada com as conveniências precisas; se sua permanência entre nós, numa epocha como a que atravessamos, fosse cuidada com as precauções necessarias, talvez voltassem a seus lares muitos dos desgraçados que aqui repousam eternamente.¹⁴

Depois de viagens muito longas e desgastantes, ao chegar na cidade, frequentemente, as trupes poderiam encontrar algumas condições adversas, além das próprias condições do clima, muito quente e úmido. Entretanto, frequentemente, enfrentavam a precariedade das acomodações, assim como a dieta alimentar diferenciada e precária. Nesse sentido, o anônimo colaborador do jornal

¹⁴ Idem.

afirmava que na verdade faltou muito aos “infelizes artistas”, que se encontravam desamparados em terras estranhas.

Sem um abrigo previsto, sem um tecto cuidado para descansarem as fadigas da viagem, desembarcaram num meio desconhecido para eles, entregando-se em seguida a um trabalho desordenado, fatigando, portanto, o organismo acabrunhado já pelas privações que sofriam, fecundando dessa forma, o germen da moléstia que os victimou¹⁵.

O redator do texto afirmava ser impossível negar suas palavras, argumentando que a prova disso eram as condições dos estrangeiros, em sua maioria italianos que viviam na cidade, há mais tempo que os artistas da companhia, e gozavam de perfeito estado de saúde, enquanto que parte dos artistas teria morrido de “tyfo americano”. Entretanto, o que o redator não queria lembrar é que, desde 1897, os surtos de febre tinham se tornado mais frequentes na cidade e já haviam eliminado grande número de habitantes locais e estrangeiros.

Além das perdas de vidas preciosas, o colunista chamava atenção para a repercussão que aquele fato doloroso poderia ter, prevendo que geraria uma campanha contra o nosso clima. Por outro lado, recomendava que os responsáveis pelas companhias fossem mais cautelosos quanto à escolha da época do ano mais propícia para gozarem uma estadia “confortável e sadia” para melhor regularidade no trabalho na cidade.

Certamente, a temporada da Companhia Calli & Aprea em Manaus, no ano de 1900, deve ter sido a mais dramática das temporadas enfrentadas em toda a sua trajetória da empresa. Com certeza, foi a última com aquele elenco de atores e atrizes, assim como a composição de músicos e cantores, pois encerrou com um quadro bastante desfalcado, a companhia praticamente sucumbiu.

Partem os visitantes e a cidade retoma o seu ritmo

Partiram os artistas da companhia italiana, mas a cidade não podia parar o seu projeto de transformação, que era mantido um ritmo acelerado de obras que pretendiam modificar a paisagem e instalar uma série de serviços. Essas mudanças é que dariam ao lugar um aspecto mais atualizado e com a aparência daquilo que

¹⁵ *ibidem*

compreendiam com civilizado e moderno. Mesmo que já fossem alertados que as intervenções urbanas estavam retirando a qualidade de vida na cidade e os expunha a grandes riscos, continuavam aplicado os mesmos métodos prejudiciais.

Diariamente, os jornais locais publicavam obituários, indicando o nome de pessoas das mais diferentes classes sociais e idades e origem. Naquele período, os surtos de febres eram corriqueiros em toda a região, não havendo prevenção ou barreira capaz de contê-las. Poderia acontecer em todos os lugares e níveis sociais indiscriminadamente. A febre e as doenças não poupavam nem a mais importantes autoridades, nem as celebridades artísticas que aqui estavam.

Entre os nomes dos doentes divulgados nos últimos meses do ano anterior, aparecem no obituário: o nome do governador do Estado, coronel Ramalho Júnior¹⁶, do prefeito capitão Francisco Boaventura, do artista italiano Domenico De Angelis, além de muitos outros nomes de pessoas que estariam enfermas. Entretanto, não havia indicação de que todos os citados estavam sofrendo com as febres intermitentes.

Em 27 de março de 1900, os jornais O Pará, de Belém e A Federação, de Manaus comunicavam o falecimento do artista, em Roma, depois de sofrer com as sequelas da moléstia contraída na região, e que o maltrataram por alguns meses. Possivelmente, o governador do Estado Ramalho Júnior também continuava sofrendo com as sequelas da moléstia, assim como aconteceu com De Angelis, pois em agosto daquele ano, depois de concluir seu mandato governamental, foi noticiado que se retirava para a Europa, onde pretendia se estabelecer na cidade do Porto para descansar e cuidar da saúde, que ainda se encontrava ligeiramente abalada¹⁷.

De acordo com algumas notas e anúncios publicados naquele momento, é possível deduzir que após sofrerem de moléstias mal curadas, as vítimas daquelas doenças ainda pouco controladas, permaneciam sofrendo com sequelas dolorosas. Ainda que notificassem a enfermidade de algumas figuras públicas, os jornais nem sempre indicavam a moléstia que os levavam a busca melhoras em outras regiões ou países.

¹⁶ A Federação, 29 de novembro de 1899.

¹⁷ A Federação, em 8 de agosto de 1900.

Reclames para aliviar o sofrimento

O combate aos sintomas de diversas moléstias contava com um grande interesse da indústria farmacêutica, que descobriu ser um grande filão para explorar, ainda que pareciam não se encontrar alinhadas com as últimas descobertas científicas sobre os males que prometiam curar.

A produção farmacêutica oferecia uma grande variação de medicamentos, que ganhavam destaques e se propagavam a partir de anúncios publicados nos jornais de Manaus e de Belém. A publicidade de muitos produtos indicava causas e argumentos, ainda que nem sempre confiáveis; todavia, os conteúdos revelam os limites científicos de sua época.

Entre outros produtos, é possível destacar “Pilulas Tonicas Restauradoras”, que era um dos medicamentos recomendados para os tratamentos das “febres intermitentes” (também denominadas de sezões). O “reclame” do produto indicava que as moléstias eram endêmicas nos estados do Amazonas e do Pará, em virtude de seus terrenos baixos e inundáveis, e sob um clima abrasador que favorecia a ação daquilo que entendiam ser “miasmas palustres sobre a economia do homem”.

A publicidade informava, também, que os casos estavam se tornando mais frequentes, e assim, ofereciam o produto para combater a moléstia que continuava afetando a tantos que, mesmo curados das febres, continuavam a sofrer as sequelas das doenças, que continuava se manifestando por meio:

De infiltrações nos membros inferiores (inchações). Falta de apetite, opressão na respiração, cansaço, palpitações do coração, engorgitamento do fígado e do baço, icterícia, fraqueza e até dormência nas pernas, symptomas todos esses que denotam perfeitamente a cachexia palustre, não só devida a febre intermitente, mas ainda aos constantes resfriamentos e péssima alimentação a questão sujeitos os povos que habitam no interior destes Estados.

Os anúncios publicados nos jornais da região ofereciam grande diversidade de medicamentos com pretensões a curar os mais variados males. Alguns desses produtos aparecem com maior persistência que outros, entre os quais é possível destacar

os seguintes: “Café Quinado Caferana e Jurubeba”, recomendado para restabelecer os doentes de febre. O medicamento poderia ser encontrado na “Drogaria Universal”, na rua Marechal Deodoro. A publicidade do produto informa, ainda, que o “Café Monteiro” começou a ser aplicado durante um surto de “paludismo” em Madagascar¹⁸. “Balsamo Divino (Phenol)”, “Licor de Lautana Brasileira”, eram apontados como “o verdadeiro específico das sezões”.

É curiosa a quantidade de produtos oferecidos que sugerem utilizar café e vinho em suas composições. Todavia, desconhecemos a validade de tais substâncias, entretanto, é provável que os medicamentos resultantes fossem utilizados como tratamento paliativos por aqueles que padeciam dos sintomas e das sequelas provocadas pelas moléstias, possivelmente não produzissem o alívio real que diziam combater.

Entre outros produtos que aparecem nos anúncios estavam: o “Vinho reconstituente de Kola Quinium; Phosphato Silva Lima”¹⁹; “Café Quinado-Elídio”, sem rival, “debellador do paludismo e febres miasmáticas”. “Chocolate de Kola Elpidio”, era apontado como o alimento completo para os convalescentes e fracos²⁰. A Água Inglesa de Werneck, era “indicado no tratamento e convalescença das febres, principalmente nas sezões, maleitas, malárias ou intermitentes. Sem rival, era apresentado no tratamento da cachexia palustre, do beribéri”²¹. Pastilhas e Comprimidos Werneck eram anunciados para curas das “febres intermitentes sezões ou maleitas”, assim como as “Pastilhas de Quinino”²².

Tanga de chita para combater o medonho

Depois do período de chuvas que acontece entre novembro e março, a região amazônica costuma refrescar um pouco entre abril e junho. Entretanto, a partir de julho o sol se torna mais intenso e as temperaturas tendem a se elevar, sobretudo nos meses de agosto e setembro. Naquele ano de 1900, as notícias jornalísticas ressaltaram as febres que assolavam a região nos meses de chuva, mas

¹⁸ A Federação, 11 de novembro de 1898.

¹⁹ A Federação, 1º de janeiro de 1899.

²⁰ A Federação, 25 de fevereiro de 1899.

²¹ A Federação, em 24 de outubro de 1900.

²² A Federação, em 24 de outubro de 1900.

também publicavam algumas reclamações contra o calor abrasador que se manifestava na cidade. Justamente, em setembro de 1900, surgiram muitos comentários sobre o calor que se intensificava na cidade.

Em artigo publicado na coluna “História dos sete dias”²³, assinada por um colunista que adotava o pseudônimo de Max, e ressaltava os incômodos provocados por um “Calor Medonho”, que acontecia naquele setembro. Em um tom entre o dramático e o cômico, o colunista afirmava que “Manaus queima, Manaus abrasa”, parecendo um forno que assaria a todos. O bem-humorado redator afirmava que já estava, suficientemente, comprovado que a causa do incômodo eram as roupas pesadas que mantinham consigo. O comentarista acreditava que suprimindo a causa, resolveria o problema, portanto sugeria:

temos que abolir o vestuário, substituindo essa complicação de frack ou paletot, calça de casemira, colete, camisa engomada, colarinho, gravata etc, etc, por um simples robe de chambre de chita bem fina, ou melhor por uma tanga de fazenda da mesma qualidade. As meias, por sua vez, serão também abolidas e em vez de sapatos ou botinas, usamos simplesmente alpercatas. Quanto a chapéu, trocal-o-hemos por um barrete de dormir.

Mesmo que a proposta jornalística não passasse de uma provocação e se encontrasse impregnada de ironia e muita galhofa, certamente, tinha a pretensão de animar seus leitores e provocar frouxos risos, perante uma proposta que o próprio colunista deveria considerar ridícula para aquele momento. Contudo, em uma leitura contemporânea, as sugestões feitas pelo autor poderiam ser interpretadas como uma rara e significava proposição, com argumento coerente para amenizar os incômodos enfrentados pelas pessoas que convivem com o clima abrasador da região.

De antemão, o gaiato redator previa que a proposta da nova indumentária poderia provocar o estranhamento por parte de muitos estranhos que chegavam diariamente à cidade e que inicialmente ficariam “com medo”, supondo que a população havia enlouquecido ou trocado a “civilização pela ignorância do Índio”. Entretanto, antevia que, em três dias, eles estariam “assombrados” pelo

²³ A Federação, em 16 de setembro de 1900.

calor e passariam a achar “nosso traje muito bom, muito bonito, muito higiênico e até muito original”.

Para evitar equívocos e confusões, envolvendo os usuários das novas vestes, o redator recomendava que tivesse a “autorização oficial” para evitar constrangimento com a força da polícia. A prosa era encerrada com a promessa de aguardar uma resposta, e mesmo que não lhe atendessem, não deixaria de “desvanecer-me” por ter prestado um relevante serviço aos habitantes daquela terra.

Durante aquele ano, os jornais revelaram muitas outras notícias sobre as transformações da cidade, assim como os eventos artísticos, sobretudo, as atividades teatrais. Contudo, em diferentes lugares do mundo, pesquisadores diversos continuavam as pesquisas em busca das causas das grandes moléstias que afetavam e maltratavam populações de diferentes regiões do planeta.

Histórico de busca da causa

Quanto ao termo “malária” que muitas vezes é mencionado como impaludismo ou paludismo, pode-se dizer que aparece com maior incidência nos relatórios oficiais a partir de 1897, sendo apontado como a causa preponderante das mortes na região. Todavia, foi somente a partir de 1900, que o tratamento desta moléstia se destaca nos jornais locais.

Em 7 de novembro de 1900, o Diário do Amazonas publicava um longo artigo sobre o uso de quina e quinino para o tratamento de “febres intermitentes”, indicando o uso do referido produto em tropas norte-americanas, em 1863. Todavia, em 1867, o pesquisador **Biuz**²⁴ recomendava esses produtos para combater o agente patológico do impaludismo. Por outro lado, outras pesquisas observavam que o quinino não agia contra algas e cogumelos, que naquele momento, eram apontados como os causadores da moléstia.

O redator indica que **Laveran**²⁵ teria confirmado que o uso de quinino elimina o parasita do sangue do doente. A partir de pesquisas bacteriológicas, **Golgi** admite a existência de diferentes agentes para cada uma das variedades das febres, ainda que o pesquisador não indique a causa precisa das contaminações²⁶.

²⁴ Idem.

²⁵ Charles Louis Alphonse Laveran, médico francês.

²⁶ Idem.

Depois de expor a questão, o redator do artigo pergunta “si o quinino não poderia ser utilizado na profilaxia da malária” e em seguida cita o resultado de experiências em que ocorreram a administração de quinino. A primeira se refere à experiência com as tropas militares inglesas, quando lutavam na África e outra referência era resultado dos levantamentos feitos com 200 homens de um regimento, nas “zonas febris da Carolina do Norte”, ocorridas no verão de 1863²⁷, nos Estados Unidos.

Mesmo que haja discordância entre alguns aspectos expostos no referido artigo jornalístico, é possível ressaltar um dos trabalhos com as recomendações do pesquisador **Longuete**, que afirmava ser o quinino como “o remédio único que se pôde oppor a febre palustre” e para o tratamento do impaludismo agudo.

Possivelmente, essa foi uma das indicações que popularizou e tornou tão frequente o uso do quinino no tratamento de malária na região amazônica, ainda que se comprovasse que o uso constante do produto poderia prejudicar a audição e até produzir a surdez.

A malária é do mosquito

Em diferentes pontos do planeta, as ciências promoviam pesquisas pois a febre amarela grassava em muitos lugares, sobretudo na África, de onde se espalhara para o mundo. Ainda que cientistas e pesquisadores buscassem descobrir as causas e já houvesse pesquisa específicas sobre a referida moléstia, grande parte das autoridades e a imprensa ainda acreditavam que a moléstia era provocada pelos “miasmas”.

Em 18 de dezembro de 1900, o artigo publicado em A Federação anunciava que há dois ou três anos os médicos e higienistas tinham recebidos novas luzes sobre a propagação da malária. Sabia-se que o “impaludismo” era um estado infeccioso, devido a um parasita no sangue, descoberto por Laveran; entretanto, compreendiam que a contaminação acontecia por vias respiratórias. Foi somente depois das experiências de sábios franceses, italianos e ingleses que foram “Koch, Laveran, Ronald Ross, Manson, Sephens e Christophero, Grassi, Bignani e outros.

A partir de experiências com “anelephos” que aconteceram em Roma, Londres e Ostia, os pesquisadores concluíram que, para

²⁷ *Ibidem.*

combater a malária, era “preciso secar, destruir as águas estagnadas em que se reproduzem os mosquitos e subtrahir-nos á picada destes”²⁸.

Foi somente em 1901, que o jornal “Amazonas”²⁹ publicou, sem maior repercussão, a notícia sobre a descoberta de *Dr. Patrick Manson*, pesquisador da Comissão da Escola de Moléstias Tropicais de Liverpool e teria demonstrado que o mosquito era o veículo do germe da malária. O estudo fora apresentado em Roma e Londres pelo referido cientista, como resultado de investigações realizadas na América do Norte e na Filipinas. Contudo, essa notícia não parece ter reverberado nos círculos da saúde pública, pois os discursos continuavam mencionando as antigas práticas para combater os “miasmas”.

Mosquito nas rotas comerciais

O inseto, assim como um indicativo de diferentes redes comerciais estava bastante distribuído por quase todas extensões dos cinco continentes. No Brasil, o inseto fazia parte na história do país, chegara juntamente com as primeiras práticas comerciais e continuavam com o criminoso tráfico de humanos, feito nos navios negreiros que partiam da África.

Juntamente com ideias e práticas introduzidas na região, os mosquitos teriam chegado nas primeiras embarcações, e certamente, durante as viagens já contaminavam algumas vítimas. Ao desembarcar em terras tropicais, os insetos logo descobriam um mundo novo de possibilidades, muito propício para se perpetuarem. Assim, se instalaram facilmente e, como os senhores que se apossavam da terra, se espalharam por todo o território, se apossando de hospedeiros e seguiam maltratando os habitantes da grande colônia.

Água como causa do impaludismo

Décadas passadas, a teoria que apontava a contaminação por meio da água, que fora duramente contestada pelo relatório de David Canavarro, em 1870, ainda continuava. A concepção se

²⁸ (Idem).

²⁹ No jornal Amazonas, em sua edição de 6 de março de 1901.

mantinha corrente e comentada por um dos nomes mais relevantes na área no Estado, naquele momento, o diretor da Higiene Pública, o Dr. Alfredo da Matta³⁰.

Assim como a indicação do revolvimento de solo, que gerava poças d'água, a indicação da contaminação por meio da água não deixava de revelar um fundo de verdade, considerando que era nas águas acumuladas é que proliferavam os vetores contaminadores da malária, de acordo com os resultados das pesquisas. Possivelmente, o médico não havia assimilado os resultados divulgados recentemente, até mesmo nos jornais locais. Contudo, Matta insistia que se consultassem os mestres sobre o tema, veriam que a ciência fornecia inúmeros dados comprovando que o “paludismo” tinha como veículo a água.

Resistência e ignorância das tradições

As descobertas reveladas pelas ciências ainda levariam um tempo para serem assimiladas e empregadas, sobretudo, pelas restrições de uma população predominante analfabeta, que não aceitava novas ideias e práticas de profilaxia. A ignorância, aliada ao preconceito e à resistência, foram tão maléficas nas convicções da população, quanto a picada do mosquito e, lamentavelmente, contribuía para extinguir muitas vidas, em todos os setores da sociedade brasileira. Além disso, as notícias sobre as condições da salubridade da região amazônica afastavam tantos os investidores, quanto a mão de obra tão necessários para o desenvolvimento da região.

Outro dos muitos discursos que explicitam as verdadeiras intenções das reformas e melhoramentos implementados pelos administradores em Manaus, foi emitido pelo Governador Silvério Nery, em 10 de julho de 1902, ao tratar dos assuntos “Hygiene e Migração”. Ele afirmava que:

Não se pode pensar em attrahir para nós os braços e o espírito emprehendedores e bem intencionados, enquanto não lhe podermos offerecer com absoluta segurança um habitat conveniente e liberto de todas as suspeitas que um espírito de prevenções, nem sempre injustificada, gera.

³⁰ Relatório de 19 de junho de 1901.

Febre causa maior mortalidade

Em Relatório de 17 de 1903, anexo à Mensagem anual do governador do Estado, o diretor da Higiene Pública, **Dr. Alfredo da Matta**³¹, avaliava índices de mortalidade da cidade de Manaus, a partir dos número de óbitos ocorrido entre 1900 e 1902. Ressaltava que foi em 1900 que ocorreu o número mais elevado de óbito na cidade, com 2.519 falecimentos, e em 1901 houve uma considerável redução do número, para 1.326; entretanto, em 1902, o número voltava a ter uma suave elevação, apresentando 1.554 vítimas. Deste número, indicava que 776 tiveram como causa mortis impaludismo, ou seja 49,9% das mortes.

Assim, o médico justificava que o “impaludismo” ocupava o primeiro lugar nas causas de mortes, e que era classificada como “febre intermitente, febre remitente simples ou complicadas; manifestações larvadas; cachexia palustre, além da intercorrência do impaludismo em grande numero de moléstias”.

1904-1909 - Climatologista denuncia

O clima e as moléstias eram temas frequentemente, abordados pelos viajantes, e ganhavam atenção do médico sanitaria e climatologista Hermenegildo Lopes de Campos,³² médico baiano que já estava na região desde 1890. Depois de alguns anos, seu nome passou a ser citado nos jornais locais, sempre relacionado com a área da saúde. Em 1904, ele publicou uma brochura sobre a climatologia da região, tema que vinha estudando há algum tempo, e em 1909 publicou a segunda edição de “Climatologia Médica do Estado do Amazonas”.

O trabalho de Campos é uma obra de referência sobre o tema, pois apresenta um amplo relatório demonstrativo com significativas contribuições ao estudo do clima e do saneamento da região. Campos faz uso de variados estudos sobre temperatura, umidade, natalidade, mortalidade e saneamento, e indica as febres palustres como um dos males mais letais na região.

³¹ Médico sanitaria baiano que atuou muitos anos no Estado do Amazonas.

³² Segundo anúncio publicado em A Federação em 1899, o médico consultava na Pharmacia Galeno, localizada a rua Marechal Deodoro, pela manhã e tarde. Em 1904 atuava como delegado extraordinário da higiene, em Itacoatiara. Atuou no Conselho Municipal de Manaus, em 1905, 1906 e 1907. Detecta a varíola e naquele ano é enviado para Manacapuru para tratar do assunto. Em 1904 enviara uma brochura contendo seus estudos sobre Climatologia.

O estudioso aponta as causas da elevação da temperatura e o aumento de incidência de surtos de febres na cidade de Manaus no final do século XIX e início do XX, atribuindo a grande quantidade de obras urbanas, processadas a partir de 1893, e intensificadas em 1897 e 1898. Campos afirma que, antigos moradores da cidade reconheciam que, “actualmente há mais calôr que outrora”. Isso, segundo ele, se devia à diminuição das matas próximas à cidade, causada pelas ocupações feitas pelas novas populações, além do aterramento e redução dos igarapés foram diminuindo as suas matas ciliares³³.

Solução brasileira em processo

O combate à precária situação da saúde brasileira teve destaque a partir das ações do médico sanitarista **Oswaldo Cruz**, que retornou ao Brasil em 1899, depois de um período de estudos no Instituto Pasteur, em Paris. O sanitarista atuou na Capital Federal, desenvolvendo programas para o combate aos surtos que ocorriam naquele momento. Desde 1903, Cruz passou a aplicar medidas preventivas, com o intuito de exterminar a febre amarela no país.

Em 1904, o sanitarista liderou uma revolucionária campanha de vacinação contra a varíola, gerando uma grande polêmica na imprensa, com a participação de algumas figuras públicas de vários setores. Essa resistência provocou uma grande revolta popular, que foi deflagrada no centro do Rio de Janeiro, com grande participação de moradores do Morro da Conceição. O movimento provocou um conflito com as forças públicas policiais, e gerou prisões e deportações para os confins, sendo as pessoas mandadas para a região do Alto Purus e Juruá.

O conflito ocorrido em decorrência da resistência às medidas de saúde, apontavam para um outro problema que começava a preocupar a sociedade e os seus representantes. Havia problemas sociais decorrentes do crescimento dos aglomerados urbanos, com a ampliação das populações desfavorecidas economicamente que eram confrontadas com as obras das reformas públicas.

³³ (Idem. p.14).

Degradação social ameaça os novos espaços

Em pouco tempo, a situação ocorrida em novembro de 1904, no Rio de Janeiro, reverberou no Amazonas, contando com a tomada de providência e manifestação de protesto por parte do governador Antônio Constantino Nery³⁴. Em seu relatório publicado em 1905, o governador condenou a ação do governo federal por compreender que essa ação afetara diretamente a segurança do Estado do Amazonas. Segundo o governador, o pretexto de punir os integrantes da revolta na Capital Federal, levou o governo federal a enviar um grande contingente de “indivíduos de vida solta e pernicioso”. Por isso, deduzia que o ato transformava o Amazonas num presídio, pois considerava que se tratavam de “criminosos uns, outros incorrigíveis, perigosos todos, capoeiras, batedores de carteiras, passadores de conto de vigário, arrombadores de porta”.

Enfim, o governador, como representante de uma sociedade autoritária e conservadora, demonstrava não ter qualquer intenção de acolher aquele grupo de pessoas, demonstrando rejeitá-los como um grupo de perigosos, que ameaçava a ordem social. Assim, classificava os deportados como maus elementos, perturbadores da ordem pública. Por temores que fossem “arremessados de chofre” na capital do Amazonas, onde previa que encontrariam um campo vasto para as suas ações, ordenou que a polícia providenciasse a “reimigração” dos indesejados.

A preocupação do governador se justificava com base nas observações de especialistas das áreas da saúde e de segurança, que propunham medidas cautelares para garantir a ordem e o progresso. Naquele momento, a cidade de Manaus já enfrentava alguns problemas sociais evidenciados pelo relatório da Segurança Pública, emitido em 1904, destacando questões que apontavam diretamente ao abalo da ordem social e aos bons costumes. O documento ressaltava a ocorrência de casos de vadiagem de menores, mendicância, jogo, embriaguez e prostituição.

Quanto à prostituição, era vista como um assunto polêmico, e o governador Antônio Constantino Nery³⁵ reconhecia ser uma prática de todos os tempos e lugares. Todavia, observava que em

³⁴ NERY, Antônio Constantino. *Mensagem do governador em 10 de julho de 1905*. Manaus: Typ. do Amazonas. 1905. P.208.

³⁵ Idem, p. 210-211.

Manaus, desde 1852, teriam ocorridos algumas tentativas de regulamentar a “profissão”; entretanto, lembrava que algumas autoridades contestavam a proposta, para evitar a “legalização” da “instituição” que condenavam. Perante o impasse da situação, Nery recomendava que a ação da polícia se limitasse às indicações observadas no Código Penal. Entretanto, os problemas apontados nos documentos oficiais só estavam desabrochando, e viriam se acentuar, à medida que a cidade se transformava e recebia novas populações, marcando, de maneira indelével, a sociedade que se articulava no século XX.

A luta continua

Infelizmente, parte dos problemas de saúde pública referentes às febres se manteriam no século XX, apesar do crescente desenvolvimento da pesquisa e do esclarecimento popular, a partir de maiores investimentos na área. A consciência da causa dos problemas econômicos levou a uma valorização da área da saúde e saneamento, e o setor passou a contar com a implantação de políticas nacionais contínuas, voltadas ao combate das moléstias. Isso passou a ser feito por meio de campanhas de esclarecimentos e de vacinação. Contudo, moléstias como a malária e as variantes de dengue ainda continuaram a maltratar a população de muitas regiões do mundo, pois as pesquisas ainda não conseguiam dados suficientes para produzir uma vacina eficaz para combatê-las.

Arquivos da Vila Santo Antônio do Prata, em Igarapé Açu, Pará: interfaces entre Antropologia, História e Arqueologia

Rhuan Carlos dos Santos Lopes¹

Jane Felipe Beltrão²

Beatriz Vericio Miranda³

Calebe Sousa Bentes Ferreira Serra⁴

Introdução

O objetivo deste capítulo é debater o exercício da pesquisa em Antropologia tendo em vista os levantamentos realizados em arquivos disponíveis ao público. Destacamos que a abordagem é realizada na interface entre a Antropologia, a Arqueologia e a História, considerando o exercício da pesquisa interdisciplinar realizada ao longo de 18 anos pelos membros do Grupo de Pesquisa *Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia* da Universidade Federal do Pará (UFPA) registrado junto ao Diretório de Pesquisa do Conselho

¹ Arqueólogo e Antropólogo. Docente no Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e no Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Unilab. Vice-líder dos grupos de pesquisa: *Grupo de Pesquisa com Povos Indígenas* (Unilab/CNPq), e *Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia* (UFPA/CNPq). E-mail: rhuan.c.lopes@gmail.com

² Antropóloga e historiadora, professora titular e emérita da Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente junto aos programas de pós-graduação em Antropologia (PPGA) e Direito (PPGD) ambos na UFPA. Líder do *Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia* (UFPA/CNPq). Endereço eletrônico: janebeltrao@gmail.com

³ Beatriz Vericio Miranda. Graduada de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Integrante do *Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia* UFPA/CNPq). Email: beatriz.miranda@ifch.ufpa.br

⁴ Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Integrante do *Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia* (UFPA/CNPq). E-mail: calebe.serra@ifch.ufpa.br

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse período, como será demonstrado a seguir, realizaram-se levantamentos arquivísticos, históricos, arqueológicos e pesquisa etnográfica nos municípios de Santa Maria do Pará e Igarapé Açú, ambos no estado do Pará, além dos levantamentos em Belém (PA) e no Rio de Janeiro (RJ), no sentido de coligir dados e produzir análises sobre a trajetória histórica do povo indígena *Tembé/Tenete-hara* e o impacto de diferentes instituições de controle social em seu território. Ao longo da pesquisa, contudo, dialogamos com os/as ex-internos/as da antiga Colônia de hansenianos Santo Antônio do Prata, criada sobre o território *Tembé/Tenete-hara*. O acervo que se analisa neste texto diz respeito aos arquivos desta Instituição.

O nosso foco procura demonstrar o potencial dos arquivos para o levantamento de informações que, conjugadas com fontes de outras naturezas, permitem a criação de diferentes vias de análise. As pesquisas em arquivos, e a busca por fontes documentais, integra a formação básica de historiadores. As abordagens historiográficas entendem esses acervos como essenciais à pesquisa histórica – mesmo considerando a diversidade de outras fontes, como as orais – e, por conta disso, têm refletido sobre a necessidade de contextualização da formação dessas instituições, assim como da necessária crítica à fonte documental (Barcellar, 2006).

Para a Antropologia, os arquivos são incorporados à pesquisa na medida em que são vistos como espaços “produtores de conhecimento” com um “sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas” (Cunha 2004, p. 292). A possibilidade do arquivo como campo etnográfico surgiu justamente no entendimento dos contextos sociais e simbólicos que condicionam a formação dessas instituições – as escolhas, os recortes, os tipos de documentos, a cronologia, entre tantas outras possibilidades, que extrapolam os limites dos documentos que lá estão guardados (Cunha, 2004). Sendo assim, ao menos desde a década de 80 do século passado os/as antropólogos/as têm “refletido sobre a natureza de registros documentais transformados em fontes [...]” (Castro e Cunha, 2005, p. 3, *italico no original*).

Como será demonstrado a seguir, apesar dos interesses do Grupo de Pesquisa convergirem para a experiência histórica do povo *Tembé/Tenete-hara*, nossas investigações tinham temas e objetivos diferentes. Neste texto iremos apresentar, majoritariamente, os

trabalhos relacionados aos/as autores/as deste capítulo, destacando a interlocução com os temas potenciais presentes nos arquivos da Vila Santo Antônio do Prata – ou simplesmente Vila do Prata, como hoje é conhecida. Precisamos antecipar que parte significativa deste acervo diz respeito aos documentos gerados ao longo da existência da Colônia de Hansenianos, criada na década de 20 do século XX e existente até meados dos anos 80. Sendo assim, os documentos coligidos dizem respeito às práticas associadas à administração do Leprosário – termo que iremos utilizar em razão da sua presença na documentação e nas narrativas dos/as ex-pacientes com quem dialogamos: tais como prontuários, registros de casamento e de nascimento, livro de óbitos e boletins de ocorrência.

Nesse sentido, cabe mencionar que para levantamento e análise desse corpo documental realizamos aproximação com a Antropologia da Saúde e da Doença. Trata-se, por um lado, de entender o saber médico que está situado no mundo ocidental que entende a doença como anomalia a ser evitada e combatida, e que ao mesmo tempo separa os sofrimentos biológico e social. A transformação da medicina em saber positivo tende a expropriar o sentido existencial da doença e tornar secundária a dimensão social da mesma (Laplatine, 2011). Esse tipo de perspectiva pode ser verificada nos documentos que se propõem objetivos, pois registram sintomas, reações adversas, tratamentos, vida e morte do paciente, em um fluxo de observações de indícios que permitem o diagnóstico. Sendo assim, a abordagem que considere a relação entre agentes biológicos e condições sociais permite a análise das dimensões culturais das narrativas médicas, do mesmo modo que possibilita o entendimento de como tais narrativas situam doenças e doentes (M. H. Cardoso, 2000).

Ainda que essa seja uma característica geral dos documentos médicos que analisamos, é pertinente considerar que a experiência de saúde e doença é plural. Desse modo, quando se trata do/a interno/a – para usar os termos da instituição médica com a qual trabalhamos – a partir da reflexão antropológica, é necessário vê-lo como polo de conhecimento na construção das ideias sobre saúde e doença (Laplatine, 2011). O foco da narrativa, nesse caso, é o/a paciente. Desse modo, têm-se a possibilidade de se explicar os significados socialmente e historicamente construídos do processo de saúde-doença (Costa e Gualda 2010).

Considerando isto, nos itens a seguir apresentaremos a contextualização da Vila do Prata a partir das instituições que se sobrepuseram ao longo de aproximadamente 100 anos. A seguir, apresentamos o histórico das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa anteriormente mencionado, indicando os diferentes trabalhos produzidos ao longo de quase duas décadas. E, por fim, caracterizamos as diferentes fontes documentais coligidas ao longo da investigação, com destaque para o acervo presente na Vila do Prata.

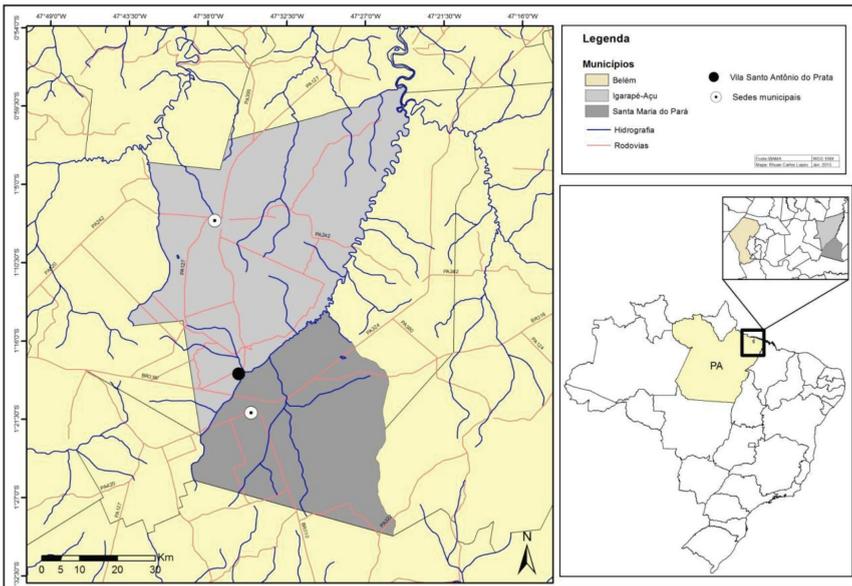
O núcleo colonial Santo Antônio do Prata: de aldeia a leprosário

A antiga Colônia do Prata (Figura 1), como também é conhecida, foi erguida sobre o território do povo *Tembé/Tene-tehara* enquanto Núcleo Colonial Indígena, em 1898, tendo como objetivo “civilizar” as crianças indígenas (Beltrão, 2012). Dirigida pelos padres Capuchinhos, a Colônia possuía dois institutos educacionais, o feminino e o masculino; ao lado dos Educandários, o convívio com colonos não-indígenas introduziria os *Tembé* na sociedade nacional republicana. Em 1920, o governo estadual entendeu não existir mais indígenas no lugar e tomando por dispendiosa a manutenção do Núcleo, converteu sua estrutura em Centro Correccional, para onde foram destinados sentenciados da cadeia pública de São José, em Belém (Rizzini e Schueler, 2011). Pouco tempo depois, o local foi escolhido para instalação de um leprosário modelo, tendo em vista as condições ideais para tal, em termos de localização, infraestrutura e salubridade (Souza Araujo, 1924).

No Brasil, nas primeiras décadas do século XX, a política de Estado assumiu a lepra como problema de saúde pública (Ducatti, 2007). Por todo o país, foram construídas Colônias Agrícolas para internamento compulsório de pessoas acometidas pela então chamada lepra. O principal argumento era de que essa era melhor maneira de tratá-los/as e, do mesmo modo, proteger os/as cidadãos/os sadios/as. Efetivamente, segregar os/as leproso/as como medida sanitária incluía o estabelecimento de sistemáticas práticas de domínio, incorporadas à organização e ao cotidiano do leprosário (Monteiro, 2003).

Assim, a história da atual Vila do Prata pode ser descrita pela sucessão de instituições construídas para implementar as políticas de Estado, ora direcionadas aos/às *Tembé*, ora a outros grupos marginalizados, indesejados ao convívio social, tais como presidiários/as e, em seguida, os/as doentes de hanseníase. Desse modo, a característica comum à sequência institucional da Vila do Prata é a reunião por longos períodos de significativo número de pessoas de mesma situação social, formalmente administradas na totalidade de suas vidas. Como local que conjuga residência e trabalho, definido pelo controle de espaço e cotidiano, o Prata o pode ser lido como instituição total. As instituições desse tipo possuem atributos gerais: aspectos cotidianos da vida das pessoas, como dormir, brincar e trabalhar, são reunidos em um só lugar e sob a figura de uma autoridade; as atividades diárias são feitas em conjunto e regidas por horários fixos; por fim, tais atividades obrigatórias são racionalizadas de maneira a atender o objetivo da instituição (Goffman 1974).

Figura 1: Localização da Vila Santo Antônio do Prata, Pará.



Mapa: Rhuan Carlos Lopes (2015).

Logo, a sucessão de instituições totais no Prata implica pensar no exercício de poder ensejado no investimento político no corpo, que imbrica violência e ideologia. Tal investimento é executado na disciplinarização que atua sobre o corpo dos sujeitos, visando torná-lo submisso e dócil à ordem estabelecida. A disciplina é incorporada, então, na organização do espaço, pensado e gerido com fins de racionalizar o cotidiano e facilitar a vigilância. Isso implica, também, no espraiamento do exercício do poder, proporcionando a sua reprodução e mantendo o mecanismo de controle. (Foucault, 1977).

Históricos das pesquisas

Conforme dito anteriormente, a pesquisa que se desenvolveu na Vila do Prata foi abrigada no âmbito de um projeto de pesquisa coordenado por Jane Felipe Beltrão (2013), a partir do qual outros/as pesquisadores/as formularam monografias, dissertações, teses e um conjunto de artigos. Até o momento, os dados permitiram reflexões sobre relações de gênero (Aleixo, 2015; Barata, 2016), mobilização social (E. A. Fernandes, 2013), alcoolização e saúde (Garcia, 2015), patrimônio cultural (Santa Brígida, 2018), educação escolar indígena (R. Fernandes, 2017), arqueologia da arquitetura (Lopes, 2017), além de um amplo conjunto de artigos, capítulos de livro e livros. Recentemente, parte da documentação coligida ao longo dos anos de 2012 e 2014, foi sistematizada por intermédio dos planos de trabalho “Entre certidões amareladas: as condições de vida na Lazerópolis do Prata” (2023) e “Entre os prontuários do Prata: em busca das regras de uma Instituição Total” (2023) de Iniciação Científica (PIBIC) desenvolvidos por Beatriz Vericio Miranda e Calebe Sousa Ferreira Serra, respectivamente, que estão há dois anos produzindo uma base de dados a partir do tratamento de certidões de nascimentos, casamentos, óbitos e prontuários médicos disponíveis. A sustentação do trabalho é feita a partir da concorrência aos editais de PIBIC patrocinados pelo CNPq e UFPA.

Ao longo desses anos, parte das atividades consistiu em trabalho de campo, de cunho etnográfico, no qual foi possível reconhecer as cadeias de significação inerentes aos interlocutores (R. Cardoso, 1986) e possibilitaram reflexões teóricas (Peirano, 2014) sobre os temas acima listados. Logo, as narrativas sobre o

Prata efetuadas pelo povo *Tembé/Tenetehara* e pelos ex-internos do leprosário foram de suma importância. Tais narrativas foram coligidas em diferentes etapas de campo, com utilização de entrevistas e observações participantes (Arce, 2000; R. Cardoso, 1986). Os locais de execução da etnografia foram as aldeias Jeju e Areal, situadas no município de Santa Maria do Pará, além da atual Vila Santo Antônio do Prata junto aos/as seus/suas moradores/as indígenas e não-indígenas.

Ao lado disso, a pesquisa arqueológica permitiu o acesso aos contextos deposicionais do registro arqueológico e, por conseguinte, ao conjunto de informações possíveis através da cultura material (Lopes, 2017). Consideraram-se, para isso, as referências verificadas nas fontes históricas e nas informações orais, com objetivo de localizar zonas de descarte de refugo e outras atividades associadas à presença desses grupos sociais. Com isso, conseguimos ter a reconstituição ampla de um período de aproximadamente 200 anos, correspondentes à presença do povo *Tembé/Tenetehara* na área do rio Maracanã e os processos históricos de invasão do seu território, culminando com a criação de diferentes instituições de controle e projetos econômicos estatais. A pesquisa arqueológica foi orientada e contou com a vice-coordenação da Prof^a Dr^a Denise Pahl Schaan (PPGA/UFPA), juntamente com o primeiro autor deste texto.

Neste capítulo, contudo, queremos destacar o potencial das fontes arquivísticas, em particular o material coligido na Vila do Prata ao longo da pesquisa. Na seção seguinte apresentaremos as escolhas metodológicas sobre o levantamento realizado em diferentes instituições arquivísticas no Brasil, enfatizando os resultados obtidos na Unidade de Saúde presente na Vila e que dizem respeito especificamente ao período de funcionamento da Colônia de Hansenianos, entre 1923 e 1980.

A pesquisa nos arquivos e a história da Vila do Prata

A seleção das instituições arquivísticas para pesquisa parte da problemática do projeto de investigação (Barcellar, 2006). Nesse sentido, iniciamos com um recorte cronológico para investigação (1850 a 1980), ao considerar os três períodos institucionais do Prata, com objetivo de gerar dados relevantes para contextualização

do processo histórico nos quais as dinâmicas sociais, e suas relações com a cultural material, do Prata foram produzidas. Tratou-se da busca sistemática de informações, fundamentada na perspectiva de integração metodológica entre as ciências nas quais a pesquisa foi desenvolvida: Arqueologia, Antropologia e História.

Assim, realizamos levantamentos em bibliotecas e arquivos do Pará e Rio de Janeiro, nos quais foram verificados tanto a documentação referente à formação das instituições erguidas no Prata, como das dinâmicas de seu funcionamento. O levantamento documental foi realizado a partir da consulta ao acervo do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), Centro de Memória da Amazônia (CMA), Fundação Cultural do Pará (CENTUR) – todos estes na cidade de Belém (PA); na Unidade Especial de Saúde Colônia do Prata, no município de Igarapé-Açu (PA); e no Museu do Indígena, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), e na Biblioteca Nacional (BN) – ambos no Rio de Janeiro.

As instituições selecionadas possuem especificidades quanto aos corpos documentais: no APEP há a documentação relativa à administração do Pará, entre os séculos XIX e XX; o CMA guarda os documentos judiciais do estado; no que diz respeito ao CENTUR, a pesquisa se dedicou aos periódicos paraenses do século XX; o Museu do Indígena possui acervo que diz respeito à relação entre Estado brasileiro e as sociedades indígenas; bem como a BN guarda importante acervo de um periódico que circulava na Vila do Prata durante o período do educandário indígena; por fim, no que tange aos arquivos da Unidade Especial de Saúde Colônia do Prata, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA), o acervo é constituído pelos livros de óbitos, prontuários dos pacientes do leprosário, certidões de nascimento e de casamento, e fichas de registro policial interno ao Prata, pois como instituição total contava com força policial própria.

Assim, efetuamos, primeiro, a verificação dos fundos documentais nos Catálogos institucionais – quando eles existiam – e, em seguida, a seleção das fontes pertinentes à pesquisa. Consideramos para isso as seguintes palavras-chaves: *Tembé/Tenetehara*; Colônia/Núcleo Indígena Santo Antônio do Maracanã; Instituto Santo Antônio do Prata; Padres Capuchos; Repartição de Obras

Públicas, Terras e Colonização; Estrada de Ferro Belém-Bragança; Chefatura de Polícia; Lepra. Tais palavras-chaves são arbitrárias e, portanto, outras foram consideradas, de acordo com o andamento da pesquisa e com as características dos corpos documentais de cada arquivo. O intervalo de anos que balizaram a investigação diz respeito a três períodos institucionais do Prata: o Núcleo Indígena, o Centro Correccional e o Leprosário.

Algumas das fontes consideradas e elencadas foram publicadas em forma de memoriais, crônicas, instruções, entre outras formas de registro, e divulgadas em forma de livros. Portanto, não foram produzidas enquanto documentos de tramitação burocrática ou ainda fontes jornalísticas. Exatamente por isso, foram incluídas como fontes primárias, posto que elaboradas por profissionais ligados/as, de alguma forma, ao Prata. Tais obras foram classificadas, para fins de registro no levantamento, como Fontes Bibliográfico-Documentais, enquanto as outras foram denominadas Fontes Arquivísticas, além das Fontes jornalísticas.

Tendo em vista essa variabilidade documental e considerando a necessidade de sistematização do material coletado, todas as fontes foram registradas em diferentes fichas, nas quais mencionamos as informações essenciais do texto: “Ficha A – Fontes Arquivísticas”, “Ficha B – Fontes Bibliográficas-Documentais” e “Ficha C – Fontes Jornalísticas”.⁵ Parte das fontes registradas nessas fichas foram fotografadas. Assim, baseado no panorama estabelecido por Bacellar (2005), listamos no quadro a seguir a relação entre os tipos documentais, e suas origens na burocracia estatal, com os arquivos pesquisados até o momento.

⁵ As fichas de análise foram baseadas no “Termo de referência para contratação do Levantamento Documental e Bibliográfico para o mapeamento do patrimônio jesuíta nos estados do Pará e Amapá” do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), anexo ao Ofício Circular 016/2008-GAB-2ª SR/IPHAN.

Quadro 1: Arquivos e tipos de documentos levantados.

Classificação dos arquivos	Documentos	Arquivos
Arquivos do Poder Executivo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Correspondência ✓ Ofícios e requerimentos ✓ Listas nominativas ✓ Documentos sobre imigração e núcleos coloniais ✓ Matrículas e frequências de alunos ✓ Documentos de polícia ✓ Documentos sobre obras públicas ✓ Documentos sobre terras ✓ Relatórios de governo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ APEP/SECULT ✓ CMA/UFPA ✓ Museu do Índigena
Arquivos do Poder Legislativo	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atas ✓ Registros 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ APEP/SECULT
Arquivos do Poder Judiciário	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inventários e testamentos ✓ Processos cíveis ✓ Processos crimes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CMA/UFPA
Arquivos Cartoriais	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Registro civil 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CMA/UFPA ✓ APEP/SECULT
Arquivos Médicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prontuários ✓ Livro de óbitos ✓ Boletins de Ocorrência ✓ Registros de Casamento ✓ Registros de Nascimento 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Arquivo do Prata
Hemerotecas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Periódicos jornalísticos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ CENTUR ✓ BN

Sobre o arquivo Prata, em particular, há cinco categorias documentais, conforme descrito no quadro acima: Prontuários; Livro de óbitos; Boletins de Ocorrência; Registros de Casamento; Registros de Nascimento. Classificamos todas essas fontes como *médicas*, considerando que elas registram informações sobre o cotidiano dos/as internos/as do Leprosário, ainda que digam respeito aos boletins de ocorrência datados entre 1988 e 1993. Sobre estes últimos, é importante destacar, que correspondem ao período posterior ao fechamento oficial da instituição, mas ainda reproduzindo a estrutura de controle a qual estavam submetidos os/as pacientes da Colônia do Prata.

Conforme demonstraremos a seguir, as fontes não apresentam continuidade cronológica, representando períodos restritos da

história local. Isso ocorre em razão da precariedade da guarda do acervo ao longo de parte significativa de sua existência. Durante o período da nossa pesquisa, a responsável pelo abrigo no qual residem os/as últimos/as ex-internos/as da Colônia do Prata, Irmã Neide Mühlbauer, nos informou que os documentos históricos referentes ao período da existência da instituição asilar foram deixados em um dos prédios desativados e, posteriormente, abandonados. Com a criação da política de reparação instituída pela Lei federal 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a pensão especial às pessoas internadas compulsoriamente nos leprosários (Brasil, 2007), houve aumento na procura desses documentos. A partir de então, a Irmã liderou a organização do acervo no que hoje denominamos de Arquivos da Vila do Prata. Todavia, parte expressiva das fontes foi perdida.

Quadro 2: Tipos de documento, período e quantidade.

N.	Fonte	Período	Quantidade
1.	Prontuários	1922-1944	Aproximadamente 687 prontuários, com cerca de 9.095 páginas
2.	Livro de óbitos	1923-1938	1 livro com 739 registros de óbitos
3.	Boletins de Ocorrência	1988-1993	67 registros/folhas
4.	Registros de Casamento	1954-1962	125 registros/folhas
5.	Registros de Nascimento	1923-1953	433 registros/folhas

Dentre esse acervo, totalmente digitalizado pela equipe do Grupo de Pesquisa *Cidade, Aldeia & Patrimônio na Amazônia*, realizamos sistematização de informações do Livro de Óbitos e dos Prontuários Médicos, no intuito de ter um panorama dos dados, considerando marcadores sociais da diferença, datas, causas de adoecimentos, indícios de resistência ao controle da instituição, causas de morte e faixas etárias das pessoas falecidas.

A documentação escrita permitiu a reconstrução do contexto no qual a cultural material foi produzida e utilizada (Beaudry, Cook e Mrozowski, 2007), indicando também os discursos acerca do processo de formação da paisagem do Prata, dos planos de confinamento de sujeitos, bem como da política de saúde destinada à

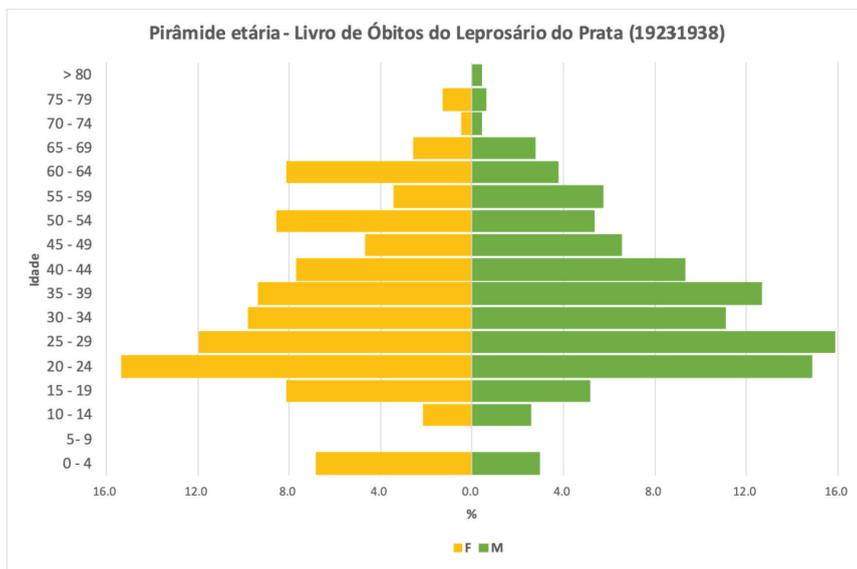
hanseníase no período em questão. No item a seguir faremos uma breve explanação sobre o potencial dos dados presentes nessas três dessas categorias documentais.

O livro de óbitos: faixa etária e sexo biológico dos/as internos/as mortos/as

O documento intitulado “Registro dos Attestados de Obitos ocorridos na Lazarópolis do Prata” (sic) possui registros dos falecimentos ocorridos entre 1923 e 1938, anos iniciais da instituição asilar. Não há informações sobre os livros dos anos posteriores, a não ser uma suposição de que uma pesquisadora – não nomeada – o levou consigo, conforme nos informou, em 2012, a Irmã Neide Mühlbauer. Nos Prontuários Médicos dos anos posteriores, porém, há os registros de falecimento dos/as doentes. Ao todo, são 739 falecimentos registrados neste livro. Para além da data, hora e causa de falecimento, há indicação do nome do/a paciente e de seus pais, naturalidade e nacionalidade, data de internação, idade, cor da pele, número de matrícula, local de sepultamento e indica se havia caso de lepra na família do/a falecido/a no momento da sua internação.

Conforme pode-se observar na imagem abaixo, parte expressiva dos falecimentos ocorria entre pessoas internas com idade entre 20 e 45 anos, com tendência maior de mortes para os/as internos/as do sexo biológico masculino. Apesar de ser necessário guardar ressalvas em relação à expectativa de vida média do brasileiro nesse período, é relevante observar que no Leprosário a população de adultos/as jovens é a mais afetada pelas complicações da hanseníase no período estudado. Isso nos leva a supor que a possibilidade de envelhecimento dentro da instituição era baixa. As causas de morte variam entre *lepra*, *nephrite aguda* (sic), *mortificação dos tecidos em consequência de lepra*, *septicemia*, *tuberculose pulmonar* (sic), entre outras.

Figura 2: Pirâmide etária dos pacientes falecidos entre 1923 e 1938 na Colônia do Prata.



Fonte: Registro dos Attestados de Óbitos ocorridos na Lazarópolis do Prata. Arquivos Vila do Prata. Elaborado por Thiago Tomé, 2015.

A sistematização dos dados desse documento, quando cruzada com informações presentes nos Prontuários Médicos, pode gerar amplo debate sobre o processo de adoecimento dentro da instituição, bem como sobre as formas de tratamento à lepra no período inicial da existência da Colônia do Prata.

Os prontuários médicos e o cotidiano do interno

Os prontuários médicos dizem respeito aos atendimentos cotidianos recebidos pelas/os pacientes na Instituição, desde sua internação até seu falecimento. As fichas são divididas em seções que informam sobre o chamado tratamento *antileprótico*, que se dava periodicamente por meio de revisões *leprológicas*; assim como registram informações pessoais, por vezes, anteriores, contemporâneas ou posteriores à internação (a exemplo, sexo, cor/etnia, procedência, dentre outros), bem como os inerentes às questões socioculturais de enfermos/as (arranjos familiares/casamentos, sistema de castigos, óbitos, transferências e afins). Apesar disso, os itens obrigatórios das fichas variam a depender do ano e o preenchimento

desses documentos era encargo da equipe médica do Lazareto, composta por médicas/os e auxiliares, sendo as profissionais mulheres em pouquíssimo número. Assim, as descrições sociais e clínicas são obtidas a partir de uma das expressões da hierarquia da Instituição, nas entrelinhas que se diferem do que se deveria gravar nos papéis.

Cada prontuário é composto por entre oito e dez arquivos fotográficos que, após digitalizados pela nossa equipe de pesquisa, foram organizados de acordo com a inicial dos nomes da/os encerradas/os, sendo elas A, B, C, D, E, F, G, H, I, M e R. Até o momento, nossa pesquisa etnografou 9.095 arquivos fotográficos dessas fichas médicas e os dados colhidos estão armazenados numa base de dados hospedada no *software* analítico PSPP, um programa utilizado para armazenamento e gerenciamento das informações obtidas. Nela, tem-se 687 prontuários computados, cujos elementos organizam-se em categorias estabelecidas a partir daquelas existentes nas próprias fichas.

Sabe-se que uma Instituição Total, como é o caso da Colônia do Prata, enclausura mandatoriamente pessoas que, em teoria, têm uma característica comum, usada como subterfúgio para o encerramento (Goffman, 1974). No que tange os estabelecimentos pensados para o cuidado de perigos considerados “não intencionais”, sem culpabilidade, como diz o direito penal, trata-se de condições médicas ou de saúde. Entretanto, a partir da referida etnografia dos prontuários médicos, percebeu-se que outros aspectos circunscrevem o perfil das/os internas/os. Se provocado a descrevê-lo, imaginaria uma pessoa negra, de pele parda ou preta, interiorana e analfabeta.

A colheita destas informações se dá de modo a construir um perfil que viabilize o entendimento desses demais aspectos, já que, a despeito do critério de internamento compulsório ser o acometimento por hanseníase, na verdade, quem chegava à Lazarópolis integrava grupos histórica e hegemonicamente marginalizados (Henrique, 2012).

Para isso, pretende-se ainda cruzar as diferentes sortes de documentação do Prata para vislumbrar variadas dinâmicas socio-culturais ali vigentes, como os arranjos familiares, as questões funerárias, os motins e levantes de interna/as contra a direção, dentre outras possibilidades de escrita e investigação. Tudo isso a partir

das noções históricas, antropológicas e do direito, sobretudo das pessoas etnicamente diferenciadas. Ainda, deve-se finalmente quantificar os dados, construir gráficos e tabelas, bases ancilares, para organizar os números e facilitar o trabalho a partir deles.

Desse modo, visamos debater a racialização no cotidiano médico da Colônia, bem como da política de combate à doença, pois se sabe que a hanseníase se propaga nas áreas carentes de saneamento básico (Kerr-Pontes, 2004; Leano, 2019) e que são estas as localidades às quais a presença das pessoas étnico e racialmente diferenciadas é historicamente imputada (Oliveira Filho, 2016). Isso pode ser observado no preenchimento das categorias *cor/raça* e *procedência* nos prontuários, o que acusa a predominância de negras/os, entre pardas/os e pretas/os, periféricas/os e interioranas/os. Portanto, este trabalho é uma maneira de denunciar os racismos aos quais as/os hansenianas/os foram submetidas/os, posto que o encerramento é também resultante de uma sucessão de mazelas estruturais que desencadearam a racialização de pessoas pela cor/etnia, pela territorialidade, pela doença, dentre outros.

Quanto às certidões de nascimento e de casamento da instituição

Além dos prontuários médicos da instituição, foram lidas e inseridas em bases de dados mais de 500 certidões, divididas em: certidões de nascimento de 1923 a 1953, apontamentos para casamento religioso e certidões de casamento de 1954 a 1962. Estes documentos, apesar de serem nomeados com tais, ou seja, para registrar nascimentos de recém-nascidos e casamentos dentro do Leprosário, também revelam ações protagonizadas pelas internas/os da instituição.

A partir desses documentos é possível verificar diversas agências das pessoas que se encontravam isoladas no Prata: constituição de casamentos, arranjos familiares, fugas e mesmo óbitos de pessoas internas. As certidões de nascimento das décadas de 20 e 30, principalmente, são adaptadas para serem utilizadas como registros de entradas de indivíduos no leprosário, supõe-se que pela carência de documentos próprios para a função. É o caso da paraense viúva, 58 anos, que adentrou a Colônia do Prata em 10 de julho de 1924 sem sintomas da doença. Com o primeiro marido, gestou um filho

que veio a falecimento e, com o segundo marido, nasceram cinco, sendo que quatro vieram a óbito, todos fora do leprosário. Posteriormente, acompanha para a instituição a filha Josepha Pará, doente e internada, falecendo, entretanto, em 31 de outubro de 1924 e tendo a lepra como causa da morte registrada. A mãe, em seguida, retira-se da instituição devido o falecimento da filha e após novo exame médico, retorna com suspeita de ter adquirido a doença. Diversas vezes entradas e saídas são registradas ao longo da primeira metade do século XX na instituição.

Além dessas adaptações documentais, é possível verificar fugas para fora do Prata a partir das certidões de nascimento, como o caso de Rosa Maracanã que se evadiu do Prata em 04 de novembro de 1924. Alguns dias após sua fuga, seu cônjuge, cuja identidade não é registrada, também fugiu no dia 19 do mesmo mês e ano. Essa ação é vista como forma de resistência ao isolamento compulsório institucional dessas pessoas, uma vez que “o cotidiano dos internos era permeado por relações de poder dentro da instituição bem como pela quebra às regras estabelecidas” (Lopes, 2018, p. 77). Devemos lembrar que toda a instituição, desde os prédios de convívio social aos administrativos, eram estritamente controlados pela administração com o objetivo de manter a ordem local. Entretanto, formas de resistência e rompimento com as normas da instituição eram situações presentes intramuros (Lopes, 2018). Além disso, é possível perceber como as relações sociais dentro do Prata poderiam influenciar nas formas de resistir ao isolamento. Goffman (1974) nomeia essas relações, ditas “emocionais”, segundo o autor, como formação de pares. É o caso do marido de Rosa Maracanã, citado anteriormente, que fugiu dias após sua esposa ter se retirado do leprosário.

Nesse segmento, também é possível observar a considerável incidência de notificação de óbitos de recém-nascido/as entre 1925 e 1947, isto porque, das 43 mortes encontradas nas certidões, 36 correspondem a essa faixa etária. Na maioria dos casos não há a indicação da *causa-mortis* dessas crianças; entre os que possuem, foi possível observar as seguintes: inviabilidade, gastroenterite agudíssima, atrepsia (sic), septicemia, espasmofilia (sic), infecção intestinal, debilidade congênita e asfixia. As *causas-mortis* se encontram descritas dessa maneira porque optamos por preservar o termo utilizado nos documentos pela equipe médica da instituição visto que, atualmente, alguns desses termos sofreram modificações.

Caso sobrevivessem, essas crianças eram transferidas forçadamente para preventórios que possuíam o papel de cuidar da saúde e educação dessas crianças, sofrendo, entretanto, a mesma estigmatização e preconceito que os pais hansenianos. (V. Cunha 2005). Supõe-se, a partir da incidência obituária dessas/desses recém-nascidas/os, a existência de problemas sanitários que afetavam o desenvolvimento biológico dessas crianças devido à natureza das *causas-mortis* que foram registradas serem majoritariamente de caráter nutricional. Sabe-se, todavia, que segundo o Decreto nº. 16.300, de 31 de dezembro de 1923 (Brasil, 1923), as crianças nascidas de mães leprosas não poderiam ser amamentadas pela mesma, nem por uma ama de leite. Nesse sentido, a partir de 1948 a 1953, é possível verificar nas certidões de nascimento escritas pela equipe médica, registros do uso de leite condensado para alimentar essas crianças ainda dentro do Prata. Esses registros eram feitos na parte inferior esquerda dessas certidões e, somado ao tipo de alimento a ser fornecido à/ao recém-nascida/o, era escrito o peso e estatura da/do mesma/o, se a alimentação era artificial ou natural, a “espécie” de alimento, a quantidade de “mamadas”, o horário de cada uma e, enfim, o tipo de parto realizado para o nascimento daquela determinada criança. Em todas, o leite condensado foi o alimento registrado como opção a ser introduzida àquela/àquele neonata/o.

Com relação aos casamentos na Instituição, os mesmos foram visualizados por meio de dois tipos de documentação que versava sobre as aquisições matrimoniais dentro do leprosário: registro de indicativo para casamento religioso e certidões de casamento para fins de casamento civil. O casamento devendo ser, portanto, realizado em cerimônia religiosa dentro da Colônia, como se percebe através de anotações manuais indicando a data em que a cerimônia de cada casal ocorria. Esses documentos demonstram a existência de constituição de casamento e fornecem informações pessoais sobre os dois internos que irão contrair matrimônio, além do nome das testemunhas presentes e assinatura de uma/um auxiliar de escrita e da direção institucional.

Claudia Fonseca explicita a existência de laços afetivos dentro das colônias destinadas a isolar hansenianas/os, afirmando que, mesmo com o senso comum de que o quadro de saúde das/dos próprias/os internas seja a principal preocupação das instituições

dentro e fora das Colônias, a manutenção das relações afetivas e familiares era uma questão tão relevante para as/os internas/os quanto seu estado de saúde (Fonseca 2016). Essa constatação é possível de perceber no exemplo de Rosa Maracanã, citado anteriormente, cujo marido fugiu dias após a mesma haver fugido.

A questão moral é uma constante dentro das Instituições Totais, não sendo diferente o Leprosário do Prata, pois os casamentos também eram formas de controlar os indivíduos isolados, uma vez que se acreditava que um casal, ao manter relações fora do contexto matrimonial, seria mais suscetível de evadir-se da Colônia, sendo proibido, portanto, a constituição de “namoros” (Fonseca 2016). O controle se estendia, inclusive, sobre a disposição estrutural do Prata, pois mesmo os pavilhões das/dos internas/os solteiras/os eram separados das habitações dos casais da instituição. (Souza Araujo, 1924). Ressalta-se que os casamentos dentro do Prata passavam por todos os ordenamentos administrativos e religiosos para que ocorram e, por isso, é possível visualizar o carimbo e assinatura dos diretores em todas as certidões disponíveis para a pesquisa.

Para além das certidões, também havia fichas para registrar a entrada de cônjuges sadios que acompanharam seus parceiros para dentro da instituição, encontradas junto das certidões de nascimento (Souza Araujo 1924). O que se percebe, nesse processo, é que a constituição desses arranjos, bem como da constituição de famílias a partir dos casamentos está intrinsecamente enredada às diversas instituições dentro e fora do Prata, pois desde o primeiro momento de entrada no leprosário, o indivíduo é perfichado e, a partir de então, suas construções e movimentações (nascimentos, casamentos, óbitos, idas à consultas, exames...) dentro do local serão vigiadas e passíveis de ordenamento pelas regras do local, constituindo a tentativa de uma “política de domesticidade” (Fonseca, 2016, p. 79).

Das possibilidades dos arquivos

O objetivo deste capítulo foi debater o exercício da pesquisa em Antropologia tendo em vista os levantamentos realizados em arquivos à disposição do público. Nossa proposta foi executada junto ao acervo documental presente na Vila Santo Antônio do

Prata, no Pará. Conforme demonstramos, há grande potencial para o levantamento de informações que, conjugadas com fontes de outras naturezas, permitem a criação de diferentes vias de análise. É importante destacar que ainda que a pesquisa parta da Antropologia, os recursos metodológicos dialogam com outras disciplinas, como a História, e visam gerar reflexões para a investigação arqueológica.

Sendo assim, o arquivo como campo etnográfico possibilita amplo debate sobre os contextos de formação dessas instituições e, por conseguinte, sobre os dados nelas disponíveis. Esse é o caso do arquivo da Vila do Prata, tendo em vista a geração dos documentos ao longo da existência do leprosário e, posteriormente, quando seu fechamento relegou o acervo ao abandono, seguido pelo resgate do material quando ele passou a ser necessário às reivindicações de direito dos ex-internos.

Além disso, como vimos acima, os documentos de origem médica apresentam amplo espectro de experiências sobre o adoecimento em contextos de internação compulsória associado à hanseníase. Relaciona-se, portanto, a dimensão dos agentes biológicos e as condições sociais na construção de narrativas médicas, da caracterização social dos doentes e, na medida do possível, dos sentidos do adoecimento para os internos (M. H. Cardoso 2000).

Destaca-se, por outro lado, o silêncio dessas fontes em relação à presença de pessoas indígenas no leprosário ou seu entorno, enfatizando o silenciamento histórico sobre os *Tembé/Tentehara* ao longo do século XX. Como dissemos no início deste texto, a proposta inicial da pesquisa era estabelecer diálogo com a trajetória histórica do povo. O andamento do trabalho nos colocou diante da necessidade de dialogar com grupos de outras pertencas e marcadores sociais, bem como com dados referentes a fase institucional da Vila do Prata na qual os indígenas eram tidos como extintos – algo que escutamos dos ex-internos ao longo de algumas entrevistas. Desse modo, a violência física a qual os *Tembé/Tentehara* foram submetidos é exponenciada pela violação de suas condições de sujeitos históricos (Carneiro da Cunha, 1992).

Referências

- Aleixo, Mariah Torres. *Indígenas e quilombolas icamiabas em situação de violência: rompendo fronteiras em busca de direitos*. . Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- Arce, Ricardo SanMartin. “La entrevista en el trabajo de campo.” *Revista de Antropología Social*, 2000: 105-126.
- Barata, Camille Castelo Branco. *Cuidar, curar, resistir: corporeidade entre mulheres também tenetehara (Santa Maria-PA)*. Monografia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- Barcellar, Carlos de Almeida Prado. “Uso e mau uso dos arquivos.” Em *Fontes históricas*, por Carla Bassanezi Pinsky, 23-79. São Paulo: Contexto, 2006.
- Beaudry, Mary C., Lauren Cook, e Stephen A. Mrozowski. “Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social.” *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 2007 : 71- 113.
- Beltrão, Jane Felipe. *Antropologias em Histórias Tembê/Tenetehara “em suspenso”. Pertencas ocultas e “etnogêneses” identitárias como faces de etnocídio “cordial” no rio Guamá (PA)*. . Belém: Universidade Federal do Pará/Projeto de pesquisa/CNPq/Processo n.º. 472303/2013-9., 2013.
- . “Histórias ‘em suspenso’: os Tembê ‘de Santa Maria’, estratégias de enfrentamento do etnocídio ‘cordial’.” *Revista História Hoje*, 2012: 195-212.
- Brasil. “Lei n. 11.520 de 18 de setembro de 2007.” 2007.
- _____. “Decreto n.º. 16.300, de 31 de dezembro de 1923”. 1923.
- Cardoso, Maria Helena Cabral de Almeida. “História e Medicina: herança arcaica de um paradigma.” *História, Ciências, Saúde - Magalhães*, 2000: 551-575.
- Cardoso, Ruth. “As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método.” Em *A aventura antropológica*, por Ruth Cardoso, 95-105. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- Carneiro da Cunha, Manuela. “Introdução a uma história indígena.” Em *História dos índios no Brasil*, por Manuela Carneiro da Cunha, 9-24. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- Castro, Celso, e Olivia Maria Gomes da Cunha. “Quando o campo é o arquivo.” *Estudos Históricos*, 2005: 3-5.
- Costa, Gabriela M.C, e Dulce M.R. Gualda. “Antropologia, etnografia e narrativas: caminhos que se cruzam na compreensão do processo saúde-doença.” *História, Ciências, Saúde - Magalhães*, 2010: 925-937.
- Cunha, Olívia Maria Gomes da. “Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo.” *Mana*, 2004: 287-322.
- Cunha, Vívian da Silva. O isolamento compulsório em questão: políticas de combate à lepra no Brasil (1920-1941). 2005. 124 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

- Ducatti, Ivan. “Discurso científico e legitimação política: hanseníase e isolamento compulsório (Brasil, século XX).” *Projeto História*, 2007: 303-315.
- Henrique, Márcio Couto. Escravos no purgatório: o leprosário do Tucunduba (Pará, século XIX). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 19, p. 153-177, 2012.
- Fernandes, Edimar Antonio. *Luta por direitos: estudo sobre a Associação Indígena Tembê de Santa Maria do Pará (AITESAMPA)*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.
- Fernandes, Rosani de Fatima. “Na educação continua do mesmo jeito”: retomando os fios da história Tembê Tenetehara de Santa Maria do Pará. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- Fonseca, Claudia. Sexualidade, gênero e afeto nos hospitais-colônias de hanseníase. *Cadernos Pagu*, n. 41, p. 29-40, jul. 2013.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes, 1977.
- Garcia, Telma. *Prazer e padecer: a alcoolização entre os Tembê Tenetehara de Santa Maria do Pará*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- Goffman, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- Kerr-Pontes, Ligia Regina Sansigolo et al. Inequality and leprosy in Northeast Brazil: an ecological study. *International journal of epidemiology*, v. 33, n. 2, p. 262-269, 2004.
- Laplatine, François. *Antropologia da Doença*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- Leano, Heloisy Alves de Medeiros et al. Socioeconomic factors related to leprosy: an integrative literature review. *Revista brasileira de enfermagem*, v. 72, p. 1405-1415, 2019.
- Lopes, Rhuan Carlos dos Santos. Lepra, políticas sanitárias e controle social: isolamento e cotidiano na Lazarópolis Santo Antônio do Prata, Pará. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 1, p. 59-84, 2018.
- _____. *Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata - arqueologia em uma instituição total na Amazônia*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- Monteiro, Yara Nogueira. “Prophylaxis and exclusion: compulsory isolation of Hansen’s disease patients in São Paul.” *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, 2003: 95-12.
- Oliveira Filho, Enio Walcacer; De Oliveira Filho, Enio Walcacer. A criminalização do negro e das periferias na história brasileira. *Revista Vertentes do Direito*, v. 3, n. 1, p. 60-75, 2016.
- Peirano, Mariza. “Etnografia não é método.” *Horizontes Antropológicos*, 2014: 377-391.

Rizzini, Irma, e Alessandra Schueler. “O Instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921).” *Currículo sem Fronteiras*, 2011: 86-107.

Santa Brígida, Nilson Oliveira. *Entre Memórias e Esquecimentos: a Colônia do Prata como patrimônio olvidado*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Souza Araujo, Heraclides Cesar de. *Lazarópolis do Prata: a primeira colônia agrícola de leprosos fundada no Brasil*. Belém: Empreza Graphica Amazonia, 1924.

Ser e não ser cidadão na belle époque baré: o que nos conta a imprensa da época

*Leno José Barata Souza*¹

Resumo: Cotejando a fonte *Queixas do Povo*, uma coluna jornalística publicada a partir de 1908 pelo Jornal do Comércio de Manaus, o artigo procura discutir algumas ações e noções de cidadania que foram sendo gestadas no interior da *belle époque* gomífera entre os anos de 1908 e 1917, procurando confrontar antigos postulados historiográficos que praticamente desconsideram as ações populares como forças dinâmicas capazes de movimentarem e darem sentido, por outros vieses, também históricos, a famosa “Paris dos trópicos” da borracha.

Introdução

Momentos de impactantes transformações históricas são sempre férteis para se analisar questões sociais, econômica e políticas de um país e, em meio a estas, refletir sobre os motes de memórias e cidadania. Na virada do século XIX, a jovem república brasileira foi prodiga para tais temas e dilemas como atestam os trabalhos seminais de (SEVCENKO, 1983) e (CARVALHO, 1987, 2001), para ficarmos apenas em dois emblemáticos historiadores.

A partir dos eventos políticos de 15 de novembro de 1889 a velha condição de súdito do povo brasileiro chegaria ao fim, pelo menos politicamente, já que a República deveria trazer a cena o povo como protagonista das mudanças, não mais vassalos de um imperador, mas cidadãos de um novo estado-nação, passagem essa que não seria nem simples e nem automática, pelo contrário, lograria um “um longo caminho” para a sociedade brasileira (CARVALHO, 2001) marcado por particularidades, movimentos, inercias, avanços e retrocessos que se seguiram no tempo, animando ainda hoje os temas e dilemas sobre a cidadania.

¹ Professor Dr. da Universidade do Estado do Amazonas.

No distante Amazonas, além da marcante mudança de chave na política nacional, o estado também passava por uma expressiva mudança econômica e social engendradas pelos negócios da borracha que alavancaram, como nunca antes, as receitas do estado, agora mais do que suficientes para propiciar indelévels transformações na paisagem urbana e social de Manaus, capital e principal cidade do estado. Era preciso transformar a velha cidade-índia provinciana na urbe-*belle époque* republicana e burguesa, dotá-la de infraestruturas belas, modernas e funcionais, todas à base de pedra, ferro e cal.

Nesses termos, seguindo os ditames do liberalismo econômico, da modernidade republicana e de um urbanismo belo e saneador, o antigo porto de lenha “vira” flutuante; sobre velhos igarapés aterrados (Aterro e Espírito Santo), surgem largas e longas avenidas, como a Eduardo Ribeiro; margens são interligadas por pontes metálicas; prédios provinciais dão lugar a casarios e sobrados *art nouveau*; nesse estilo ainda, erguem-se o famoso teatro de operas, palácios, templos, repartições e mercados.

Mas, nos limites desse texto, vamos tomar outro índice histórico, também expressivo dessa Manaus em franca mudança, a palavra impressa na forma de jornais que, entre as últimas décadas do século XIX e primeira do XX, sofreram uma profusão jamais registrada na região.

Se na entrada da década de 1880 circulavam pela capital pouco mais de 20 impressos, ao final desta o número tinha mais do que triplicado, atingindo a cifra de 71 periódicos, mantendo-se estável até a virada do século com 77 jornais para, finalmente, quase duplicar ao término da primeira década (BARATA, 2005, p. 75), respaldando o *boom* do periodismo amazonense identificado por (PINHEIRO, 2003), mesmo entre a chamada “grande imprensa”, produto, porta voz e também produtora da urbe-*belle époque*.

Fruto daquele *boom*, e um dos principais representantes da “grande imprensa” no estado, é o prestigiado Jornal do Comércio, que nasce em 1904 e segue com suas atividades impressas até hoje, sendo o único jornal centenário do Amazonas. Em que pese a tradicional cumplicidade do JC com os projetos políticos da classe dominante (típico das grandes folhas) da qual também se origina, por meio de um olhar mais atento e sinuoso, pode-se rastrear, difuso pelos cantos, em meio a um noticiário e outro, um cotidiano de

viveres ordinários que, costumeiramente, costumavam passar ao largo das preocupações editoriais dos grandes jornais.

Sob esses novos focos, o conturbado processo de reurbanização da capital, pautado por uma política autoritária e centralizadora, também passou a ser captado pelas tintas da grande imprensa, sensível a um cotidiano de relações sociais mais prosaicas e que, partindo de experiências, forjariam também uma peculiar leitura da *urbe-belle époque*.

Via de regra, essas novas sensibilidades, captadas na imprensa, mostravam-se descompassadas com as promessas e propagandas dos governantes. A vezes, portanto, ao fausto gomífero, decantado por uma velha escrita da história positivista local, mas que, desde o final da década de 1980, passou a ser confrontada por historiografia revisionista e investigativa para o qual a famosa “Paris das selvas” nunca passou de uma “ilusão” (DIAS, 1999), ou de uma “falácia” (SOUZA, 2003).

Essas inquietudes sociais de natureza mais ordinárias, advindas de uma cidade reanimada por uma paisagem urbana sob novas tonalidades, desde a primeira década do século XX passaram a se “intrrometer” nas linhas editoriais dos periódicos mais ricos (CRUZ, 2000, p.19), a exemplo do JC amazonense que, sem abandonar o seu costumeiro viés econômico e político, a sua origem e tons marcadamente elitistas, já em suas primeiras edições, reservou espaços para as reclamações, denúncias e queixas populares.

Exemplo significativo e duradouro dessa nova postura editorial do JC, responde pela coluna *Queixas do Povo* que lograriam êxito jornalístico, não só pela gratuidade do serviço, mas muito em virtude de ir ao encontro de uma demanda crescente dos moradores reclamarem da expansão desordenada da capital, animando uma pauta de dilemas urbanos como os problemas dos serviços públicos e os desmandos administrativos, para os quais o jornal criaria espaços específicos em seus cadernos onde pode aninhar essas tensas experiências urbanas, cujo mercado de leitores, também em expansão, mostrava-se ávido para “consumi-las”.

A despeito de sua capilaridade, as *Queixas do Povo* podem jogar lume sob uma população mais ordinária em seus enfrentamentos por direitos negados. Representando assim, um potencial farol capaz de iluminar novas ações e noções de cidadania no interior

da *belle époque* burguesa manauense. Movimentos e ideias que eram motivados pelos ritmos frenéticos das mudanças em uma urbe que primava por avanços e novidades de forma a confrontar e ultrapassar a Manaus de outrora: índia, mestiça, provinciana e súdita.

Em meio a esse peculiar registro, confiamos poder rastrear alguns momentos e movimentos de uma ainda balbuciante cidadania amazonense, na medida em que, uma incomum parcela da população se utilizaria da coluna do JC para entabular queixas, pedidos, denúncias e reclamações direcionadas aos poderes constituídos.

As Queixas do Povo: “um canto no vosso jornal”

No dia 14 de janeiro de 1908, ganhou as ruas de Manaus, mais uma edição do Jornal do Comércio local. Naquele dia, no entanto, seus cadernos trariam uma novidade, a coluna intitulada *Queixas do Povo*, cujo nome e características editoriais seguiriam as mesmas das *Queixas do Povo* do famoso Jornal do Brasil do Rio de Janeiro². Fato esse reconhecido pela

própria folha amazonense: “No gênero esta secção será perfeitamente **igual** á que existe no importante diário carioca **Jornal do Brasil**” (JC. Manaus, 14.01.1908).

A coluna *Queixas do Povo*, ao longo das mais de três décadas em que frequentou os cadernos do JC, mostraria uma boa regularidade e sistematização. Costumeiramente, era veiculada de acordo com a demanda de reclamações que, tanto por missivas, quanto presencialmente (mais comum), chegavam à redação do jornal na avenida Eduardo Ribeiro.

Levantamos 1.123 *Queixas*³ organizadas segundo suas origens (bairros de onde provinham), natureza (do que se queixava) e organização (individual ou coletiva). Para maior clareza, a exploração quantitativa das fontes foi discriminada nos gráficos abaixo:

² Enquanto a coluna do JB carioca recebeu um tratamento analítico de destaque por parte do historiador Eduardo Silva (1988), a coluna do JC amazonense foi fonte primária da pesquisa de mestrado de Leno Barata Souza (2005).

³ Para os seguintes anos: 1908 a 1911, 1913 e 1915 a 1917 que constituem as fontes dos Gráficos I, II e III.

Gráfico I

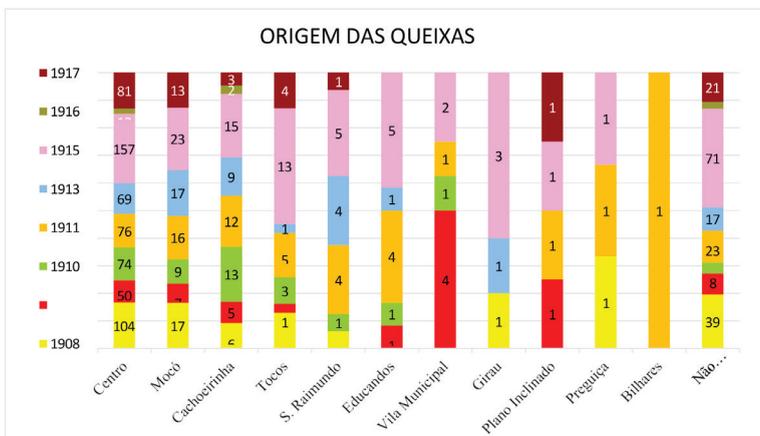


Gráfico II

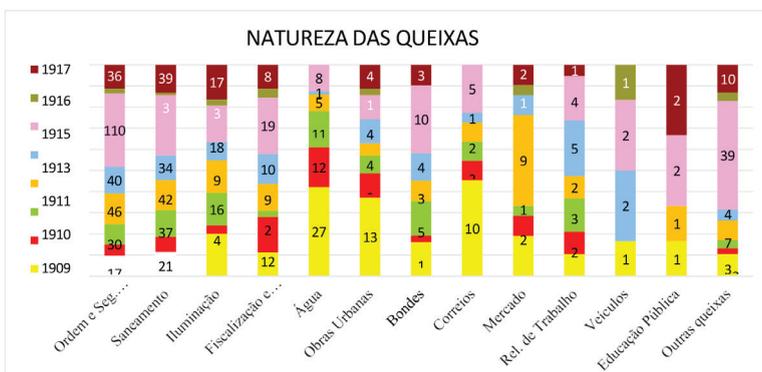


Gráfico III



A partir da frieza dos números, pudemos começar a nos aproximar de uma Manaus a contrapelo da *belle époque* gomífera, experimentada diariamente pelos moradores que, por intermédio da nova coluna do JC, davam vazão a exercícios típicos de cidadania como denunciar, cobrar, investigar e apontar responsáveis pelas adversidades, infortúnios e imoralidades que, segundo os queixosos, dificultavam e/ou transtornavam o dia a dia dos desafortunados do fausto da borracha.

Em algumas ocasiões, em meio as costumeiras reclamações de populares contra serviços públicos infrutíferos, o jornal, se utilizando das *Queixas*, aproveitava para reanimar contendas políticas institucionais. Assim, a partir de uma “micro história” urbana, animada pelas *Queixas do Povo*, o JC aproveitava para inseri-la em um contexto macro político de interesse da folha. Então vejamos como exercícios típicos de uma cidadania popular, mais rés do chão, poderia ser alargado para outras esferas sócio-políticas de Manaus.

Em 1909, ano de acaloradas disputas políticas na cidade, tendo o jornal se colocado em franca oposição à oligarquia dos Nery, no bojo daqueles acontecimentos, uma queixa levada ao jornal contra a falta de vários serviços públicos em uma das ruas centrais da cidade, envolveu diretamente o senador Silvério Nery que, como suscita a reclamação, estaria valendo-se de seu prestígio e influência política para obter favorecimentos frente aos demais moradores da urbe.

A reclamação, em forma de carta, contra o mais poderoso dos Nery, foi publicada na íntegra e *ipsis litteris* pelo JC. Além de publicizar os infortúnios dos populares, a folha também dava vazão as suas contendas contra um grande desafeto político:

Escrevem-nos moradores da Emilio Moreira:

“Além dos postes da luz electrica estarem estragados, ameaçando a todo o momento desabar sobre o transeunte; o matto a cresce pelas ruas; as lâmpadas apagadas todas as noites, á excepção da que esta collocada deferonte do prédio pertencente ao sr. Silvério Nery, única que, como por escarneo aos moradores funciona bem;” (JC. Manaus, 10.03.1909).

O Gráfico I cartografa a Manaus das *Queixas*, uma cidade de forte concentração demográfica no Centro, bairro mais antigo e para onde concorreram o maior número das alardeadas benesses

estruturais urbanas reclamadas pelos novos tempos, perímetro urbano que se queria como exemplo maior de modernidade e funcionalidade.

Por isso, o Centro foi o principal alvo das reclamações no JC em um total de 623, mais de 50% das queixas colididas. Seus moradores aplaudiam e cobravam pelas benesses tecnológicas e de infraestrutura urbana, não hesitando em denunciar quando estas demoravam, não chegavam e/ou não funcionavam a contento como os moradores da Emilio Moreira acima.

Então vamos dar uma volta pelo Centro da Manaus *belle époque* e, pelo que sinaliza os queixosos do JC, diferente de uma memória faustosa e de uma História passadista, o passeio, mesmo que a passos largos, não será nada agradável.

Descendo a Luiz Antony, na próxima esquina, atinge-se a Monsenhor Coutinho, onde um reclamante denuncia que a rua “(...) tem ficado no esquecimento do encarregado da limpeza publica”. Dias depois, os moradores da mesma rua, voltam a reclamar do “(...) do completo abandono em que se acha o serviço da limpeza do lixo (...)”; na esquina com a rua Ferreira Pena, a reclamação é referente a uma boca de lobo que, em “mau estado”, não dava vazão às águas, estagnando-as em poças de “fedentina insuportável”; nada muito diferente das reclamações dos moradores da rua Ferreira Pena, entre Dez de Julho e praça da Saudade, quando deram vazão as suas denúncias nos seguintes tons:

(...) chamam a atenção do dr. superintendente municipal para um terreno baldio (...) que além de estar transformado num grande matagal, é deposito de lixo e de animaes mortos, o que muito prejudica a saúde das pessoas residentes naquelle trecho (JC. Manaus, 15.01 e 03.02.1908; 19.08.1915; 18.02.1917).

Continuando a “descida” pela Luiz Antony, chega-se ao problemático perímetro da praça General Osório. Em praticamente todas as vias de acesso à praça, se pode apurar algum problema na Limpeza Pública, como o “capinzal que cresce demasiadamente” e, com seu “lixo e detricτος”, estariam interrompendo o trânsito, para tanto, cobram os queixosos, “a atenção da limpeza publica” (JC. Manaus, 08.05.1908; 16.03 e 09.09.1910; 27.03 e 14.10.1915).

Na urbe das *Queixas do Povo*, queixava-se de muita coisa, sua natureza obedecia aos mais diferentes nichos dos problemas urbanos e sociais, podendo ir da “ordem e segurança pública”, com suas 317 reclamações, às triviais questões, para a época, da “educação pública”, com seus 6 queixumes. Por outro lado, considerando apenas os dilemas urbanos envolvendo os serviços públicos básicos como saneamento (sinalizados acima), iluminação, água, segurança e transporte, chegamos a 817 queixas, quase 83% daquele universo (Gráfico II), iluminando uma Manaus ordinariamente caótica, avessa a idílica e insólita “Paris das selvas”.

Nesse ponto, vamos deixar o Centro da cidade e nos dirigir ao bairro de São Raimundo. Para tanto vamos nos valer de uma missiva dirigida ao JC. Uma espécie de “carta denuncia” contras diferentes mazelas que atingem o bairro em ambas as margens interligadas também por um itinerário de problemas diários,

Na rampa que dá acesso ao bairro esta continuamente atravancada por grande número de canoas, cujos patrões em altos brados tentam arranjar passageiros. Quando estes se decidem por algum, sofrem geralmente indirectas e pilherias dos outros barqueiros, escanadalizando as famílias com seus vocabulários. No outro lado são grossas peças de madeira, que dificultam o transito. A iluminação também muito deixa a desejar no bairro, há alguns dias em completa escuridão. O fiscal designado para o bairro não aparece. Finalmente grupos de moços desocupados, que matam as horas dirigindo graçolas a quem passa, falta policiamento, fiscalização, luz, nem a devido respeito aos moradores do alludido bairro (JC. Manaus, 28.06.1913).

Vencido o sacrificante embarque, palco de intensas e acaloradas disputas por sobrevivências cotidianas entre os muitos catraieiros que se apinhavam no pequeno porto,⁴ 10 a 15 minutos de travessia e se desembarca em um arrabalde marcado pelo abandono

⁴ Catraieiros eram os profissionais que atuavam na travessia de moradores para os bairros, como São Raimundo e Educandos, separados do centro por grandes igarapés, por meio do manuseio de suas catraias, pequena embarcação marítima a remo, na forma das tradicionais canoas, sendo, porém, um pouco maiores.

dos poderes públicos, fato esse reconhecido e denunciado pelos próprios moradores.

Além do breu, da insegurança e do “fiscal que não aparece”, os moradores também não estavam nada contentes com a situação sanitária do lugar. Se os serviços de limpeza eram problemáticos no Centro da Manaus, o que dizer então de São Raimundo, do outro lado do igarapé da Cachoeira Grande. Ainda assim, menos que o igarapé, a verdadeira margem que decretava a sua distância da “cidade” era a questão do descaso político ao qual estava confinado aquele depauperado arrabalde, tal como se depreende das linhas abaixo:

(...) completo abandono em que se encontra aquelle bairro. Dizem eles (moradores) que **pagam alli todos os impostos cobrados pela municipalidade, inclusive lixo**, e que alli jamais aparecem lixeiros (...) parece não ser escalado fiscal para aquelle subúrbio (...) (JC. Manaus, 04.02.1913. Grifo nosso).

As *Queixas do Povo*, pensada como uma prática social, tomando as ideias do historiador Eduardo Silva, para serem socialmente aceitas, teriam que reconhecer as prerrogativas de um direito comum negado e ou vituperado (SILVA, 1988, p.34). Nesses termos, o “povo das queixas”, acaba por ingressar, quase sempre sem ser convidado e muito menos bem visto, no conturbado território de disputas por cidadania.

Os moradores de São Raimundo foram bastante incisivos em suas reclamações, manifestando motes de direitos públicos vilipendiados, se apresentando como pagadores de impostos junto ao estado e, portanto, dignos de serviços urbanos eficazes não oferecidos pelos governantes. Nos anos seguintes, parece ter ocorrido mesmo uma significativa contenda entre os desassistidos moradores dos arrabaldes, alijados do itinerário dos serviços da Limpeza Pública, principalmente da coleta de lixo, e habitantes das áreas mais centrais, os usufruidores.

Para tal querela, nos conta o superintendente do município Jorge de Moraes, teve uma forte participação dos órgãos de imprensa, não como um instrumento organizador de ações combinadas dos vários moradores insatisfeitos dos bairros mas, acusa o superintendente, sobretudo como órgão canalizador de reclama-

ções e denúncias dos moradores, como as que ganharam vez e voz por intermédio da coluna *Queixas do Povo*:

Installado assim o serviço dentro do perímetro urbano, a densa população dos subúrbios da cidade, num combinado gesto, **coadjuvado pela imprensa**, reclamou insistentemente desta Superintendência os favores de que gosam os moradores daquela zona, relativamente á collecta de lixo de suas habitações (Mensagem. Manaus, 26.05.1913. Grifo nosso)⁵.

A Lei n° 743, assinada dias depois do pronunciamento do superintendente, abrindo concorrência para as explorações dos “(...) serviços de limpeza, de capinação, e remoção de lixo das **ruas e praças dos subúrbios** desta capital” (Mensagem. Manaus, 05.09.1913. Grifo nosso), é outro índice histórico significativo da dimensão política que a “campanha” cidadã dos moradores suburbanos, por direitos negados pelo estado, tomou na imprensa.

Estado esse, que mesmo negando tais direitos, mostrava-se cioso e feroz no tocante a conservação dos espaços da cidade e a punição aos moradores infratores. Assim, torna-se oportuno dialogar tanto com a historiadora Francisca Deusa Sena da Costa, quanto com as Posturas Municipais em vigor a época. Primeiro a historiadora:

(...) Educandos, São Raimundo e Colônia Oliveira Machado, eram capinados e varridos somente uma vez por ano, ficando por conta de seus habitantes o asseio de seus terrenos e o destino do lixo doméstico. Ainda assim o poder público tentava discipliná-los, mesmo sem dar-lhe condições para tanto. Moradores da Colônia Oliveira Machado, no início do século, foram proibidos de colocar lixo no quintal (COSTA, 1997, p.132-133).

Agora as Posturas: “Os donos de terrenos sites nesta cidade e seus subúrbios, são obrigados a conserval-os limpos de mattos, immundicies, etc. O infractor pagará a multa de 5\$000 por metro

⁵ Para se ter uma ideia estatística da população suburbana, já no censo de 1900 ela era alçada em 21.283 pessoas, quase 42% da população total. MATA, Alfredo da. *Geografia e Topografia Médica de Manaus*. Manaus, Tipografia da Livraria Renaud, 1916, p. 43.

linear de frente do terreno que não estiver limpo” (CÓDIGO, Posturas Municipais de 1910, art. 8°).

Ao longo do movimentado ano de 1913, agora em seu segundo semestre, nos deparamos com outro contundente efeito que uma sucessão de queixas poderia acarretar aos governantes e a seus representantes mais imediatos. Duas queixas oriundas do bairro da Cachoeirinha, praticamente subsequentes no mês de julho, também trariam as marcas da incessante campanha política na imprensa por parte dos seus moradores.

Enquanto o queixume inicial, logo no primeiro dia do mês de julho, destacava a tônica da falta de capinação, com seus moradores reiterando o mato a crescer “demasiadamente” na esquina das principais vias, avenidas Canaçari e Humaitá, a segunda queixa, publicada dois dias depois, traria a defesa do próprio “fiscal geral do município” que, se sentindo injuriado pelas constantes reclamações dos moradores do perímetro, não hesitou em usar a própria *Queixas do Povo* como seu canal de resposta e defesa contra quem o denunciava, já que, alega o funcionário do estado: “(...) não tem razão os que nos trouxeram uma queixa sobre o estado em que se encontra a avenida Canassary, canto com a Humaythá, visto como, não há dois meses, foi capinada e batido o matto de todo o bairro” (JC. Manaus, 01 e 13.07.1913).

À luz do debate entre o fiscal e os moradores, iluminamos como as queixas e denúncias, via imprensa, poderiam desassossegar as instâncias políticas da cidade, dando amostras de quão expressivo se tornavam o ato de se publicizar infortúnios sociais e urbanos, pondo em relevo, aos olhares da coletividade, as faltas, as incompetências, os desmazelos e as incúrias administrativas das autoridades públicas.

São destas marcas depreciativas que o fiscal ofendido, do alto escalão, procura tanto se desvencilhar, como defender o estado, seu patrão, sendo taxativo na falta de razão dos queixosos e, para provar os méritos de sua administração, afirma os trabalhos de capinação realizados não só no perímetro em questão, mas no bairro como um todo.

Como podemos perceber, os queixosos confiavam mais na organização coletiva das queixas, que somaram 632, do que nas individualmente organizadas, 293 queixas⁶ (Gráfico III). Esse senso

⁶ Outras 198 não foram especificadas no que tange a esse item.

coletivo se dava mais no nível de vizinhança quando moradores, em torno de uma desdita comum, apostavam na coletividades para atingir os seus objetivos, primeiro de publicação no JC que poderia se sentir impressionado pela força dos números e, em seguida, de ter o seu problema resolvido, ou pelo menos minimizado pelas autoridades, pressionadas pela possível publicização, na “grande imprensa”, de mais uma desventura na infraestrutura urbana.

Em meio aos termos de identificação que margeavam a formulação das queixas, tornou-se uma constante expressões que potencializavam a pluralidade de moradores que se dirigiam ou escreviam a redação do Jornal do Comércio, tais como: “alguns moradores”, “dizem os moradores ao jornal”, “os reclamantes vieram a folha”, “a associação”, “veiu a esta redação uma comissão de moradores”, “temos recebidos innumeradas reclamações”, “diversas pessoas residentes”, “os prejudicados”, “os soffredores vieram aos nossos escriptorios” e tantos outros.

Ainda assim, não se pretende inferir que tenha ocorrido, a partir desses sentidos comunitários, uma ação política de maior envergadura dos moradores, no sentido de uma associação, agremiação ou assembleia dos bairros de Manaus que lhes pudessem representar frente às instituições política-administrativas do estado, pleiteando direitos cidadãos negados.

É preciso considerar os obstáculos para tal passo: pouca expressividade política e econômica da maioria dos queixosos, os custos burocráticos que envolvem a formação destas instituições reivindicatórias e como deduz Eduardo Silva (1988), a “(...) disponibilidade de tempo, acesso às informações e autoridades constituídas”.

No limite, a duração dessas ações coletivas era proporcional às esperanças que os queixosos tinham de ter seus problemas resolvidos. Tão logo elas se esvaíssem, desapareciam tais movimentos que, em síntese, primavam pela informalidade. Na Manaus das primeiras décadas do XX, afóra a elitista Sociedade Progresso da Vila Municipal, de 1919, não se tem conhecimento que tal passo tenha sido dado.

De qualquer forma, o maior número das reclamações em grupo sugere uma consciência coletiva dos moradores mais “humildes” da urbe que, por intermédio de uma coluna jornalística, poderiam dar vazão as suas queixas, denúncias e reclamações; pedindo, cobrando,

exigindo, fiscalizando o cumprimento das leis, das quais, a maioria nem tinha domínio, se é que tinham

algun, mas começavam a se sentir representados e representantes delas, animando novas ações políticas, inaugurando ações de cidadania que tornavam a urbe cada vez menos *belle époque*.

É o caso dos “Moradores das ruas Quintino Bocayuva, Marcilio Dias, Dr. Moreira, Mundurucus e José Paranaguá (...)”, todas centrais, que, em carta de fevereiro de 1908 à redação do JC queixam-se da falta de luz que impera naquelas ruas. Ou quando, assinam a carta como “os soffredores”, em virtude das constantes faltas d’água em suas residências nas ruas, não muito distantes do perímetro acima, Remédios, Andradas, José Paranaguá, Silvério Nery, Saldanha Marinho, Municipal e do Largo da Polícia (JC. Manaus, 07.02 e 29.09. 1908).

A pluralidade dos assinantes de uma outra carta, agora de 1911, também nos oferece um poderoso indicativo desses movimentos sociais mais informais e ordinários, mas nem por isso, despreziosos. O morador Elpidio Junior, provavelmente o autor da longa missiva e como mesmo enuncia: “(...) represento os desejos, neste caso, de todas as famílias por aqui moradores”, ou seja: a rua “Emilio Moreira, av. Tarumã e praça 14 de Janeiro e circunvizinhanças”. Ainda assinam a carta com o missivista, os moradores: “Raymundo Eduardo Rocha, José Ambrosio Victal, Ismael Macedo, Bellarmino Monteiro, Antonio de Paiva Leite, Marcolino Telles e João Alves Pereira” (JC. Manaus, 04.08.1911).

Mas quais seriam os desejos dos moradores acima que Elpidio Junior se dizia representar? Limpeza, água, luz e segurança pública, a síntese dos problemas urbanos de uma Manaus caoticamente em mudanças no início do século passado e que, costumeiramente animavam as linhas da coluna *Queixas do Povo*.

Assim, as *Queixas do Povo*, como sugere o próprio título, foi paulatinamente se tornando uma tribuna de questões e reivindicações, personificando peculiares movimentos populares em pró de direitos básicos.

O povo das queixas, cidadãos *versus* indivíduos: à guisa de uma conclusão

Até agora o foco foi do que os moradores mais se queixavam. Mas, quem se queixava? E de quem se queixava? Enfrentar tais perguntas nos leva tanto às discussões sobre os motes de cidadania, quanto da não cidadania. Ambas as situações personificadas pelo povo das queixas, o cidadão na condição de denunciante, cobrador, queixoso e os não cidadãos no papel de “indivíduos”, alvo das queixas, descumpridor das normas, por isso denunciado ao JC que, a partir de Manaus, tomava parte na campanha da lei e ordem que, como defende Gizlene Neder, estava em plena marcha na grande imprensa nacional da época (NEDER, 1997, p.112).

De qualquer forma, cidadãos e indivíduos, o povo que animou e personificou a coluna do JC, esgarçavam-se pelos mais diferentes setores da sociedade manauense, indo da insatisfação do senhor W. Peters, um dos diretores da tradicional e elitista Associação Comercial do Amazonas (ACA), que foi a folha se queixar do “horrrível mau cheiro” de uma casa vizinha a sua, ao carpinteiro Francisco Manoel Pires, vítima, segundo alega, de uma “arbitrariedade policial” (JC. Manaus, 09.06.1908 e 12.11.1915).

Do senhor Honório José Gabriel, funcionário da empresa de luz pública que foi a folha reclamar que estaria sendo ameaçado por “desordeiros” que não permitiam que ele acendesse os combustores, ao contratante do serviço da iluminação pública, reclamando do vandalismo de que são vítimas seus equipamentos elétricos (JC. Manaus, 02.04.1911 e 28.06.1913).

Do bolieiro Leonardo Pessoa lesado em cindo mil réis quando de uma de suas viagens, ao senhor Nestor Cyriaco de Souza, funcionário do Escritório das Águas do Estado, que foi a folha desmentir um suposto pedido de casamento seu. Do senhor Luiz Gomes Velloso, empregado da Casa Braga, Rego & Cia, a dona Alzira Fernandes, secretária da Liga Protetora da Pobreza. Do senhor Manoel Rodrigues Castro, dono de um botequim na Eduardo Ribeiro, aos senhores Scharbel e Moedsi, proprietários da loja “A Samaritana”, também no centro (J.C. Manaus, 06.01.1909, 13.03.1915, 12.07.1915, 02.11.1915, 08.02.1913 e 27.05.1917).

Como sinaliza o breve excerto das fontes, o povo das *Queixas* espriava-se por díspares classes sociais, não se prendendo, como

tradicionalmente se vincula a condição de povo, aos pobres urbanos, aos humildes, a “arraia miúda da sociedade” (HOBSBAWM, 1998) ou as “*petites gens*” (DAVIS, 1990), ainda que estes sejam a grande maioria nas *Queixas do Povo*.

O próprio título da coluna, ao trazer agregado o complemento “povo”, nos impele a uma breve discussão acerca do termo povo/popular. Afinal, quais os significados históricos que o termo carrega e que inquietam os historiadores desde o século XIX?

Como parte de movimentos historiográficos contemporâneos, sobretudo teóricos da História Social Inglesa e metodológico dos *Annales*, Eric Hobsbawm, afirma que “a história do povo comum” teria que esperar até as rebeliões de massa do século XVIII para começar a se tornar uma preocupação dos estudos historiográficos (HOBSBAWM, 1990, p.18-19). Peter Burke por sua vez, propõe o estudo do popular margeado por um contexto histórico entre os séculos XVII e XIX (BURKE, 1989). Stuart Hall em suas “*Notas Sobre La Desconstrucción de Lo Popular*”, contesta os “marcos” de Burke e entende como ponto de partida a classe trabalhadora vivificando as mudanças capitalistas ao final do século XIX (HALL, 1984).

Um fio epistemológico que atravessa todas as reflexões pinçadas acima, é a dinâmica social de sujeitos históricos avessa a tradicional inércia de “povo”: pacífico, indiferente, bestializado e indulgente, sustentada por uma historiografia clássica, elitista e “bem comportada” que ainda deita raízes na pesquisa e no ensino de História.

Se até final do século XIX, o significado da palavra “povo”, articulava-se na imprensa nacional aos sentidos dos principais projetos políticos do país, (abolição e república), no século seguinte, estas acepções voltam-se para o cotidiano da vida urbana, onde “ambienta-se”, por exemplo, na linguagem da propaganda (CRUZ, 2000, p. 68) ou aninha-se em um outro léxico jornalístico que daria vida as crônicas policiais e/ou as seções de reclamações populares.

Sob o índice, “ordem e segurança pública”, com as suas mais de 300 reclamações, (Gráfico II) queixava-se de tudo que ferisse a conduta, a ética moral legitimada pelos bons modos e bem viver da coletividade. E nessa arena da vida comum de todos os dias, o encontro entre cidadãos e indivíduos era marcado por tensões e desconfianças.

Inicialmente, a luz de duas queixas muito semelhantes, vejamos o que estava injuriando a vida de alguns moradores do distante e desassistido bairro da Cachoeirinha:

Na Cachoeirinha, nas proximidades da represa, costumam certos indivíduos desocupados e sem o menor respeito ao decoro publico, banhar-se no igarapé, de parceria com mulheres sem imputabilidade moral. Para essa conseqüência da má educação d'esses **indivíduos**, moradores daquele bairro pedem-nos chamemos a atenção de quem competir providenciar sobre taes factos.

Moradores da Cachoeirinha pedem-nos que chamemos a atenção de quem competir para o modo como se portam **indivíduos** que se vão banhar no igarapé daquelle bairro. Quasi em trajes *adâmicos*, elles tomam banho e, apesar d' isso, sem terem a menor consideração ás **famílias**, proferem as mais rebarbativas palavras (JC. Manaus, 12.01 e 05.12.1910. Grifo nosso).

De volta ao Centro, um passageiro trafegando com a família na linha do Plano Inclinado, na altura da rua Costa Azevedo, próximo ao imponente teatro Amazonas, se sentiria ultrajado com “(...) os quadros vivos (...)” os quais, como relataria a redação da folha, retratavam um conjunto dos mais horrendos. Dias depois, na Epaminondas, em carta ao jornal, outro passageiro pintou o “quadro” que tanto estava indignando os passageiros do Plano Inclinado.

Abaixo, a partir das duas queixas, o quadro condensado em um retrato único:

Varias **marafonas** sem-cerimonia, se apresentam a janella em trages de Eva, envolvidas a maneira de toga romana nos cortinados respectivos (...) [Essas] madamas, que naturalmente pensam ser aquillo por ali um prolongamento do paraíso terrestre, onde Eva andava a vontade, naturalmente por causa do calor que por lá devia ser terribilíssimo (JC. Manaus, 20 e 24. 01.1908).

Se no litoral da Cachoeirinha, são os “Adãos” que assumem a condição de indivíduos, no Centro, isso recai sobre as “Evas”. Como se não bastasse a nudez de ambos, sobre os “Adãos” pesavam ainda a pecha de “desocupados”, mal educados, desbocados e,

ainda, a companhia de outras “Evas”, as “mulheres sem imputabilidade moral”.

Já as “Evas” do Centro, menos que a crítica a prática do merecimento, o que está sendo claramente repudiado é a sua visibilidade exageradamente íntima ao cotidiano público da cidade desenrolado por detrás dos “cortinados”. Afrontas que se acentuam por conta dos despudores das “togas romanas” com as quais envolvem seus denunciados corpos prostrados ousadamente nas janelas, afrontando a moral das “boas famílias” e as Posturas do Município que proibia qualquer pessoa de “Chegar às janellas, ou andar pelas ruas (...) em trajas indecentes ou em estado de nudez” e, afunilando o caráter proibitivo, “Não é permitido as **mulheres de vida fácil** conversarem as janellas com os transeuntes, sob pena de multa de 50\$000”. (CÓDIGO, Posturas Municipais de 1910, art. 138. Grifo nosso).

Os “moradores”, as “famílias”, os “passageiros”, nas respectivas queixas representam os cidadãos. Porém, tal representação está mais implicitamente. Por exemplo, na Cachoeirinha, ao chamar os banhistas de “desocupados”, os denunciantes imediatamente se colocam na condição de trabalhadores, moradores do bairro com suas famílias, cultuadores do decoro, da respeitabilidade e bom tom das palavras, tudo que, segundo a nota, infringem os banhistas.

As denunciadas “Evas”, representavam o avesso da mulher, mãe, trabalhadora e esposa idealizada pela sociedade, antítese das “gentilíssimas leitoras” para as quais, em tons respeitosos voltavam-se as colunas de moda e distração do JC. As “marafonas” do Centro ou as “sem imputabilidade moral” da Cachoeirinha personificam o que M. Perrot destaca como a “(...) potencialidade sedutora da eterna Eva” que, devido ao seu pecado original, condenaria as mulheres à “infelicidade”, fonte de todo o mau, a mulher como a “força das sombras” e “rainha da noite”, eterna ameaça as famílias de bem (PERROT, 1988, p. 168) e (RAGO, 1985, p. 82).

Nestes termos é que, em 1909, “alguns paes de família” da cidade elaboraram uma queixa alertando “(...) a autoridade competente para o botequim denominado Malho à praça Tamandaré (...)” onde todas as noites, segundo a missiva, “(...) se reúnem indivíduos desocupados e mulheres de via duvidosa em companhia de alguns filhos de família que ali se vão perverter no deboche e no vício” (JC. Manaus, 17.09.1909).

À noite era o tempo dos indivíduos, cujos viveres sinalizam para os tumultos, “algazarras”, bebidas, jogo, meretrício, “tocatas”, linguajar “afiado”, colocando em sobressaltos a “vizinhança laboriosa”, cidadã que fazia do dia o tempo do trabalhos e da noite, o momento do descanso, à reposição das forças gastas em afazeres produtivos.

Nas reclamações discutidas até o presente momento, nota-se a construção de uma imagem do indivíduo em que, via de regra, salientam-se estereótipos, cujas prerrogativas são balizadas pelos signos do “não” e/ou do “sem”. É o não-trabalhador, o sem educação, sem pudor, sem endereço, sem nome, em oposição à figura do cidadão, morador, com endereço, que labuta diariamente, prima pelos modos regrados, bom tom, recato e ordem.

Nesses termos, era preciso, como sustenta o antropólogo Antonio Augusto Arantes (2000), quando de suas discussões sobre cidadania, ocupar, fazer parte, ter uma “localização”, uma referência social reconhecida, não sendo, por este viés, qualquer “popular” que poderia usufruir da gratuidade das linhas das *Queixas do Povo*.

Os denunciantes do caso de agressão contra a mulher “esbordada” diariamente pelo amasio, apresentam-se à folha como “(...) amigos da moral e do socego publico”. O sr. Manoel Eleutério do Nascimento, ao reclamar de um insulto por parte de mulher se diz “(...) homem pacato que reside com sua família (...)”; “cavaleiros amigos da moral” reclamam contra “uma linguagem pouco decente” de alguns moradores da cidade. Habitantes da Cachoeirinha, em carta ao jornal, se apresentam como “Pessoas interessadas pela moralização dos festejos que se realizam no ‘Pobre Diabo’(...)” (JC. Manaus, 03.08 e 16 Jan 1911; 06.02 e 10.06. 1913).

Quando um morador se queixa da jogatina na praça São Sebastião, o faz sob os signos do “cidadão amigo dos bons costumes”. Ao reclamarem da “escuridão que reina” ao fim das apresentações do Teatro Amazonas, as “Diversas pessoas” são apresentadas como sendo de “nossa melhor sociedade” e, as queixas dos “certos abusos” que vêm ocorrendo no cemitério São João Batista, a veracidade da denúncia respalda-se a luz de “Pessoas qualificadas do nosso meio social” (JC. Manaus, 09.01. 1913; 22.11.1916; 24.10.1917).

Mais do que um léxico linguístico, os termos que referenciavam os cidadãos queixosos, do “um morador pobre da cidade”, ao “cidadão distinto de nossa sociedade”, carregavam consigo símbolos

sociais de deferências que, ao mesmo tempo em que referendavam e delineavam a imagem do cidadão “bom morador”, “apto” ao uso da coluna na condição de queixoso, impunham ao “mau morador” marcas pejorativas e incriminadoras do indivíduo, por isso denunciado a folha.

Ainda assim, mesmo que diminutas, conseguimos rastrear alguns denunciados com nomes, ocupações e/ou endereços, mas que, devido as suas infrações, morais e legais, não escaparam das pechas incriminadoras que animavam a imagem dos “indivíduos”. É o caso de “umas três ou quatro *senhoras*” que, alegam seus vizinhos de uma “*republica*” a rua Independência no Centro, estão tirando o sono dos moradores devido as fortes “gargalhadas” que “vociferam” lá “pelas tantas da noite, de volta de suas *velladas*”. Hora das mais inoportunas, tendo em vista “(...) a vizinhança laboriosa, (querer) recuperar, pelo somno, as forças que exgotam no trabalho diário” (JC. Manaus, 04.04.1908. Grifo do jornal).

Na queixa, são sugestivos os destaques em itálico que o jornal confere aos termos “*senhoras*”, “*republica*” e “*velladas*”. Mesmo que nas entrelinhas, os itálicos funcionam como um dispositivo disparado pela folha para incriminar as protagonistas que, se fossem senhoras no sentido *stricto sensu*: donas de casa, trabalhadoras e/ou mães responsáveis, não estariam voltando para as suas casas “(...) em tal algazarra pelas altas horas da noite”, vociferando contra o sossego público e o descanso da “vizinhança laboriosa”.

Desqualificavam também o endereço, “*republica*”, “casa n. 55”, lugar de “algazarra”, perdendo a condição de lar cidadão que prima pelo decoro. Emblemático que, um outro referencial de endereço, indicado no queixume, o quartel geral que fazia “fundos” com a “*republica*”, é grafado sem estilo gráfico algum.

Por último, o tempo, animado pelas “*velladas*” noturnas que, para além das fortes “gargalhadas”, explicitamente denunciadas, camuflam, ocultariam outras transgressões e vícios protegidos e dissimulados sob a escuridão da madrugada.

A experiência a seguir, justapõe “indivíduos desocupados” e “botequins”, inerentemente atrelados, como se fossem um mesmo corpo social.

Pessoas residentes nas ruas Dr. Moreira e dos Andradas, imediações dos *botequins Pega e pucha, Nova Inrenca e Paulicéa* pedem-

-nos que chamemos a atenção de quem competir providenciar sobre o constante abuso que por alli praticam indivíduos desocupados, dando tiros de revolver, a esmo, e fazendo outras tropelias, o que tem trazido em continuo sobresalto os moradores daquelle trecho da cidade. Nos três botequins referidos é onde fazem ponto os perturbadores do socego publico (JC. Manaus, 16.11.1910. Grifo do jornal).

Aqui, a diferenciação na grafia também vai para os espaços: “*botequins*” e seus respectivos nomes, o que reforça o tom condenatório da queixa que anima tais lugares como “ponto” de “indivíduos desocupados” que se confundem com os próprios “*botequins*”, território de artimanhas e diversões perigosas como os tiros, sobressaltando os moradores/trabalhadores do perímetro. As muitas bebidas são atravessadas por frenéticos “converseios” em meio a uma “esfregadela” de corpos que se “pegam e se puxam”, motivando relações e tensões, por isso território de “encrecas” e desvarios, como em uma “pauliceia”. Experiencias essas, que fariam jus e identificariam perfeitamente o lugar e seus nomes.

Na Luiz Antony que cortava o baixo meretrício, chegamos à pensão Máxime que, segundo os vizinhos, serve diariamente de pouso e ponto de encontro de “(...) indivíduos desocupados, que ao anoitecer (...) acompanhados de allegres madamas (...)”, além do “barulho atordoador”, saem praticando as mais “offensivas scenas”, desrespeitando as famílias. Na esquina da Leonardo Malcher, as inquietações são as “(...) palavras feias e as obscenidades de um grupo de vagabundos” (JC. Manaus, 11.02.1911 e 12.10.1915).

O termo pensão, república, botequim, poderia ser suficiente para conferir a estes territórios um léxico extremamente pejorativo. Mais do que uma referência espacial e um endereço, tais territórios, a luz do cidadão que se queixa e carregados pelas tintas da imprensa, são iluminados sob focos depreciativos que respaldam e legitimam as denúncias.

Tanto quanto condenar seus expedientes de lazer, era concomitantemente necessário, como ressalta (CHALHOUB, 2001, p. 257) “estigmatizar” esses lugares de sociabilidades boemias, animadas por uma fluidez errante e descompromissada, antítese da fixidez e ajustamento do cidadão a cidade normatizada nas leis que proibia

e punia o indivíduo não cidadão: pândego, vagabundo, vadio e “desoccupado”.

Escutemos ainda o que, em carta, nos conta um “*Constante leitor*” da folha, Antonio Mendes Ferreira, sobre um “magarefe da rua 10 de julho”:

A illustre redacção do JORNAL DO COMMERCIO. – Chamo por esta a attenção de V. S.^a para o facto altamente escandaloso praticado pelo magarefe da rua 10 de Julho, canto da Coronel Salgado. Esse **indivíduo** reduz um kilo de carne para 800 grammas. Todos, que alli vão, queixam-se do esbulho que lhes faz esse **mao homem**. Estas espertezas são de longa data. Constante leitor do vosso útil jornal, que sempre trabalha pelo bem publico, estou certo que V. S.^a publicara esta, afim de ao menos esse **indivíduo** saber que nem todos são cegos. Ainda hontem uma pobre mulher do povo foi lesada, comprando 3 kilos de carne, que ele reduzi-la 2.4000 grammas, como ficou verificado na taverna próxima. (JC. Manaus, 04.04.1908. Grifo nosso).

Agora temos um queixado com officio e endereço. Ainda assim, ele não escapou do clichê de indivíduo por desrespeitar as regras do mercado, com seus valores moralmente tidos como legítimos pela coletividade, “facto altamente escandaloso”. A “longa data” do “esbulho” e das “espertezas” do magarefe que ludibriam “uma pobre mulher do povo” das *Queixas*, potencializam o caráter do “mao homem”, outro corolário do indivíduo, antônimo do cidadão queixoso, bom homem “que sempre trabalha pelo bem publico”, “leitor” e escritor polido, portanto, apto a ter a sua reclamação publicada.

A contenda indivíduos/cidadãos do fragmento acima, nos aproxima também de uma inquietante relação social, de mercado, mais especificamente, e onde nos deparamos com à celebrada “economia moral” thompsoniana (THOMPSON, 1998). A atitude do magarefe é condenada não apenas por sua artimanha nos negócios, mas porque também viola convenções culturais que, implicitamente, regem as relações comerciais. Éticas subjacentes sobre pesos e medidas, violadas pelo magarefe acima, o que lhe legou a condição depreciativa de “*indivíduo*”.

Bibliografia

- ARANTES, Antonio Augusto. *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas: UNICAMP, 2000.
- BARATA SOUZA, Leno José. **Vivência popular na imprensa amazônica**: Manaus da borracha, 1908-1917. 2005. 365 f. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, São Paulo, 2005.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 2001.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- CRUZ, Heloísa de Faria. *São Paulo em Papel e Tinta: Periodismo e Vida Urbana, 1890-1915*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DIAS, Ednea Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- HALL, Stuart. *História Popular y Teoria Socialista*. Barcelona: Grijalbo, 1984.
- HOBBSAWM, Eric J. "A outra história – algumas reflexões". In: KRANTZ, F. (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 18-33.
- _____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- MATTA, Alfredo Augusto da. *Geografia e Topografia Médica de Manaus*. Manaus: Tipografia da Livraria Renaud, 1916.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINHEIRO, Luís B. Sá Peixoto. "Imprensa e mundo do trabalho na belle époque manauara".
- Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História*, UFPB – João Pessoa, 2003.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo*. Manaus: Valer, 2003.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Fontes:

Código de Posturas Municipais. Manaus, 1910.

Jornal do Comércio. Manaus, 1908 a 1911, 1913 e 1915 a 1917.

Mensagem, Jorge de Moraes. Superintendente Municipal, em 26 de maio de 1913. Mensagem, Jorge de Moraes. Superintendente Municipal, em 05 de setembro de 1913.

Centro histórico de Manaus – reflexões sobre cultura, identidade e memória

Lauriane Teixeira de Oliveira¹

Hoje, quando chegamos a Manaus, vamos encontrar, perdida na densa floresta amazônica, uma cidade moderna, em constante progresso, povoada por gente empreendedora e ativa, e, acima de tudo, por homens e mulheres que teimam em ser brasileiros. Sem dúvida, o amazonense de hoje é a continuação do português de ontem, mantendo viva uma comunidade luso-brasileira dentro de um espaço tropical ainda quase desconhecido, afirmando, no espaço vazio, que é a Amazônia, a posse brasileira como antes um punhado de portugueses consolidara o domínio da coroa lusa, nessa parte da América. Em nome de Portugal, nos séculos passados. Em nome do Brasil, nos dias atuais e, principalmente, em benefício das futuras gerações brasileiras, que necessitarão de espaço para sua população em contínuo crescimento, e de matérias primas para um parque industrial em expansão.

A passagem acima citada, de Luiz de Miranda Corrêa (2021, p. 13) revela em partes, a perspectiva do autor sobre a identidade do amazônida, em especial ao manauara. A primeira edição desta obra, intitulada “ O nascimento de uma cidade: Manaus – 1890-1900, publicada em 1966, remonta a esse “ideal identitário”, que permeava a vida do manauara naquele período. No entanto, é necessário destacar que diante de tantas transformações que experimentou a cidade ao passar do século XX, percebemos pela literatura, e pela vida da forma mais literal, a perseverança em dias melhores.

Não estou aqui para desconsiderar os apontamentos de um célebre escritor como Luiz de Miranda Corrêa, muito pelo

¹ Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGSA/UFRJ. Mestra em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas – PPGIH/UEA. Licenciada em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas – UEA. Membro do Corpo Editorial da Revista *ContraCorrente*.

contrário. Tomo por suas palavras, os indícios para a interpretação de nossa identidade. A perpetuação lusa é inegável, contudo, essa impregnação cultural não é absoluta, e nem linear. A identidade manauara, perpassa igualmente, pela ancestralidade originária e pela miscigenação. A presença lusitana em território amazônico, é um dos componentes importantes dessas interpretações. Embora, pela própria história de opressão e tantos outros pesares que realizou a coroa portuguesa na cidade, temos muitos bons exemplos, de famílias que ajudaram a reconstruir a economia da cidade, após o declínio da borracha. Perpetuou-se entre os que permaneceram na cidade, pouquíssimos (quase nulos) nativos, os mestiços, os lusos, os estrangeiros, um processo de reestruturação da cidade, e da propagação de uma cordialidade, entre seus residentes.

Esta cordialidade, este “bem viver” é uma representação recorrente na literatura amazônica. Na obra do escritor amazonense Thiago de Mello (1984) – “Manaus: Amor e memória”, encontramos muitos trechos que afirmam essa intencionalidade dos residentes manauaras. Havia por parte de uma parcela dos estrangeiros que decidiram continuar sua vida na cidade da selva a intenção de perpetuar um “bem viver coletivo”. Vale salientar que na cidade, após o declínio da produção da borracha amazônica, permaneceram na cidade muitas famílias estrangeiras, entre elas, famílias árabes (turcas, sírio-libaneses, judias, marroquinas, palestinas) barbadianas e espanholas.

Manaus, batida pela estagnação, teve tempo e teve, mais que tudo, força para a afirmação cotidiana de um delicioso estilo de vida que se amparava em valores culturais que lhe eram próprios. Valores que não se deixavam amassar, submissos, pelos elementos poderosos da cultura europeia colonizadora. Ao contrário, sempre foram os ingredientes dominantes no processo de aculturação, tão bem levada com os costumes e hábitos de vida que nos trouxeram, sobretudo a partir dos últimos anos do século passado, os portugueses provincianos pobres e os árabes de bolsos vazios (MELLO, 1984, p. 29).

Na literatura amazonense, temos muitas obras que narram, descrevem essas particularidades da vida social, das famílias imigrantes, dos manauaras, no famigerado Centro Histórico da cidade. A obra “Dois Irmãos” do expoente escritor amazonense Milton Hatoum, apesar de ser um romance, nos apresenta a

dinâmica social, a convivência peculiar desses habitantes na cidade Manaus. Descreve muitos trechos do Centro da cidade - ruas, casas, bares, trajetos, pessoas, gestos, cores, sons e cheiros - que definem um estilo próprio e característico da nossa cidade.

Milton Hatoum nasceu na cidade de Manaus, filho de libaneses, residiu parte de sua infância e adolescência no Centro da cidade. Suas obras narram “encontros” da sua vida pessoal e do contexto sociocultural. Quem já teve a oportunidade de ler “Dois Irmãos” teve o privilégio de mergulhar e experimentar, através da imagética a dinâmica da vida social manauara, com todas as suas peculiaridades.

A ideia de apresentar algumas obras da literatura amazonense para explanar uma parte de cultura e identidade manauara, se atem justamente pelo fato de descentralizar, mesmo que minimamente a historiografia local, muito baseado em registros e documentos com pouca ou nenhuma sensibilidade sobre a vida social. Mais uma vez, reforço que não estou desprezando ou anulando esses documentos e as obras com cunho historiográfico. Apenas, estou considerando, que para que possamos interpretar essas relações culturais, se faz necessário, incluir os diversos sujeitos dessa configuração, inclusive muitos daqueles excluídos e ignorados.

A historiografia, a literatura, os registros e documentos oficiais, são bastante escassos, sobre a perspectiva do nativo. Os poucos registros são dos domínios da arqueologia e suas ramificações, visto que as fontes documentais, memoriais indígenas são de outra ordem. Seu legado, cultura e memória, estão e são partes da vida, na essência da floresta. São muitos os sítios arqueológicos, que permanecem como registros étnicos ancestrais. Essa é uma “fatia” da nossa história, quase que esquecida, e soterrada pelas transformações que ocorram na cidade. A questão da miscigenação é um ponto crucial, a virada na relação cultural manauara.

É importante ressaltar que a cidade de Manaus, é resultante de seus processos históricos, mas essencialmente, a marcante e expressiva fase correspondente ao ciclo econômico da borracha, que financiou as mudanças radicais nos traçados urbanos, com a implantação de uma modelo urbanístico e arquitetônico aos moldes europeus, e acima de tudo a impregnação de hábitos, valores e costumes estrangeiros. Na cidade da/na selva atracavam no porto, navios de diferentes partes do globo, e instalaram-se ingleses,

alemães, norte-americanos e libaneses, por exemplo. A mestiçagem a muito, já era uma realidade. Mas sobre isto, detalharemos mais adiante.

O Centro Histórico da cidade de Manaus, é no mínimo emblemático, pois revela, em suas formas, na dinâmica espacial através da arquitetura, o que ainda resiste e permanece de tempos pretéritos resultantes do processo avassalador que experimentou a cidade da/na selva. Marco inicial da cidade, e dos primeiros grupos sociais manauaras. Enquanto pesquisadora, ressalto a relevância dos aspectos materiais, das materialidades, como componentes importantes das análises e interpretações culturais.

A maneira como produzimos nosso espaço, nada mais é do que reflexo da psique humana, de suas potencialidades e habilidades. O homem produz seu espaço à medida que compreende e assimila as suas necessidades em determinado tempo e espaço. Desse modo, o Centro Histórico de Manaus, carrega através de suas materialidades, as imaterialidades, produtos de interesses, desejos e anseios de uma parcela dessa sociedade. O Centro Histórico de Manaus é a representação de todas essas dinâmicas e transformações, a origem da cidade. Revela em seus traçados, as marcas e as interações de tempos distintos. É marco da história e memória da cidade, e essencialmente a manifestação da cultura e identidade da “nossa gente”.

Antes de darmos seguimento ao que me proponho aqui nestes escritos, desejo fazer um adendo. A pesquisadora que vos escreve é residente do Centro Histórico de Manaus, neta de imigrantes portugueses pela família de minha mãe, e pelo lado paterno, neta de descendentes cearenses e possivelmente pela localidade, e características físicas de minha avó paterna, alguma ancestralidade indígena.

No caso de minha avó paterna, a mesma nasceu no interior do município de Manacapuru, localidade onde residem algumas etnias indígenas. Pela linha do destino, não tive a oportunidade de conhecer minha avó paterna, e vi apenas uma vez meu avô paterno. Convivi pouquíssimo com meu genitor e nada com seus (meus) familiares. Pelo contato restrito, não pude até os dias atuais, me aprofundar e mergulhar na descendência de meus ancestrais paternos.

Igualmente não tive a oportunidade de conhecer meus avós maternos Joaquim e Laurinda, mas tive o privilégio de ouvir muitas

boas histórias sobre eles. A minha relação com o Centro Histórico de Manaus, nasce desse interim, da relação afetiva com a casa de meus avós, com as histórias e memórias da família luso-brasileira. Resido em uma das principais avenidas do Centro Histórico, a famosa “Avenida Joaquim Nabuco”.

Ao caminhar pelas ruas do “centro antigo”, como bem conhecido pelos manauaras, sempre me instigou e me despertou o interesse em saber mais sobre as histórias e memórias dos muitos casarios e palacetes, e da memória de nossos moradores. Esse, posso afirmar é um dos primeiros indícios que me conduziria a pesquisa, e felizmente a antropologia.

A Antropologia, ao ter como objeto de estudo o ser humano, é uma ciência que nos aponta os caminhos que permitam essas reflexões. Um dos questionamentos enquanto pesquisadora, é reconhecer e estabelecer os limites com seu objeto de estudo. Desse modo, até que ponto minha relação subjetiva com meus sujeitos e objetos podem interferir na pesquisa e seus resultados? Ou até que ponto podem e/ou devem ter algum eixo de conexão? O resultado estaria condicionado aos meus interesses, em enaltecer ou evidenciar aspectos que me seriam familiares? Nesse caso, Lila Abu-Lughod (2018) e Roy Wagner (2010) nos apontam esse caminho.

Para Roy Wagner, o antropólogo experimenta, vivencia de uma forma ou outra o seu objeto de estudo, no qual a partir da relação com seus símbolos e significados encontre meios de proporcionar uma compreensão aos integrantes da sua própria cultura. Essa é uma premissa importante a ser considerada, nos estudos antropológicos. A busca por esse equilíbrio é uma recorrente missão antropológica.

Traçados urbanos – da tapera ao casario

A cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, bem como aponta a historiografia local e regional é resultado de seu processo colonizador, efetivado com grandes transformações em sua topografia natural, e exponencialmente em aspectos socioculturais nunca antes experimentados. As primeiras expedições em terras amazônicas remontam o século XVI, baseado em registros, narrativas e documentos oficiais da Coroa Portuguesa, bem como relatos e registros de missionários, naturalistas, cronistas, viajantes, pesquisadores e muitos curiosos.

Antes do domínio português, quem “detinha os direitos sobre a Amazônia” eram os espanhóis, através do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494. Contudo, as primeiras expedições executadas pela Coroa Portuguesa ocorreram somente no final do século XVI, no intuito de consolidar a sua dominação, para evitar qualquer invasão de outros países, como Holanda, a Inglaterra e França. De acordo com esses registros, a finalidade dessas expedições da Coroa Portuguesa, eram fundamentalmente a legitimação do território, a exploração de seus recursos naturais, e de mão-de-obra nativa. A construção do forte, foi uma das primeiras medidas como um processo de territorialização e dominação. E acima de tudo, a tentativa de consolidação de uma hegemonia econômica e supremacia sociocultural.

A colonização portuguesa, portanto, consistiu em referir os interesses econômicos à região conquistada. Em fundar a grande empresa colonial pela restituição à própria região de suas experiências nela. Era fazer viver o novo mundo sua própria linguagem, mas em prol dos interesses mercantilistas. Isto era organizar a vivência colonial no próprio discurso regional. A colonização portuguesa se preocupou em interpretar economicamente e depois demonstrar pela experiência concreta. (SOUZA, 1977, p. 45)

“Às margens do rio Negro, cresceu, sob a proteção do forte de São José, uma pequena povoação que, sucessivamente, seria a sede da Capitania do Rio Negro, Comarca do Alto Amazonas, da Província e do Estado do Amazonas” (CORRÊA, 2021, p. 11). Em 1669, foi fundado o forte denominado de São José da Barra do Rio Negro, dando origem aos primeiros povoados. Contudo, é nesse construto social de colônia, que percebemos os primeiros impactos com a população nativa. Quando afirmamos, mesmo através de registros historiográficos oficiais, os primeiros povoados do forte, estamos apenas considerando a formação de grupos humanos, tendo como referência a ótica eurocêntrica.

Os primeiros contatos com a cidade na selva, foram com grupos étnicos que povoavam as margens do rio Negro. Afirma Souza (1977, p. 47) que “[...] sendo o rio Negro uma das áreas mais densamente povoadas naquela época, a população indígena tornar-

-se-ia logo uma das maiores fontes de mão-de-obra do colonialismo” (SOUZA, 1977, p. 47).

Em geral, a historiografia local tem repetido que em torno da fortaleza foram reunidos índios Barés, Banibas, Passés, Manaós, Aruaque, Juris, além de outras etnias retiradas de outras regiões, juntamente com alguns poucos brancos, que iniciaram um processo de miscigenação. Assim formaram o primeiro núcleo populacional, se mantendo com uma predominância indígena até meados do século XIX (MESQUITA, 2019, p. 24).

O processo colonial, e todas as intervenções, de ordem econômica e política, foram responsáveis por transformações que vieram modificar a realidade da vida nativa, isso é fato. As consequências dessas ações culminaram de forma radical, com a exterminação e redução de expressivos grupos étnicos. Da chegada dos colonos à instalação do forte, a visão do europeu para com o nativo, sempre foi de superioridade racial e intelectual, e na perpetuação de uma ideologia civilizatória baseada contraditoriamente à escravidão e exploração.

O resultado desse contato foi a destribalização dos grupos mais expostos, habitantes das margens do rio Amazonas e de seus afluentes mais acessíveis. Esses nativos foram retirados das mais diferentes culturas e estágios, e reunidos nas vilas e aldeias espalhadas de maneira estratégica (SOUZA, 1977, p. 45).

De acordo com a historiografia local, mesmo habitando às margens do rio Negro, alguns grupos étnicos eram rivais. Havia por parte dos missionários carmelitas a tentativa de “civilizar” os nativos como um projeto de salvação dessas “almas”. Enquanto que a intencionalidade da empresa colonial era reunir mão de obra escrava nativa, para adquirir conhecimentos geográficos, pesqueiros, extrativistas, medicinais, entre tantos outros que pudessem explorar.

A vida natural das culturas nativas enfrentou grande resistência às imposições dos colonizadores, que tentavam retirar-lhe não somente a língua, mas, sobretudo as tradições e crenças que se contrapunham aos princípios da Igreja. Mesmo a cultura material dessas populações foi ignorada e desprezada, configurando

em grande parte o massacre que ocorreu no plano humano. Era como se houvesse uma intenção clara de apagar as origens indígenas e valorizar as referências brancas. Mesmo assim, no decorrer do século XIX, alguns viajantes cronistas que passaram por Barra chegaram a fazer referências ao material cerâmico arqueológico, encontrado nas áreas próximas da antiga Fortaleza da Barra (MESQUISTA, 2019, p. 29).

Assevera Souza (1977, p. 47) que “o braço indígena era largamente utilizado na exploração das drogas, produtos naturais e no garimpo vegetal, o que prejudicava, naturalmente, suas milenares atividades agrícolas de sustentação”. Como parte desse processo colonial, as mudanças deveriam ocorrer principalmente no campo material. Uma das distintas formas de “aculturação” estava se consolidando dia-a-dia na floresta. Com mais expressão, a floresta ia ganhando “ares” de cidade.

A utilização de mão de obra indígena e escrava nas obras públicas foi de uma prática tradicional no Brasil até meados do século XVIII, pois a partir da criação da Diretoria do Índio, em 1845, estabeleceu-se uma legislação proibindo o trabalho indígena forçado, entretanto a prática não foi totalmente extinta até o final do século XIX, e alguns administradores praticamente ignoravam a lei de proteção, submetendo os índios a trabalhos em sistema semisservil, ainda que remunerados (MESQUITA, 2019, p. 39).

Inicialmente, os traçados obedeciam a dinâmica da natureza, com relevo acidentado e entrecortado por vários igarapés. A topografia natural, pouco a pouco, estava sendo modificada e adaptada. Os primeiros agrupamentos humanos e edificados, eram resultado de uma “mistura” de elementos ocidentais e nativos. Ao poucos as “taperas” (casas de barro e palha), davam lugar as construções e projetos de edificações ocidentais mais sofisticadas. Até a primeira metade do século XIX, não houveram mudanças significativas, nas disposições urbanas, contudo, a miscigenação já era uma realidade expressiva. Apesar desses relatos e registros apontarem mudanças quase que insignificantes, em pouco mais de um século de exploração, as populações locais e seu habitat natural, sofreram e cederam da forma mais radical e literal, ao domínio cultural ocidental.

Embora seja campo de estudo da antropologia e da etnografia, a noção de cultura aqui relacionada, não se atém diretamente ao estudo dos grupos étnicos amazônicos. A interpretação da cultura que proponho, é relacionada as interações em todos esses aspectos, do campo humano ao material. Tendo em vista que a dinâmica espacial é sempre reflexo e produto da ação humana. As categorias analíticas, que circundam os estudos sobre o ser humano, dentro das ciências humanas e sociais ao longo de nosso próprio processo histórico, enfrentaram diversas transformações e flutuações. Na Antropologia, o conceito de Cultura, sempre foi alvo de muitas especulações, de refutações, e reformulações. O conceito de Cultura é constantemente revisitado, e isso, de certo modo, é uma particularidade da ciência antropológica. A existência humana social é um complexo e vasto sistema, o que exigirá variadas maneiras de interpretar e compreender esse sistema.

As críticas recentes à antropologia, oriundas de várias partes, encorajam-nos a perguntar sobre o que trabalhamos, como escrevemos e para quem o fazemos. Argumentei que a diferença cultural, ao mesmo tempo base e produto do discurso antropológico, é uma construção problemática, e sugeri uma série de estratégias, a maioria já experimentada por outros, de “escrever contra a cultura”. A partir de meu próprio trabalho, dei exemplos de como uma estratégia – a etnografia do particular – poderia ser um modo especialmente útil de perturbar o conceito de cultura (ABU-LUGHOD 2018, p. 214).

A “etnografia do particular” conforme sugere Abu-Lughod (2018) se apresenta como uma proposta promissora. Desse modo, nos apresenta uma maior flexibilidade na articulação de variantes e dos diversos agentes (sujeitos e objetos) e suas (i)materialidades. A perspectiva cultural sobre caso da cidade de Manaus e seu Centro Histórico, não é único, no entanto, evoca suas particularidades. Os aspectos culturais desde a criação do forte até a delimitação do Centro Histórico de Manaus, traduzem as interações, impregnações e assimilações socioculturais.

A materialidade é um aspecto relevante dessas interpretações. As modificações que experimentou a cidade ao longo de seu processo histórico e social, é reflexo direto da maneira como o homem pensa, e produz. No entanto, a forma como o homem

produz, é igualmente resultado de interesses, e das articulações econômicas e políticas. Esses processos culturais inevitavelmente passam e constituem a relação entre identidade e memória.

Choque de culturas – O caso da Belle Époque manauara

Na segunda metade do século XIX, a então “cidade da Barra” já usufruía de alguns melhoramentos urbanos, e seu contingente populacional contava com cerca de 4.000 habitantes. Boa parte dessa população, era composta de comerciantes portugueses e seus descendentes.

Em 1848, a Vila de Manaus foi promovida a cidade, passando a denominar-se Cidade da Barra do Rio Negro e, em 5 de setembro de 1850, a comarca do Alto Amazonas foi elevada à categoria de província. Sob estas novas condições, iniciava-se a segunda metade do século XIX com algumas mudanças significativas na história da cidade, e a região passou a despertar um crescente interesse internacional, atraindo grande número de viajantes: pesquisadores, cronistas, cientistas e aventureiros que eventualmente divulgavam os relatos de suas investigações e observações sobre vários aspectos da cidade (MESQUITA, 2019, p. 35).

É somente a partir da segunda metade do século XIX que a cidade de Manaus, experimenta a fase mais emblemática de sua historiografia. Desse modo, é válido ressaltar três aspectos relevantes dessa dinâmica, são eles: o cenário econômico, o político e o sociocultural. A incorporação e a abertura do rio Amazonas a navegação internacional, foi o que efetivamente operou com as intervenções nos demais aspectos. A borracha amazônica se tornaria o “objeto” essencial e articulador de todas essas interações que dinamizaram a cidade. “A borracha é uma goma elástica de origem vegetal, produzida pela seringueira, uma árvore de clima tropical que foi cientificamente denominada de *Hevea Brasiliensis*” (MESQUITA, 2019, p. 130).

“A partir da descoberta da vulcanização, inúmeros avanços tecnológicos tiveram na borracha um material acessório indispensável, tornando-a um produto estratégico” (LOUREIRO, 2008, p.19). No cenário mundial a borracha se tornou a “matéria prima” indispensável na produção automobilística e fundamentalmente pela crescente capitalista, se tornou item de utilização universal.

Em 1888, um fato novo veio aumentar, ainda mais, a procura da borracha. Naquele ano Dunlop redescobriu o pneumático para bicicletas, logo aperfeiçoado para o tipo desmontável, em 1891, pelos irmãos Edouard e André Michelin, que, em 1896, adaptaram-no para o automóvel. Daí em diante a indústria automobilista cresceu vertiginosamente. O mercado mundial exigia sempre mais pneus, e as safras amazônicas não poderiam supri-lo a preços baratos (LOUREIRO, 2008, p. 21).

A Amazônia brasileira detinha pela disposição natural, muitas seringueiras nativas, além de ser naquele período o único produtor mundial. Sem concorrentes no mercado internacional, os seringalistas, viram a oportunidade de lucros numa escala sem proporção, e ditavam preços exorbitantes. A borracha se tornou o “ouro branco” da Amazônia. No entanto, esses lucros não ficavam restritos apenas aos proprietários dos seringais, e foram devidamente utilizados nos melhoramentos urbanos, como bem detalharemos mais à frente. Contudo, foram os seringueiros que com suor e lágrimas, enfrentavam as adversidades da vida e do trabalho escravista que operaram na densa floresta.

Para atender à grande demanda mundial, seria necessário o recrutamento de pessoal para a retirada do látex a produção da borracha. Na ilusória e utópica proposta de enriquecimento, muitos brasileiros nordestinos, migraram para a cidade. Ao chegarem nos seringais, já deviam uma exorbitante quantia, referente aos custos de viagem e da hospedagem, uma dívida que nunca cessava. Os “soldados da borracha”, tiveram uma participação muito penosa, e tantos outros tiveram suas vidas ceifadas. A história humana é um eterno pesar.

Os lucros da borracha não circulavam somente nos cofres dos seringalistas. A administração pública também foi um diferencial, nos melhoramentos urbanos e arquitetônicos na cidade. O cenário político nacional, com a Proclamação da República, foi promissor na gestão do então governador Eduardo Ribeiro. Os impostos eram destinados ao plano de “embelezamento” da cidade.

O governador do Estado do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro, assumiu a tarefa de transformar a imagem de sua capital e promoveu uma grande reforma em busca de uma nova imagem. Foi no período de sua administração (1891-1896) que

foram implementadas as principais obras públicas que caracterizaram aquele período de riqueza. Além da prosperidade financeira, deve-se acrescentar que a tarefa de Ribeiro foi facilitada pelas tendências reformadoras que a política nacional assumia naquele momento. No mais, sua liderança política na capital do Amazonas foi decisiva, assim como o apoio que recebeu da elite e da própria população local, cuja composição era de origem bastante diversificada (MESQUITA, 2019, p. 32).

Além da implementação de um modelo urbanístico e arquitetônico aos moldes europeus, todas as obras públicas ou privadas deviam seguir algumas normativas. Foram instalados alguns serviços públicos como a construção de largas *boulevards* (avenidas) pavimentação das ruas, calçamentos, rede elétrica, circulação de bonde, redes de esgoto. Como um gestor à frente de seu tempo, Eduardo Ribeiro era bem quisto não somente no cenário político, mas principalmente pela elite estrangeira e manauara. Tais melhoramentos baseavam-se no ideal modernizador, com forma de apagar os vestígios coloniais.

“Deve-se destacar que a economia da borracha promoveu o surgimento de uma elite financeira e atraiu profissionais das mais diversas áreas, ampliando consideravelmente a população da cidade” (MESQUITA, 2019, p. 31). A cidade de Manaus recebeu estrangeiros de diversas partes do globo, empresários, comerciantes e muitos aventureiros que decidiram aqui, fixar residência. Para atender essa elite crescente, a cidade necessitava de cada vez mais espaços e construções que atendessem aos interesses e luxos dessa elite.

O movimentado centro comercial regurgitando de gentes de todas as raças – nordestinos, ingleses, peruanos, franceses, judeus norte-africanos, americanos, caboclos, alemães, índios, italianos, sírios, libaneses, sulistas e portugueses, tinha por eixo principal a atual avenida Eduardo Ribeiro, com maiores concentrações de estabelecimentos comerciais nas proximidades do Mercado Municipal, na Marcílio Dias, na Guilherme Moreira, na Quintino Bocaiúva, na Sete de Setembro, na Henrique Martins, na Instalação e na praça XV de Novembro, logradouros onde estavam instalados os armazéns recebedores e exportadores de borracha, as casas aviadores, os atacadistas, os retalhis-

tas, os bancos, os hotéis, as sedes das empresas estrangeiras, os restaurantes e algumas repartições públicas. Tudo o que o comércio internacional oferecia, à época, poderia ser encontrado nesta longínqua cidade, plantada a milhares de quilômetros dos principais centros civilizados (LOUREIRO, 2008, p. 35-36).

A cidade de Manaus, passou a ser conhecida, como a “Paris dos Trópicos”. Essa fase é conhecida como “período áureo da borracha”, que corresponde ao período entre 1892-1900. Nesse período duas vertentes ditaram as regras na capital, o *Eclétismo*² e a *Belle Époque*³. O movimento eclético consistia na utilização de técnicas e materiais produtivos, direcionado as construções e produções arquitetônicas. A maioria das edificações públicas, e as residências (casarios e palacetes) foram produzidos seguindo o modelo eclético. Que consistia em mesclar diversos estilos arquitetônicos, como neoclássico e o neogótico.

O plano de embelezamento da cidade, visava através de sua legislação, produzir e aperfeiçoar o padrão construtivo de edificações e dos espaços públicos. As fachadas das edificações deveriam transpor uma estética e uma elegância. As edificações seguiam o padrão arquitetônico vigente na Europa, eram construídas com materiais importados, e em muitos casos, com materiais adaptados na nossa região.

“Manaus foi uma das poucas cidades brasileiras a ter vivenciado a *Belle Époque*, quando, ao finalizar o século XIX, passou a usufruir dos benefícios que sua próspera situação financeira permitia” (MESQUITA, 2019, p. 143). Como parte do processo moderni-

² No fim do século XIX, os arquitetos começaram a projetar edifícios decorativos em diversos estilos. Essa arquitetura é conhecida como *Eclética*. A palavra *eclétismo* significa a atitude antiga de formar um todo a partir da justaposição de elementos escolhidos entre diferentes sistemas. Pode ser eclético um sistema moral ou filosófico, uma coleção de objetos ou simplesmente o gosto ao vestir-se. Existiam dois níveis muito distintos: o útil e o decorativo. Para a mentalidade da burguesia, o banco devia ter a aparência externa de um palácio renascentista, e a casa de campo a de um castelo feudal. Esta hipocrisia encontra sua condenação junto aos construtores com formação científica séria (BONAMETTI, 2006, p.2).

³ O final do século XIX foi denominado de Belle Époque e se caracterizou pela crença de que o progresso material possibilitaria resolver tecnicamente todos os problemas da humanidade. As cidades se tornaram um local privilegiado para usufruir o conforto material e contemplar as inovações introduzidas pela modernidade (BONAMETTI, 2006, p. 2).

zador, o poder público implementou o “código de posturas”, no qual estabelecia regras e normas para as construções e intervenções urbanas, e condutas específicas para o bem viver social. O código de posturas foi uma estratégia para assimilação de hábitos e costumes estrangeiros, uma maneira de impor a dita “civilidade moderna”.

Os Códigos de Posturas funcionavam como uma verdadeira cartilha para “civilizar” os costumes, como um roteiro para transitar na *vitrine*. Buscava-se padronizar o aspecto visual da cidade e afastar de sua área urbana construções de aspecto pouco cuidado ou o uso de materiais frágeis, o que se pode interpretar como uma preocupação em consequência da fragilidade dos materiais empregados nas construções, tais como madeira e palha. Ao mesmo tempo, o mesmo Código revelava-se hipócrita, ao permitir recursos cenográficos como as fachadas camuflando construções pouco cuidadas. Evidencia-se, portanto, o uso do Código como um recurso para retirar da cidade sua marca indígena e pobre, buscando afastar do Centro as populações carentes e eliminar as construções de aspecto popular e que revelavam uma tradição nativa (MESQUITA, 2019, p. 187).

A famosa “Paris dos Trópicos” usufruía dos padrões arquitetônicos e urbanísticos dos principais centros urbanos vigentes na Europa. A cidade vivia uma dinâmica cosmopolita, com ruas e avenidas largas, com calçamento de pedras portuguesas, as praças com chafariz e coretos. A cidade dispunha de bares e cervejarias, de cassinos, e do imponente Teatro Amazonas, para entreter essa sociedade.

“ A sociedade local assumiu características bastante cosmopolitas, típicas da Belle Époque, podendo-se fazer uma analogia dessa fase de mudanças com a montagem de uma vitrine (MEQUITA, 2019, p. 143). “ A imagem de “vida social” é uma boa apreensão do que foi o convívio entre parentes, vizinhos e amigos e entre os estrangeiros da cidade de Manaus da primeira década do século XX” (DAOU, 2004, p. 40). Importaram não somente bens materiais e serviços, mas sobretudo, hábitos e costumes.

Desde o início de sua ocupação no final do século XVI, até o início do século XX, foram severas e intensas as transformações que a cidade na selva vivenciou. No entanto, é um imenso pesar,

que uma parcela significativa da vida nativa, não tenha sido registrada, ou perpetuada como legado, não pela visão do colonizador ou do estrangeiro, mas pelo seu próprio povo. A maneira como esses povos entendem ou reproduzem sobre cultura, memória e identidade, está para além da compreensão ocidentalizada. Isso porque emprega signos e significados diferentes, considerando as distintas cosmologias.

“A inclinação da antropologia para a história, rastreando conexões entre o presente e o passado de comunidades específicas, também é desenvolvimento importante” (ABU-LUGHOD, 2018, p. 205). Desse modo, “juntar” as peças do passado, nos permite analisar o comportamento da cultura a partir dessas interações. Apesar da lacuna referente aos povos nativos, podemos através de seus descendentes, traçar aspectos que possam minimamente traduzir uma parte da sua cultura originária.

Quando falamos de pessoas que pertencem a diferentes culturas, estamos portanto nos referindo a um tipo de diferença muito básico entre elas, sugerindo que há variedades específicas do fenômeno humano. Embora a palavra “cultura” tenha sofrido uma “inflação” considerável, é nesse sentido “forte” que irei utilizá-la aqui (WAGNER, 2010, p. 28).

O sentido de cultura, nesse caso, evidencia o que perpetua das tradições ou das flutuações da ancestralidade nativa, e da “aculturação” que os nativos, e seus descendentes assumiram e incorporaram por força ou por hábito em sua vida social. A modernidade que atingiu a cidade, não oferecia nenhuma integralização ao convívio social. Esse contato ficou restrito, desde os primeiros agrupamentos, ao trabalho escravo e serviu. Na Manaus Cosmopolita, os poucos nativos e os mestiços, (sendo essa miscigenação, entre os indígenas, os negros e em boa parte portugueses - dando origem ao caboclo amazônico - caso este para outro recorte analítico), viviam às margens do centro urbano, tendo acesso apenas aos trabalhos subalternos.

A questão da mestiçagem não foi uma construção linear, muitos manauaras mestiços, puderam contar com a sorte. No entanto, algumas famílias manauaras, que conseguiram prosperar, negavam a todo custo suas possíveis raízes indígenas, e buscavam

cada vez mais se inserir no mundo contemporâneo e usufruir da modernidade estrangeira. As famílias manauaras, e as portuguesas, enviavam seus filhos para estudarem na Europa, e quando retornavam, já estavam condicionados a um estilo próprio de conduta civilizatória europeia. E reproduziam com afinco, essa mentalidade na cidade.

“A construção de uma narrativa de ciclos econômicos para a história de Manaus e, conseqüentemente para o estado do Amazonas, reforça a busca pela construção de uma identidade que busca se desvencilhar de suas origens indígenas” (NOGUEIRA e LUCENA, 2023, p. 27).

O Código de Posturas, como um instrumento legal, conferia restrições e punições para os habitantes. As normas e diretrizes, determinavam horário de circulação e utilização de espaços públicos para trabalhadores e moradores em condição de rua, por exemplo. Ficavam proibidos os banhos de rio, sem vestimentas, e próximo ao centro urbano. A classe trabalhadora, residia as margens do centro urbano, e deram início aos primeiros bairros periféricos da cidade.

Mas esse detalhe, sobre o “banho no rio” é uma prática, um hábito nativo que com muita resistência persistia, um traço do comportamento cultural das populações nativas. Esse é um hábito marcante do povo amazônica. A população manauara, recorre sempre que possível, como uma forma de lazer, aos banhos de rios e igarapés. Mesmo que minimamente, ao contrário do que o progresso civilizatório impunha, permaneciam alguns aspectos da cultura nativa.

A mais importante das vantagens da cultura, entretanto, é remover a diferença dos reinos do natural e do inato. Seja concebida como conjunto de comportamentos, costumes, tradições, regras, planos, receitas, instruções ou programas (para listar a gama de definições fornecidas por Geertz, 1973, p. 44), a cultura é aprendida e pode se alterar (ABU-LUGHOD, 2018, p. 200).

Traço ancestral, embutido no bem viver manauara, e que muitos desconhecem ou ignoram. Esse aspecto, reforça que a população manauara, tende em muitos momentos a ignorar ou tentar se desvencilhar de qualquer traço cultural indígena. Essa menta-

lidade, que perpetua hoje, é reflexo dessas interações pretéritas. Associar-se as culturas e identidades ancestrais ainda reverbera nos dias hoje, um aspecto de inferioridade. Essa ideologia reforçou um estigma pejorativo e preconceituoso. E era justamente essa a intencionalidade da elite estrangeira e manauara, no ciclo áureo de borracha, de erradicar com os vestígios coloniais e indígenas, e fortemente promovida também pelo poder público.

Há também uma conceitualização radical que se apoia no papel ideológico de críticos da propriedade e da acumulação de capital atribuído aos povos indígenas do Novo Mundo pela filosofia política desde o século XVI. Nesse avatar, os povos indígenas não teriam nenhuma noção de propriedade intelectual, apenas conhecimentos e informações que circulam livremente, e assim foram erigidos em exemplo para o resto do mundo e exibidos como antídoto contra a cobiça (CARNEIRO, 2009, p. 329).

No caso dos povos nativos, a situação era bem drástica, a associação a qualquer traço cultural ou identitário indígena, era considerado atraso civilizatório e intelectual. Os ideais progressistas de superioridade racial e intelectual, concebiam os povos nativos como seres selvagens e destinados a desempenhar papéis de servidão. A perspectiva nativa está sempre em campo de validação e subalternidade.

Identidade Memorial - A Manaus de ontem e de hoje

“O tempo é outra dimensão importante a ser considerada se levarmos a sério a narrativa sobre a vida cotidiana das pessoas” (ABU-LUGHOD, 2018, p. 212). A vida humana é regida pelo tempo, e esse implacável, apesar de ser infinito, nos mostra que tudo na vida humana tende a findar. A cidade de Manaus a partir da segunda década do século XX experimentaria um longo processo de estagnação econômica, social e identitária. Iniciava-se o declínio da famosa fase do ouro branco da Amazônia. Há muito tempo que o Brasil sofria com a biopirataria, o caso da Amazônia não seria diferente.

A origem da crise data da década de 1870, quando foram levadas da Amazônia para Londres algumas sementes de serin-

gueiras que, depois de germinadas no Jardim Botânico de Kew, foram transportadas e plantadas no Ceilão e em Singapura (PRADO JR., op. Cit., 1945, p. 239), onde planejavam os seringueiros de maneira racional, favorecendo o crescimento das plantas e facilitando o trabalho de coleta de látex, que se tornava mais barato e mais humano, gerando um produto de melhor qualidade (MESQUITA, 2019, p. 156).

Aos poucos os mesmos estrangeiros que dinamizaram a vida na famosa “Paris dos Trópicos”, partiram em seus navios. A “cidade luz” ia perdendo seu brilho pouco a pouco. As praças, os bares e cervejarias, já não tinham público. Findaram-se os grandes investimentos, e boa parte da elite estrangeira tinham vendido a “preço de banana” seus casarios e palacetes. A cidade de Manaus, a “vívuda cosmopolita”, estava entregue ao marasmo.

Era o fim da grande vida. Do dia pra noite, se foram acabando o luxo, as ostentações, os esbanjamentos e a opulências sustentadas pelo trabalho praticamente escravo do caboclo seringueiro lá nas brenhas da selva. Cessou bruscamente a construção dos grandes sobrados portugueses, dos palacetes afrancesados, dos edifícios públicos suntuosos. Não se mandou mais buscar mármore e azulejos na Europa, ninguém acendia mais charutos com cédulas estrangeiras. O enxoval das moças ricas deixou de vir de Paris. Os navios ingleses, alemães e italianos começaram a escassear na entrada da barra (MELLO, 1984, p. 27).

Na cidade ainda permaneceram muitos estrangeiros, e ficaram raízes algumas famílias portuguesas, libanesas, turcas, entre outras. Essas famílias, boa parte delas, comerciantes, escolheram continuar a vida “bela Manaus”. Pela primeira na história da cidade, a classe do excluídos, mesmo que na decadência econômica tiveram oportunidade de experimentar a cidade, sem tantas restrições. Essa segunda década do século XX, perpetuava um ideal de perseverança por dias melhores na cidade de Manaus, estreitaram-se laços de cordialidade entre seus residentes. Durante a fase áurea do ciclo da borracha, as *sociabilidades*, ficaram marcadas como as condutas adotadas pela elite manauara e estrangeira, de bem viver e cordialidade, reflexo das normas e diretrizes do processo de civilidade.

Nessa nova fase que enfrentava a cidade e sua população, essas *sociabilidades*, ganhavam nova “roupagem”.

As *sociabilidades*, que antes eram difundidas somente entre as elites da cidade, foram sendo assimiladas numa outra ótica pelos manauaras. Podemos afirmar, que parte do processo cultural imposto pela sociedade estrangeira, fazem parte do construto social e identitário manauara. A hospitalidade do manauara, não é diretamente uma “herança” cultural, mas sobretudo, uma formidável interpretação e reprodução ao qual foi submetido. Contudo, é importante esclarecer que essa “cordialidade” não é necessariamente uma “descoberta eurocêntrica”. Essa noção ficou mais evidente, a partir dos hábitos e costumes civilizatórios como parte dessa ideologia ocidental. O ponto chave desta conexão, se situa na forma de adaptação e condicionamento que a comunidade manauara, resignificou e assimilou em seu perfil social. A questão aqui, não é que essa cordialidade tenha sido replicada de forma literal, mas na maneira do uso e na adaptação ao modo de vida.

A cordialidade proposta pelas classes burguesas europeia, fomentava a discriminação racial e promovia a segregação social. Essas condutas e normas, eram imposições rígidas ao convívio social, mas não oportunizavam essas relações. A adaptação da cordialidade manauara não se baseava pela classe social ou etnicidade. Intimamente, assimilada pela conduta subjetiva, a cordialidade nutria laços de afetividade, e encontrou no interesse coletivo, esse bem de progresso e prosperidade comum a todos. Nos parece, um tanto utópico, essa era a mentalidade perpetuada.

Cultura é a ferramenta essencial para fazer o outro. Sendo um discurso profissional que reflete sobre o sentido da cultura, com vista a referir, explicar e compreender a diferença cultural, a antropologia também colabora com sua construção, produção e manutenção. O discurso antropológico concede à diferença cultural (e a separação entre grupos de pessoas que isso implica) um ar de evidência (ABU-LUGHOD 2018, p. 200).

É certo que essa noção de cultura, aqui demonstrada é um construto de variantes humanas, sociais, econômicas, políticas, geográficas, filosóficas, historiográficas. No entanto, a perspectiva cultural no qual me ancorei antropologicamente, vai de encontro

com as concepções formalizadas. Não devemos nos ater aos princípios de diferença ou da semelhança, mas no caso, aqui exposto no que ficou consolidado pelos diferentes agentes, em tempos distintos.

De um modo mais geral, o passo pelo qual clamamos vai além da consideração da diferença cultural como o correlato de um mundo de “povos” cujas histórias separadas esperam que os antropólogos estabeleçam as pontes, significa passar a vê-la como produto de um processo histórico compartilhado que diferencia o mundo ao mesmo tempo em que o conecta. Para os proponentes da “crítica cultural”, a diferença é tomada como ponto de partida, não como produto final. Diante de um mundo dado de “sociedades diferentes”, perguntam eles, como podemos usar a experiência de uma para comentar a outra? Mas, se questionamos um mundo pré-dado de “povos e culturas” separados e distintos, e vemos um conjunto de relações produtoras de diferença, saímos de um projeto de justaposição de diferenças pre-existentes para um de exploração da construção de diferenças num processo histórico (GUPTA & FERGUSON, 2000, p.43).

As próprias concepções sobre o conceito de cultura, formulados pelos expoentes da antropologia, como Franz Boas, Marshall Sahlins, Edward Tylor e Lévi-Strauss, revelam algumas considerações distintas. As concepções sobre o conceito de cultura desenvolvidas por estes antropólogos, se baseiam em suas experiências, e nos processos históricos em que estavam inseridos, independentes da relação de proximidade ou distanciamento com seu objeto de estudo. Cada processo histórico humano, vai desempenhar alguma intervenção em seu aspecto cultural em função dessa dinâmica social. No entanto, o eixo de encontro, é sempre o ser humano em sua ação. A cultura se realiza em determinado tempo e espaço, sempre condicionado a ação humana. Desse modo, podemos considerar e enfatizar que a noção de cultura, como parte da relação humana, também é campo de transformação. É uma corrente cíclica e variante.

O fato de que a antropologia opta por estudar o homem em termos que são ao mesmo tempo tão amplos e tão básicos, buscando entender por meio da noção de cultura tanto sua singularidade quanto sua diversidade, coloca uma questão peculiar

para essa ciência. Assim como o epistemólogo, que considera o “significado do significado”, ou como o psicólogo, que pensa sobre como as pessoas pensam, o antropólogo é obrigado a incluir a si mesmo e seu próprio modo de vida em seu objeto de estudo, e investigar a si mesmo. Mais precisamente, já que falamos do total de capacidades de uma pessoa como “cultura”, o antropólogo usa sua própria cultura para estudar outras, e para estudar a cultura em geral (WAGNER, 2010, p. 28).

Conforme sugere Wagner (2010) a investigação perpassa as noções e preceitos de seu observador, e mesmo pela proximidade, o contexto e a realidade desse objeto podem e sofrem variações. Desse modo, o ponto de encontro, entre o pesquisador e seu objeto de estudo, compreende justamente, a ação humana, entre o passado e o presente. A própria sociedade manauara é composta por estes agentes, por grupos distintos, no mesmo tempo e espaço, submetidos as suas próprias ações. Permaneceram as concepções de vida social que mais se assemelham e lhe apresentavam úteis e afetuosas. Desse modo, os espaços físicos são potencializadores dessas relações e interações.

Essas ações humanas, se realizam constantemente no espaço. A cidade de Manaus, como bem vimos no decorrer desta pesquisa, se tornou e continua sendo o lugar dessas interações humanas. No entanto, espaços públicos produzidos pela administração pública, no período áureo da borracha eram destinados ao uso de lazer e passeio somente da elite.

Somente a partir do processo de estagnação econômica, e da diminuição do contingente populacional da elite estrangeira, que as ruas e praças, passaram a fazer parte da vida cotidiana dos manauaras, tornando-se o ponto de encontro e lazer. Tornaram-se lugares de afetuosos e de um sentimento de pertencimento. “Os moradores sabiam transformar a rua num espaço solidário” (MELLO, 1984, P. 35).

Os lugares lembrados têm amiúde servido como âncoras simbólicas para gente dispersa. Há muito que isso é verdade para os imigrantes, que (como mostra vivamente Leonard [1992]) usam a memória do lugar para construir imaginativamente seu novo. Nesse sentido, a “terra natal” permanece um dos símbolos unificadores mais poderosos para povos móveis e deslocados, em-

bora a relação com ela possa ser construída de modo diferente em cenários diferentes. Ademais, mesmo em tempos e cenários mais completamente desterritorializados – cenários em que a “terra natal” não só está distante, mas também nos quais a própria noção de “terra natal” como lugar de duração fixa é posta em questão -, certos aspectos de nossas vidas permanecem altamente “localizados” em um sentido social, como argumenta Peters (1992). Precisamos deixar de lado a ideia ingênua de comunidade como entidade literal (cf. Cohen 1985), mas continuar sensíveis à profunda “bifocalidade” que caracteriza as vias localmente vividas em um mundo globalmente interconectado, bem como ao poderoso papel do lugar na “visão de perto” da existência vivida (Peters, 1992) (GUPTA & FERGUSON, 2000, p. 36).

Essa concepção apresentada por Gupta e Ferguson (2000) exemplifica muito bem a relação dos estrangeiros com a cidade de Manaus. Os lugares de memória, são concebidos pelas relações experimentadas e vivenciadas, pelo vínculo afetivo e pela ideia de pertencimento. Isso não quer dizer, que todos os residentes, não importa sua origem, tivessem todos os mesmos ideais. Mas, podemos afirmar, que uma parte, uma boa parte, nutria essa cordialidade entre os seus, e projetava para si e para os outros dias melhores. É aqui que trago a literatura amazonense como fonte (baseados em experiências pessoais e coletivas desses autores), que afirmam essas intencionalidades. A despeito das famílias que residiam no “centro antigo”, discorre Mello (1984, p. 35):

Isso não quer dizer que a vizinhança estivesse formada por pessoas excepcionais. Não. Eram pessoas comuns, com as triviais virtudes e imperfeições humanas, que é como se deve ser. Só que sabiam valorizar a convivência. Todos triviais e comuns. Só que participavam, faziam questão de participar, por exigência íntima da vida da rua, da vida compartilhada com os vizinhos.

Apesar de não ser o objetivo desta pesquisa, não posso deixar de mencionar, que a culinária é um traço cultural nativo fortemente ativo e consolidado na vida do manauara. E que se faz presente, em boa parte dessas histórias. O romance de Milton Hatoum “Dois irmãos” tem como pano de fundo, a cidade de Manaus, o “centro

antigo” e as relações familiares dos imigrantes libaneses. Muito embora não trate diretamente de uma autobiografia, as narrativas de sua vida pessoal e do contexto familiar com a cidade, reforçam a perspectiva identitária nutrida, pelos estrangeiros e manauaras. Bem como aponta o seguinte trecho:

Por volta de 1914, Galib, inaugurou o restaurante Biblos no térreo da casa. O almoço era servido às onze, comida simples, mas com sabor raro. Ele mesmo, o viúvo Galib, cozinhava, ajudava a servir e cultivava a horta, cobrindo-a com um véu de tule para evitar o sol abrasador. No mercado Municipal, escolhia uma pescada, um tucunaré ou um matrinxã, recheava-o com farofa e azeitonas, assava-o no forno de lenha e servia-o com molho de gergelim. Entrava na sala do restaurante com a bandeja equilibrada na palma da mão esquerda; a outra mão enlaçava a cintura de sua filha Zana. Iam de mesa em mesa e Zana oferecia guaraná, água gasosa, vinho. O pai conversava em português com os clientes do restaurante: mascateiros, comandantes de embarcação, regatões, trabalhadores do Manaus Harbour. Desde a inauguração, o Biblos foi um ponto de encontro de imigrantes libaneses, sírios e judeus marroquinos que moravam na praça Nossa Senhora dos Remédios e nos quarteirões que a rodeavam. Falavam português misturado com árabe, francês e espanhol, e dessa algaravia surgiam histórias que se cruzavam, vidas em trânsito, um vaivém de vozes que contavam um pouco de tudo: um naufrágio, a febre negra num povoado do rio Purus, uma trapaça, um incesto, lembranças remotas e o mais recente: uma dor ainda viva, uma paixão ainda acesa, a perda coberta de luto, a esperança de que os caloteiros saldassem as dívidas (HATOUM, 2000, p. 47-48).

Apesar de ser um trecho do romance de Hatoum, as narrativas afirmam e traduzem a consolidação das *sociabilidades* manauaras. E muito embora, a narrativa seja da perspectiva de um estrangeiro, as relações e interações evidenciam que a formação da sociedade manauara, se realiza juntamente com os caboclos, mestiços e nordestinos. A discussão sobre ancestralidade, etnicidade e identidade sob a perspectiva da mestiçagem no Amazonas, é um campo vasto e complexo. Fato este, evidenciado na concepção do caboclo amazônico que elenca características plurais.

Vale salientar que o estado do Amazonas, é um estado com processos de ocupações diferenciados se comparado ao restante do país. Somente no Amazonas, temos realidades e concepções distintas sobre o modo de vida. As comunidades e povos indígenas, as comunidades ribeirinhas, as comunidades rurais, cada grupo opera com seu modo próprio de reprodução social. O foco desta pesquisa, no entanto, não se aprofunda nessa perspectiva.

Muito embora, pareça que nesta sessão não trago os apontamentos específicos sobre a ancestralidade indígena, podemos considerar, que uma parcela da sociedade residente na cidade de Manaus em 1920, fosse em sua maioria resultado do processo de mestiçagem. A historiografia é bem insipiente, se tratando desses dados. Quanto a referência estrangeira, temos uma vasta bibliografia que relatam e descrevem suas interações na capital. De todo modo, é importante frisar que a descendência manauara se encontra entre os nativos, os portugueses, os espanhóis, os negros, os nordestinos, e todos os outros estrangeiros que por aqui passaram.

A da cidade de Manaus e seu centro histórico, é um caso singular. A formação da sociedade manauara é resultado dessas interações socioculturais, que fizeram e continuam fazendo parte da nossa história, da nossa memória e identidade. A identidade cultural e memorial do manauara, é um construto complexo e variante. Assim como a noção de cultura, não é estática, a identidade tende a flutuar conforme as disposições espaciais e temporais. No entanto, podemos considerar que entre os traços ancestrais (culturais) e a influência estrangeira, os manauaras consolidaram sua identidade transformando essas influências, em características próprias. Um povo alegre, destemido, e muito hospitaleiro.

Considerações flutuantes

A referência as “Considerações Flutuantes” traduz uma analogia as flutuações que esporadicamente, estão suscetíveis – os manauaras. Essas flutuações, são ocasionadas pelos banzeiros que conduzem o homem pelo rio. Essa perspectiva se refere igualmente a noção de cultura e as relações humanas, pois de fato, estamos condicionados as constantes transformações.

O Centro Histórico de Manaus é um espaço que exemplifica essa concepção e noção cultural como uma dialética. Estamos todos

condicionados as mudanças pelo tempo e espaço que vivenciamos. Da floresta e seus nativos, aos primeiros agrupamentos efetuados pelos lusitanos, a cidade gradativamente rendeu-se à ação humana. Essa ação humana, é oriunda de boa parte dos povos ocidentais, dentro de sua ideologia de exploração e dominação. A cultura nativa, no entanto, posso afirmar, que reside em outro patamar humano. Essa cosmologia excede nossa compreensão. E temos muito a aprender com sua sabedoria milenar.

A floresta que era casa das vidas nativas ancestrais, desconfigurou-se pelo intenso e devastador processo de ocupação e colonização. No lugar das árvores, produziram e construíram os colonos suas edificações, aterraram-se igarapés para darem lugar as ruas e avenidas. A miscigenação, apesar não ter sido parte de algum projeto civilizatório de seus colonos, realizou-se largamente na cidade. Originaram-se os mestiços e caboclos, e juntos com tantos outros imigrantes estrangeiros, e migrantes nordestinos a sociedade manauara, constituiu-se.

Depois de séculos de sofrimento, a tentativa das famílias estrangeiras na permanência na cidade e sua intencionalidade na reestruturação econômico e social, realizaram, mesmo que inconscientemente, como uma forma de "reparação" as barbáries efetuadas por seus antepassados. Parece que a força do destino, efetuou não como uma forma de esquecer, mas como uma oportunidade de recomeçar, e talvez minimamente retribuir aos manauaras, o muito que sofreu sua gente. A identidade cultural e memorial do manauara, permeia todos esses aspectos e elementos. Reflexos da ancestralidade nativa, e da boa "cordialidade" que realizaram nossos antepassados. Afinal de contas, somos todos (manauaras) reflexos dessas relações que se sucederam ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita contra cultura**. Writing against Culture. Tradução: Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego e Leandro Durazzo. Revisão técnica: Luísa Valentini. Equatorial, Natal, v. 5, n. 8, jan/jun 2018.

BONAMETTI, João Henrique. **A arquitetura eclética e a modernização da paisagem urbana**. R. cient. /FAP, Curitiba, v.1, p., jan. /dez. 2006. ISSN 1980-5071.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: _____. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac

Naify, 2009, p.311-373.

CORRÊA, Luiz de Miranda. **O nascimento de uma cidade: Manaus-1890-1900**. Manaus: Reggo/Academia Amazonense de Letras, 2021.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3ª ed. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. “Mais além da ‘cultura’: espaço, identidade e política da diferença” [1992]. In: Arantes. A. A. (org.). **Espaço da Diferença**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2000, pp. 30-49.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo, Companhia das Letras. 2000.

LOUREIRO, Antonio. **A grande crise**. 2. ed. – Manaus: Editora Valer, 2008.

MELLO, Thiago de. **Manaus, amor e memória**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus: história e arquitetura (1669-1915)**. 4ª ed. Revisada e ampliada. Manaus: Editora Valer, 2019.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)**. 2ª ed. – Manaus: Editora Valer, 2020.

NOGUEIRA, Mônica Almeida Araújo. LUCENA, Renata Alves. **Entre praças, cidades e Patrimônio Arqueológico**. Patrimônio material e imaterial da Amazônia. Org. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023, pp. 17-29.

SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.

WAGNER, Roy. “A presunção da cultura” e “A cultura como criatividade”. In: _____. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Esta obra foi impressa na Trio Gráfica para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel Avena 80g/m² e a fonte ITC-NewBaskerville
corpo 11 com entrelinha 14.
Rio de Janeiro, dezembro de 2024.